

Pedro de Carvalho Costa

**À Margem de Irapé:
uma década de legados e consequências da barragem do Rio
Jequitinhonha**

MONTES CLAROS, FEVEREIRO DE 2018

Pedro de Carvalho Costa

**À Margem de Irapé:
uma década de legados e consequências da barragem do Rio
Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientadora: Professora Doutora Flávia Maria Galizoni

FICHA CATALOGRÁFICA

Nº	de Carvalho Costa, Pedro.
2018	<p>À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha / Pedro de Carvalho Costa. Belo Horizonte: UFMG/Unimontes, 2018. 150f.: il.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros.</p> <p>Orientadora: Flávia Maria Galizoni. Banca examinadora: Roberto do Nascimento Rodrigues, Vico Mendes Pereira Lima.</p> <p>Inclui bibliografia: f. 32-52.</p> <p>1. Vale do Jequitinhonha. 2. Comunidades Camponesas. 3. UHE de Irapé. I. Galizoni, Flávia (Orientadora). II. Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros. III. À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha.</p> <p style="text-align: right;">CDU: _____</p>

Pedro de Carvalho Costa

À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território
Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Território

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Roberto de Nascimento Rodrigues
Presidente da Fundação João Pinheiro

Prof. Vico Mendes Pereira Lima
Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

Prof^a. Flávia Maria Galizoni – orientadora
Professora da Universidade Federal de Minas Gerais

Montes Claros, 8 de fevereiro de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às trabalhadoras e trabalhadores rurais do Alto Vale do Jequitinhonha.

AGRADECIMENTO

A minha mãe e meu pai, por tudo

A minha família e amigos, pelo apoio

À Maria Luisa, pela força

E a sua família, pela hospitalidade

À Flávia Galizoni, pela orientação e afincos

À equipe do PPGSAT e Núcleo PPJ, pelo suporte

Ao Lucas pelo companheirismo, e também ao Luís e Marcos

Ao CAV e STRs de Grão Mogol, Cristália, Turmalina, e a FETAEMG Norte de Minas e Alto Jequitinhonha, pela confiança e apoio

À tia Lúcia, pela ajuda bibliográfica

A Capes, CNPq e FAPEMIG, pelo apoio financeiro.

EPÍGRAFE

Quero estar bem acordado
Quando o povo despertar
Pra sair com ele à Praça
Em meio a sua massa
Espero que pra cantar

Na frente de peito aberto
Vou com ele, meu senhor
Passo a passo, braço dado
Ombro a ombro, lado a lado
No caminho que ele for

Mas diz que vai virar
E eu não vou
Diz que vai virar
E eu não vou
Diz pra nós
Que afinal lembrou
Que o castigo
Já nos foi demais
Diz que agora
Vai ser tudo igual
E que vai matar
O que seja de mal
Dá pra gente ao menos, o final
E que vale a pena ser de paz

E eu não vou!

(Luiz Gonzaga)

RESUMO

COSTA, Pedro de Carvalho. À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da Barragem de Irapé. 2018.150f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território). Universidade Federal de Minas Gerais associada a Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

O significado de um projeto desenvolvimentista para a população dos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé, dez anos após o início do seu funcionamento, foi o objeto de estudo desta dissertação. A área alagada pela represa da UHE Irapé atingiu sete municípios do alto curso do Rio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, levando ao remanejamento de aproximadamente cinco mil pessoas e afetando outros milhares de habitantes das margens do lago. A longa resistência da população atingida conquistou direitos fundamentais no processo de remanejamento, mas não impediu as perdas socioeconômicas, culturais e políticas significativas ocasionadas no violento transcurso de implantação da obra; esta procurou-se legitimar pela justificativa da promoção de desenvolvimento para o vale do Jequitinhonha. A partir de dados quantitativos e metodologia qualitativa, buscou-se identificar legados e consequências do empreendimento após uma década de seu funcionamento. Foram considerados como legados as transferências financeiras da Usina para os sete municípios – Compensação Financeira – e o ICMS, arrecadado por Grão Mogol. As principais consequências foram sistematizadas a partir de indicações em entrevistas com representantes de diferentes setores da sociedade (autoridades públicas, agentes de desenvolvimento, Comissão dos Atingidos, trabalhadores rurais, etc.). A geração de receita por Compensação Financeira tem demonstrado queda acentuada nos últimos quatro anos devido à capacidade de produção de energia da Usina. Estes repasses tem diminuído a sua proporção em relação a outras fontes de receita municipais como o Fundo de Participação dos Municípios. Também apresenta baixo valor se comparado a transferências de renda provenientes do Bolsa Família e Aposentadoria Rural. As consequências causadas por Irapé são diversas e complexas. A presença da represa alterou as relações da população com os recursos naturais, gerou frustração de diferentes seguimentos sociais com relação a possibilidades de desenvolvimento, e colapso da forma de organização de vida de grupos camponeses. Os legados trazidos são diluídos e não repararam os prejuízos – objetivos e subjetivos – ocasionados pelo empreendimento.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha, comunidades camponesas, UHE de Irapé.

ABSTRACT

COSTA, Pedro de Carvalho. *By the Irapé Shore: a decade of legacies and consequences of the Irapé dam*. 2018.150f. Master's Dissertation. Post-graduation. Universidade Federal de Minas Gerais associated with Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

The significance of a great developmentalist project to the population of municipalities hit by the hydroelectric plant of Irapé ten years after the beginning of its operation was the study object of this dissertation. The area flooded by the Irapé plant reached seven municipalities of the Jequitinhonha river upper course, northeast of Minas Gerais, resulting in the relocation of approximately five thousand people and affecting thousands more living by the lake shore. The long resistance process of the affected population achieved fundamental rights throughout the relocation course; however, it did not impede the great socioeconomic, cultural and political losses that happened during the violent implantation, which sought to legitimize itself by the fact of the promotion in the affected regions. The enterprise legacies and its consequences after a decade of its operation were based on quantitative data and qualitative methodology. The legacies were considered the financial transfers from the power plant to the seven municipalities - financial compensation - and the ICMS (Brazilian tax on the circulation of goods, interstate and intercity transportation and communication services), levied by Grão Mogol. The consequences were considered those pointed out by interviews with representatives from different society sectors (public authorities, development agents, former commission of affected ones, rural workers, etc.). The generation analysis of revenue for the municipalities in the last four years showed a sharp drop regarding the power production capacity of the plant. These financial funding have decreased, over a decade, their proportion in relation to other municipal revenue sources such as the Municipalities Participation Fund, and it also presents low value if compared to the income transfer from Bolsa Família and also from the rural retirement. The consequences caused by Irapé are diverse and complex, the dam changed the population's relations with natural resources, frustrated different societal segments in terms of job creation, income and tourism, and strongly pressured ways of life into peasant communities.

Keywords: Jequitinhonha Valley, Peasant Communities, Irapé Hydroelectric Plant

Lista de Siglas

AMM	Associação Mineira de Municípios
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Campo-Vale	Centro de Assessoria aos Membros Populares do Vale do Jequitinhonha
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGC	Instituto de Geociências
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS (ISSqn)	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PEA	População Economicamente Ativa
PEGM	Parque Estadual de Grão Mogol
PPGSAT	Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território
PPJ	Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers

PTCR	Programa de Transferência Continuada de Renda
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RADA	Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAM	Sul-Americana de Metais
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
SIN	Sistema Interligado Nacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAR	Tarifa Atualizada de Referência
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UHE	Usina Hidrelétrica
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
UTE	Usina Termoelétrica
VAF	Valor Adicional Fiscal

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da localização dos municípios atingidos pela UHE de Irapé.....	23
Figura 2: Localidades visitadas na pesquisa de campo.	31
Figura 3: Mapa da bacia do Rio Jequitinhonha.....	45
Figura 4: Uso de Ocupação do solo da área dos sete municípios estudados.	56
Figura 5: Avenida Boa Vista, Cristália. COSTA, 2017.	66
Figura 6: Vista do Morro do Chapéu, Cristália.	66
Figura 7: Carvoeiros em Cristália.	67
Figura 8: Igreja na beira da estrada para Cabra.....	68
Figura 9: Entrada do povoado de Cabra, em Cristália.	68
Figura 10: Escola abandonada em Cabra, Cristália.....	69
Figura 11: Casa na Rua Santa Rita, Grão Mogol.	69
Figura 12: Vista para Igreja Matriz de Santo Antônio	71
Figura 13: Panorâmica da cidade de Grão Mogol.....	71
Figura 14: Vista da Serra Geral, e parte do PEGR.....	72
Figura 15: Tingui, em Grão Mogol.	72
Figura 16: Entrada de Lelivéldia e prédio abandonado a frente, Berilo.....	73
Figura 17: LMG-677 em Lelivéldia, Berilo.	74
Figura 18: Vale do Rio Jequitinhonha e a Barragem de Irapé, na divisa de Berilo e Grão Mogol.	74
Figura 19: Esquema explicativo sobre o rateio da Compensação Financeira.	78
Figura 20: Interior da Merceria Rodrigues, em Cristália.....	120
Figura 21: Parte da feira livre em Grão Mogol.	122
Figura 22: Casa de família atingida pelo PEGR, Grão Mogol.	135
Figura 23: Horta PAES comunitária na comunidade de Tingui, Grão Mogol.	136

Sumário

PRÓLOGO	13
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	16
1. INTRODUÇÃO AO TEMA E OBJETIVOS.....	16
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	21
2.1. ALGUNS CRITÉRIOS.....	21
2.2. ÁREA DA PESQUISA: IRAPÉ.....	23
1.3. MARCO TEMPORAL	25
1.4. ETAPAS	26
CAPÍTULO 3 – HIDRELÉTRICAS, CAMPONESES E DESENVOLVIMENTO – UMA REVISÃO	33
3.1 DESENVOLVIMENTO.....	34
3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL CAMPONESA.....	39
3.3 NATUREZA, BENS COMUNS E TERRITÓRIO	41
3.4 VALE DO JEQUITINHONHA E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO.....	45
3.5 USINA DE IRAPÉ.....	49
CAPÍTULO 4 – PERFIL DOS MUNICÍPIOS ALAGADOS PELA UHE DE IRAPÉ	54
4.1. POPULAÇÃO	57
4.2. TRABALHO	59
4.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)	63
4.4. DESCRIÇÃO DAS LOCALIDADES VISITADAS EM CAMPO.....	65
CAPÍTULO 5 – LEGADOS DE IRAPÉ	76
5.1. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	77
5.2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.....	84
5.3. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DESCENTRALIZADOS	95
CAPÍTULO 6 – CONSEQUÊNCIAS DE IRAPÉ	105
6.1. A REPRESA - SUPRESSÃO DA PAISAGEM	105
6.2. A HIDRELÉTRICA: “SONHO VAZIO”	115
6.3. A IRAPÉ: UM TÃO MAU	128
7 – CONCLUSÕES	137
7.1. AS MARGENS DE IRAPÉ	137
7.2. ÀS MARGENS DE IRAPÉ	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXOS	148
Consentimento Livre e Esclarecido	150

PRÓLOGO

Há sete anos que me dedico ao trabalho acadêmico e, neste período – quase que integralmente – a conhecer o Vale do Jequitinhonha e sua população camponesa. Realizar esta pesquisa de dissertação ultrapassou as atribuições de contribuição acadêmica, envolveu uma relação pessoal com os grupos sociais e área de estudo.

Na graduação, durante quase todos os períodos, participei de projetos de extensão e iniciação científica que atuavam nos municípios de Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte e Berilo. As pesquisas e a prática em comunidades quilombolas, artesãs, e camponesas foram fundamentais para minha formação, pois mesmo que nos objetivos destes projetos fosse a transmissão e extensão de conhecimento, a aprendizagem com estas populações foram intensas: modificaram minha visão de mundo. Esta aprendizagem em meios a leituras e vivências intensas em campo, alcançou as dimensões do mundo da água, da produção de alimentos, do artesanato, da imigração, da juventude urbana e rural, dos códigos morais.

Ao ingressar no Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT) pude, em uma imersão teórica e prática, entender fenômenos que me perturbavam desde os primeiros contatos com comunidades rurais, fortalecendo e designando perspectivas de mundo, mas também criando novas séries de dúvidas e perguntas. Entretanto, em feliz experiência neste Programa de Pós-graduação, potencializado pela participação e proximidade com a equipe do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ), devo destacar ao menos ponto de três esferas que me marcaram nesta experiência que serão levadas, entre tantas outras, para continuidade de trajetória pessoal e acadêmica.

Em âmbito de investigação analítica, me abri à identificação e compreensão da gestão do uso comum de recursos naturais, sejam a terra, água, biodiversidade, etc., na sua razão histórica, e não apenas no dualismo da razão instrumental privado X público. E que a gestão coletiva e comunitária pode ser uma via institucional para animar políticas públicas que, inspiradas no conhecimento e governança de povos tradicionais, repliquem práticas que busquem conciliar uso e conservação de recursos. Em termos de prática de pesquisa, tive a oportunidade de observar e executar encontro de regimes diferentes de conhecimento, o científico e o camponês. Se as leituras realizadas desde a graduação sobre metodologia participativa davam diretrizes a respeito da horizontalidade de conhecimento, durante minha pesquisa de dissertação pude entender que a prática deveria estar intrínseca em todas as etapas

da pesquisa: o tema da pesquisa; o polimento dos objetivos e a metodologia empregada deveria atender, principalmente, interesses da população atingida, consultando à representação de trabalhadores rurais. A participação em atividades paralelas ao desenvolvimento da pesquisa, através do PPGSAT, ou pelo PPJ¹, contribuíram para agregar a esta conduta investigativa para questionar a (in)extensão universitária e possibilitando a descentralização do eixo central de decisão. Poderia citar mais “lições” captadas neste percurso, contudo, fecho a lista com outro ponto que abrange a esfera do significado de ser pesquisador de um programa de mestrado associado entre uma universidade federal e uma estadual para com a sociedade. Os corpos docentes, discentes e administradores do PPGSAT me revelaram de forma exemplar um modelo de compromisso e seriedade, no qual se prevalecem a assiduidade, o trabalho em equipe, a transparência, a resiliência, a horizontalidade, a inovação, e a contrapartida para a sociedade que universidades públicas devem ter.

Nestes moldes, realizei o primeiro semestre do mestrado dividindo a semana entre as aulas no mestrado associado UFMG-Unimontes em Montes Claros com trabalhos de docência em Geografia em Belo Horizonte e Lagoa Santa. Este regime que me exigiu muito esforço foi aliviado no segundo semestre do mestrado pela oportunidade de recebimento de bolsa pela Capes, permitindo dedicação exclusiva ao estudo, realizando disciplinas e atividades extraclasse em Montes Claros. O terceiro semestre foi marcado pela intensificação das pesquisas, da realização de campos e do estágio à docência também no ICA/UFMG, e pela conclusão da dissertação, para formar no curso antes do início do doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia, no IGC/UFMG. Sigo, desta forma, no projeto acadêmico para cumprir esta nova etapa de qualificação pessoal, e como se tem feito, dedicando novamente os estudos à população camponesa do Vale do Jequitinhonha, somando aprendizagens no âmbito de contribuir para construção de um acervo que subsidie o desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades.

¹ Para não esgotar os exemplos cito: o trabalho em campo realizado em parceria com os(as) agricultores(as) da Associação dos Usuários da Sub-bacia do rio dos Cochos (ASSUSBAC), em Januária, e as atividades regulares do Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar /Sítio de Saluzinho, no campus do ICA/UFMG em Montes Claros; a qualificação de projeto de dissertação de forma coletiva nas dependências da área de formação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), em Turmalina.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO AO TEMA E OBJETIVOS

A usina hidrelétrica de Irapé foi construída no alto curso do Rio Jequitinhonha entre os municípios de Grão Mogol e Berilo, localizados na porção nordeste de Minas Gerais. Finalizada em 2006, promoveu o represamento do Rio Jequitinhonha a poucos quilômetros de sua interseção com o Rio Itacambirucu e criou um lago de aproximadamente 140 km², que se estendeu por 100 km a montante do primeiro rio e 40 km do segundo, respectivamente; e atingiu diretamente mais de 40 comunidades camponesas.

A UHE de Irapé estava prevista desde a década de 1960 nos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil, seu projeto tomou novo fôlego na década de 1980 com revisão de dados para, na década de 1990, iniciarem os estudos de viabilidade, e em 2006 ser concluída. Assim, Irapé pode ser interpretada como um reflexo da linha de programas modernizantes de desenvolvimento e que se concretizou em um turbilhão de interesses políticos e econômicos conflitantes.

Desde meados da década de 1990, quando o projeto se concretizava por meio de estudos em loco, a população dos municípios da área afetada já tomavam medidas para se organizar diante de dúvidas e certezas sobre o empreendimento. Os diferentes grupos sociais – de autoridades públicas a representantes da sociedade civil – reagiram à presença de agentes da Cemig, exigindo informações. Paulatinamente, estes grupos se dividiam, ora sutilmente, ora evidentemente, entre apoiadores e resistentes. Entre os primeiros se destacavam indivíduos dos setores políticos locais e empresariado, do outro, camponeses direta ou indiretamente atingidos, e seus parceiros como os sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas, pastorais sociais e organizações que subsidiavam o apoio. Ressalta-se que os grupos sociais, não possuem uma unidade direta na ação política, podendo encontrar sujeitos do mesmo grupo social em lados opostos, bem como se podem identificar posições políticas durante o processo de implantação da Usina que refutam a possibilidade de criar lados duos em uma dicotomia acirrada e concreta. De todo modo, é impossível não considerar a ação de organizações que forneceram apoios fundamentais no processo de resistência das comunidades camponesas organizadas na Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé: Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale) Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e a Comissão de Pastoral da Terra (CPT). Segundo relatos

colhidos em campo, se em um primeiro momento estas concertações institucionais resistiram contra a implantação da UHE de Irapé, em um segundo momento, vista a violência impositiva dos empreendedores, lutaram para realizar este processo da forma menos injusta.

As famílias reassentadas pela empresa geradora, CEMIG – cerca de 1.200, ou aproximadamente 5.000 pessoas, – compunham complexa e rica diversidade camponesa, na qual se destacam modos específicos de produção de alimentos pelo trabalho familiar, de gestões comunitária de recursos da natureza e o íntimo contato de conhecimento com a terra onde vivem, que compõem complexas formas de dinâmicas e organizações sociais como demonstrado em diversos estudos e em especial por Eduardo Ribeiro (2005) e outros. Comunidades camponesas – forte expressão socioeconômica e cultural do Alto Vale do Jequitinhonha – foram as mais comprometidas em todo processo da UHE de Irapé, desde seu planejamento ao seu pleno funcionamento. Isto não se deveu apenas por terem sido retiradas dos vales férteis dos rios barrados e reassentadas em locais bastante distintos daqueles que habitavam – *habitavam* no sentido amplo da palavra, lugar de reprodução de atividades, mas também de afeto, memória, de vida. Comunidades camponesas foram afetadas por margearem um grande empreendimento gerido por uma empresa de grande porte, formado por um lago artificial, enorme, que cobriu a natureza das grotas onde produziam alimentos; esvaziou povoados, rompeu laços, saturou relações e marcou vidas.

Dentre incontáveis consequências, esta hidrelétrica haveria cumprido seu principal objetivo? Ou, o que "justificou" à sociedade suas violentas transformações do espaço? O desenvolvimento prometido “chegou” à região? Estas são algumas perguntas que guiaram as pesquisas desta dissertação. Mais importante do que respondê-las, é preciso aprofundar nestes questionamentos: o objetivo de uma hidrelétrica é desenvolver? Que espaço ocupa, e quem ocupava este espaço? O que é desenvolvimento e para quem ele serve?

Assim, a compreensão dos processos históricos de ocupação e formação é imprescindível para entender as singularidades destas comunidades camponesas do alto vale do Jequitinhonha: expressam características do trabalho familiar, da relação com a natureza fundamentada em um grande acervo de conhecimento e da gestão comunitária. Não somente os processos histórico, como também dinâmicas políticas que desafiam o leitor a discriminar a imagem criada por décadas do *Vale da Miséria*, em seu estigma de pobreza e baixo dinamismo econômico, de um território deprimido, ao qual as políticas de exploração de seus

recursos humanos e naturais estão à face das políticas de promoção de cidadania e qualidade de vida.

As possibilidades de desenvolvimento aparecem então como legitimadoras e servem de justificativas para as imposições violentas de transformação intensa do espaço destinado à produção de energia. Contudo, a evocação deste conceito – desenvolvimento – por diferentes grupos sociais parecem ter significados diversos, quase antagônicos. E, além de respostas, este conceito sugere questões: “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, pois comporta um elemento de intencionalidade” como ensinou Celso Furtado (1994: 37). Por isto, frequentemente, misturam-se no conceito as intenções variadas de progresso, crescimento econômico, promoção de qualidade de vida, fortalecimento das estruturas locais...

As discussões sobre desenvolvimento se complexificam quando se trata de um território no qual sociedade, economia e a cultura têm forte embasamento na dinâmica camponesa. Camponeses que para José de Souza Martins (1981) sempre foram marginalizados por diferentes setores da sociedade, inclusive a academia, mas tem características singulares nas formas de (re)produção, muitas vezes abreviada e reduzida de forma pejorativa a uma *economia sem produção*, nas palavras de Gustavo Maia Gomes (2011), ou, “pequena produção rural num nível muito baixo de produção e produtividade”, como descreveu o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Enerconsult/Cemig (1998) sobre a população a ser atingida pela UHE de Irapé. Essa perspectiva – definida pela negação – induz-se a pensar que esta população clama pela redenção a ser trazida pelo "progresso".

O predomínio da configuração camponesa comumente interpretada como estigma de baixo dinamismo econômico foi um dos fundamentos para legitimar e destinar ao Jequitinhonha grandes projetos de desenvolvimento *modernizantes*. A partir da década de 1970, e embalados até os dias atuais, estes tipos de programas criaram grandes expectativas de criação de empregos temporários, elevar a produtividade com intensificação da exploração de recursos naturais, busca por erradicar os indicadores de pobreza (RIBEIRO et al, 2007). A execução destas políticas resultou na desapropriação de terrenos familiares, desmatamento e implantação de monoculturas, tais como a silvicultura, criação de parques florestais e também barramento de rios. A construção da barragem de Irapé segue a lógica desenvolvimentista conferida há mais de quatro décadas, cujos efeitos são temas polêmicos e complexos.

Existe acervo importante na reflexão sobre a instalação da UHE Irapé na bacia hidrográfica do Jequitinhonha, composto por uma série variada de material bibliográfico. Estes estudos são principalmente fruto de exigências legais feitas por órgãos estatais, investigações acadêmicas e demandas de organizações que representavam os grupos sociais atingidos por Irapé. O mosaico de publicações técnicas, acadêmicas e literárias é interdisciplinar é diverso e por vezes controverso, no qual se identifica colisão de dados e conclusões antagônicas: Estudos de Impacto Ambiental – da ENERCONSULT, contratado pela Cemig para obter as licenças necessárias ao empreendimento; o estudo paralelo realizado pela Comissão de Atingidos por Irapé e pelo Centro Assessoria aos Membros Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale) e apoiado pelas organizações populares; Planos de Controle Ambiental; dissertações e teses; eventos e publicações de artigos – em destaque ao “Irapé + 5 – Colóquio sobre a Barragem de Irapé: um balaço das consequências ambientais”.

Boa parte desses estudos analisou o processo de implantação da Usina assim como algumas consequências imediatas: o drama da desapropriação, da resistência, do reassentamento dos atingidos, entre outros que compõe um mosaico de literaturas importantes que registraram e refletiram sobre a implantação da barragem. O violento processo de implantação da Usina e seus efeitos foram registrados e analisados por Zucarelli (2006 e 2015), Lestingi (2014), Jiménez (2007), Pereira (2012), Zhouri e Oliveira (2005), bem como as complicações e consequências da desapropriação e reassentamento da população remanejada estudados por Lestingi (2014), Santos (2015) e Pereira (2012). Houve também trabalhos mais técnicos como os monitoramentos ambientais, e investigações sobre a polêmica presença de sulfeto na água da barragem que contamina peixes à jusante atingindo muitos outros municípios do médio e baixo curso do Rio Jequitinhonha (DUARTE, 201; PEREIRA, 2008; GODINHO, 2007; CODETER BAIXO JEQUITINHONHA, 2015).

Entre a documentação da história da UHE, merece destaque o cordel publicado em 1993 – (“História do povo da beira dos rios”, na versão impressa, depois veiculado como vídeo com o título de "Cordel dos atingidos") – de autoria de Eduardo Ribeiro, sob o pseudônimo "Benjamin Rocha". Esta publicação sintetizou os resultados de uma pesquisa realizada conjuntamente por uma equipe mista de lavradores representando a Comissão de Atingidos de Irapé e por técnicos do CAMPO-VALE para analisar e se contrapor aos resultados apresentados pela Enerconsult/Cemig no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Este cordel é uma síntese do estudo sobre o enorme acervo de conhecimento histórico, agrário, técnico e ambiental das comunidades camponesas, que ocupavam os vales dos rios

Jequitinhonha, Itacambiruçu e afluentes. O cordel, musicado pelo lavrador José de Socorro Martins – morador da comunidade de Canabrava atingida pela águas da barragem – se tornou em um documento importante para valorização da cultura, da memória e modo de vida das localidades atingidas.

O objetivo desta dissertação foi contribuir para a identificação e análise de legados e consequências socioeconômicas, socioambientais e culturais nos municípios diretamente inundados pela UHE de Irapé após uma década de funcionamento da usina. Em específico, pretendeu-se compreender as expectativas de desenvolvimento projetadas no empreendimento energético e a interpretação perceptiva da população que habita os municípios atingidos.

Trata-se de um estudo holístico, focado em analisar as consequências não a partir do cumprimento das leis vigentes, ou do atendimento aos objetivos de empreendimento de geração de energia elétrica, ou ainda em interesses pautados em um ou outro setor da sociedade. Ao contrário, apresenta resultados e reflexões a partir uma inquietação que embasou a pesquisa sobre o que a UHE de Irapé deixou de legado² para os sete municípios atingidos pela barragem, sobretudo, as consequências da implantação de um grande projeto hidrelétrico em uma região de dinâmica complexa caracterizada pela forte presença de atividade camponesa. Esta dissertação, portanto, se aplica àqueles que estão – permaneceram – à margem de Irapé.

² Legado – aqui – se compreende naquilo que a UHE de Irapé deixa à sucessão para a população dos municípios atingidos. O emprego deste termo será explicitado no capítulo 5.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1. ALGUNS CRITÉRIOS

Para se alcançar os objetivos de investigar os efeitos gerados pela implantação da UHE de Irapé para os municípios diretamente inundados, após uma década de funcionamento da usina, algumas dificuldades se impuseram: como definir efeitos gerados? A fim de tonar a análise e os resultados da pesquisa, estes efeitos foram divididos entre legados e consequências. O entendimento destes termos para esta dissertação será explicitado nos capítulos referentes aos respectivos resultados, mas, para apontar suas especificidades, buscou-se evidenciar com os legados os efeitos propositais da Usina, enquanto consequências se referem aos efeitos não intencionais. Esta classificação também busca evitar o emprego do termo impacto – positivo ou negativo – para não entrar em um campo de discussão tecnicista, atrelado a modelos de análise pré-estabelecidos, e acabar por inserir esta dissertação a um contra ponto a estudos de impacto ambientais já publicados.

Outro desafio enfrentado foi definir os sujeitos atingidos para esta pesquisa. Obstante à abrangência da totalidade sócio-espacial da interferência da UHE de Irapé, o termo *atingido* é empregado nesta dissertação para designar à população dos municípios parcialmente inundados pela represa. Há, portanto, duas esferas – contidas entre si – de população atingida: a) os habitantes dos municípios atingidos; b) habitantes que moram em povoados que margeiam a represa de Irapé.

A primeira esfera se refere às possibilidades de impactos da Usina na administração-pública ocasionada pelas transformações espaciais, principalmente pela perda de área para a represa. A segunda esfera se remete aos habitantes de povoados e comunidades que margeiam o lago de Irapé, localizados assim mais próximos das áreas intensamente transformadas pelo represamento das águas do rio Jequitinhonha.

Atenta-se, assim, para além daquelas pessoas que foram desapropriadas e reassentadas, mas também àquelas que permaneceram, ou estão, de alguma forma afetadas pelas águas da represa. Durante a pesquisa de campo as narrativas se remetiam não raramente aos reassentados, no sentido do paradeiro destes, mas também do vazio deixado. Desta forma, foi preciso entender que também a população que não foi retirada de seus terrenos foi afetada diretamente pelo remanejamento das demais famílias. Isso se deu a partir da imposição das desapropriações, o que marcou a memória de quem ficou, da população residente dos

municípios atingidos, que perderam laços afetivos, conhecidos, bem como outros aspectos relacionados ao esvaziamento de comunidades.

Importante salientar que a determinação do recorte de estudo não pretendeu reduzir o conceito de atingido, pois este conceito, em sua ampla abrangência, seja por definição da legislação vigente ou pela evocação de direitos por moradores ao perceberem transformações advindas da implantação de empreendimentos de grande porte é, como afirmou Vainer (2003), um objeto de disputa política.

Ainda se pode dizer de um terceiro desafio metodológico referente ao marco temporal de análise. Ao pesquisar os efeitos da UHE de Irapé uma década após seu funcionamento, buscou-se, como será mais explicado à frente, legados e consequências vivos no período da realização da pesquisa. Não se pretendeu, necessariamente, realizar um levantamento de eventos e episódios acumulados ao longo destes anos, mas sim captar o que se sucede desde do processo da implantação de Irapé.

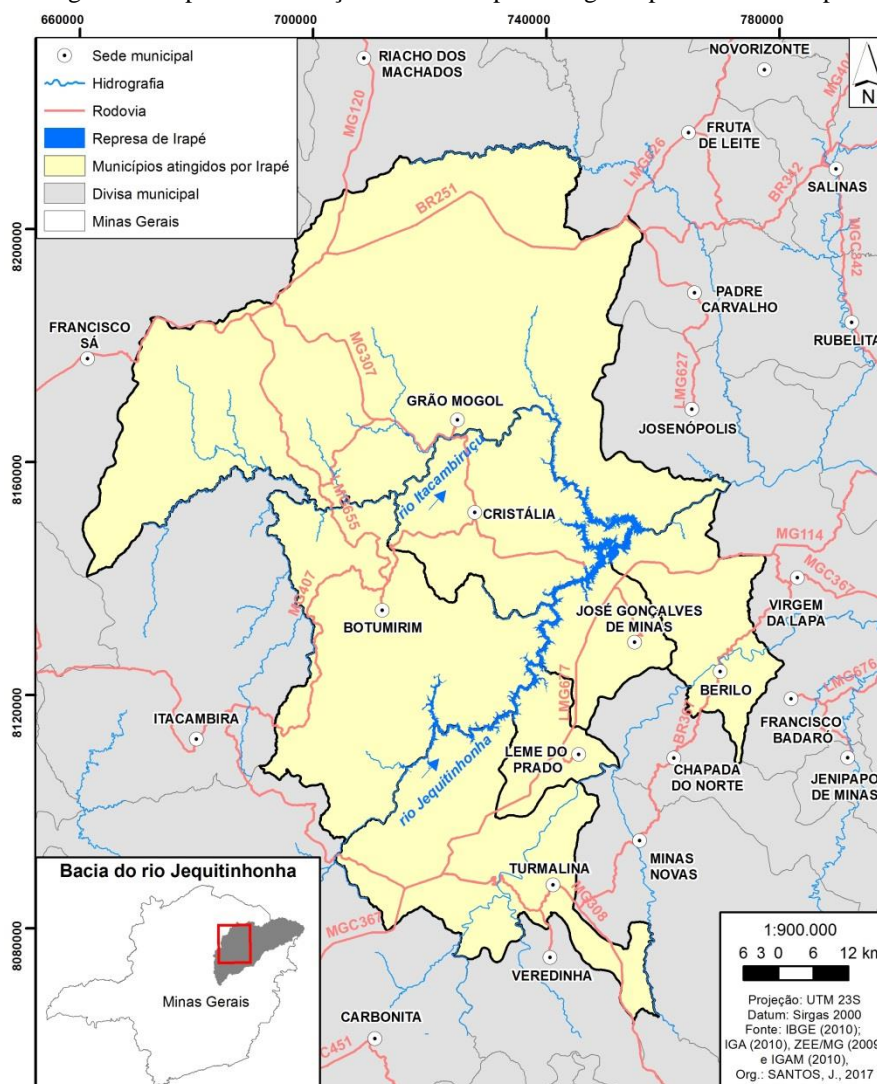
Nesse sentido, optou-se por distinguir os efeitos entre legados e consequências. Consideraram-se, então, os seguintes critérios:

1. Os efeitos que foram gerados pela implantação, presença e funcionamento da represa:
 - a. deveriam ser identificados em território dos municípios inundados pelo barramento do rio Jequitinhonha pela UHE Irapé;
 - b. deveriam apresentar pertinência no marco temporal de análise, ou seja, efeitos que apresentassem atividade ao longo deste período.
2. Os legados foram compreendidos no seu sentido de sucessão de benefício para a população dos municípios.
3. As consequências foram compreendidas no seu sentido de resultados não desejados pela população dos municípios.
4. Compreendeu-se como populações atingidas pela UHE de Irapé tanto aquela que foi remanejada por causa do enchimento da represa quanto aquela que permaneceu na beira do lago e foi afetada de forma direta e indireta pelo empreendimento.
5. Compreendeu-se como municípios inundados pela UHE de Irapé aqueles que tiveram parte do território alagado pela represa, tendo a administração pública afetada por este fato.

2.2. ÁREA DA PESQUISA: IRAPÉ

A represa da UHE de Irapé alagou territórios de sete municípios localizados no alto curso da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha: Grão Mogol, Cristália e Botumirim, inseridos à margem esquerda do Rio; e Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, e Turmalina à margem direita, conforme demonstrado na figura 1:

Figura 1: Mapa da localização dos municípios atingidos pela UHE de Irapé.



FONTE: IBGE, 2017.

Esses municípios que tiveram o território alagado pela represa abrigavam ao menos 40 comunidades rurais que foram atingidas pelas águas, em sua maioria compostas por população camponesa tanto na parcela que foi desalojada quanto a que permaneceu às margens do lago formado. São estes sete municípios também que receberam e recebem diretamente repasses da hidrelétrica: a Compensação Financeira e o Imposto sobre a

Circulação de Mercadorias e Serviços. Sob estes aspectos que se definiu o recorte territorial de estudo.

A barragem de 208 metros de altura represou as águas do alto curso do Rio Jequitinhonha com intercessão com o Itacambiruçu, entre os municípios de Grão Mogol, onde se concentram os equipamentos do complexo energético (casa de força, vertedouro, transmissão, etc.) e Berilo. A área alagada é de 137km², conforme a CEMIG, ou 148km² conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os custos orçados para sua implantação dobraram ao longo do processo, chegando à R\$2 bilhões (LESTINGI, 2014). No quadro 1 há uma síntese da caracterização do empreendimento.

Quadro 1: Informações sintéticas sobre a UHE Irapé

Empreendedor	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
Nome	Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitscheck
Entrada em operação	Julho de 2006
Famílias reassentadas	1200 (5000 pessoas)
Municípios que tiveram áreas inundadas	7 (Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado e Turmalina)
Área alagada:	137km ² (CEMIG) ou 148.81km ² (ANEEL)
Altura	208 metros
Nível Máximo Normal (m)	510
Nível Mínimo Normal (m)	493,5
Custo de implantação	R\$ 2 bilhões (valor de 2006)
Município-sede	Grão Mogol
Número de máquinas	3
Bacia Hidrográfica	Jequitinhonha
Tipo do reservatório	Acumulação
Capacidade Instalada em MW	360

Nesta dissertação utiliza-se diferentes denominações para se referir ou a abordagens ou a aspectos sobre Irapé. Assim, é empregado o termo *UHE de Irapé* quando se trata do complexo energético de Irapé em seu conjunto de forma mais ampla, desde o conjunto de infraestrutura implantado à sua geração de energia e recursos financeiros. O termo *barragem* se refere à barreira física que represou a água do rio Jequitinhonha. *Lago*, ou *represa* se referem ao reservatório do corpo hídrico formado pelo barramento. *Usina* ou *Hidrelétrica* se referem ao empreendimento energético e econômico possibilitado pela geração e distribuição de energia. Utiliza-se o termo *Irapé*, em seu nome próprio e só, ao se referenciar à forma de

abstração mais complexa, que oscila através presença espacial do complexo energético, mas também ao episódio histórico de sua implantação e suas decorrências sociais na vida cotidiana. A *Irapé* é uma soma da materialidade do empreendimento com o universo de memórias e consequências geradas, conforme a sociedade envolvente costuma se referenciar ao objeto.

A fim de traçar um perfil socioeconômico dos municípios alagados pela barragem, realizou-se um levantamento pelos censos populacionais realizados pelo IBGE de 2000 e 2010 tendo como referência a situação antes e depois do funcionamento da UHE de Irapé. Para consulta destes dados utilizou-se o site do Atlas do Desenvolvimento Humano, que foi organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e Fundação João Pinheiro (FJP); e o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, foi consultado para informações referentes à Agricultura Familiar.

Em escala mais específica, intrínseca aos municípios, comunidades rurais e povoados foram prejudicados por terem perdido terras, contingentes populacionais, vias de acesso, entre outros aspectos. A proximidade com o lago e, portanto, aos processos de implantação da barragem impuseram aos núcleos populacionais que ficaram nas margens da represa consequências causadas pelos efeitos mais diretos do empreendimento. Os povoados de Peixe-Cru, Mandaçaia, Tingui, Posse, Cabra, Santa Rita, Igitatu, Buriti, Santa Maria, Ventania, Alegre, Santa Maria, Lelivéldia, são exemplos de localidades diretamente afetadas em suas territorialidades pelo empreendimento.

Portanto, a metodologia empregadas buscou combinar técnicas que possibilitassem coletar informações e dados que permitissem alcançar os objetivos propostos que tanto desse conta de analisar os legados para os municípios e as consequências para suas populações.

1.3. MARCO TEMPORAL

A UHE de Irapé iniciou a produção de energia elétrica em setembro de 2006, data também do primeiro repasse de Compensação Financeira para os municípios – uma das principais composições do legado da usina. Assim, em agosto de 2016 completou-se dez anos de operação da usina, como dito acima, ao considerar a data de início de coleta dados documentais até e defesa desta dissertação foram estudados 11 anos e meio de funcionamento

da Usina, mas por simples "arredondamento" denominou-se como marco temporal da pesquisa *uma década*.

Uma década é o período a partir do qual se centrou o estudo sobre a pertinência – ou não – de legados e consequências.

1.4. ETAPAS

A pesquisa foi metodologicamente dividida em duas partes: pesquisa documental em gabinete e entrevistas em profundidade em campo, em um subsídio mútuo de informações.

1.4.1. Primeira etapa

A primeira etapa consistiu em levantamento de dados e análise de dados documentais do pagamento da Compensação Financeira e ICMS; e a relação de ambos com as receitas dos municípios e programas de transferência de renda.

Os valores da Compensação Financeira foram extraídos da página da ANEEL³ a partir do primeiro mês de pagamento – agosto de 2006 – até agosto de 2017, preenchendo exatos 11 exercícios financeiros. Estes dados foram organizados em gráficos para análise de comportamento evolutivo.

A Compensação Financeira, apresentada no capítulo 5, é rateada entre os municípios que tiveram áreas inundadas conforme a porcentagem da área alagada pela represa em cada município. Para aprofundamento da análise elegeu-se, entre os sete municípios diretamente atingidos, três que representassem diferentes porcentagens de participação do pagamento da Compensação Financeira. Assim, as análises se aprofundaram para os municípios de Cristália - que recebe o maior percentual da Compensação de todos (27,52%), Berilo que recebe a menor proporção (5,01%), e Grão Mogol que recebe proporção mediana (14,68%). Esta escolha atendeu e se combinou também com outros critérios: municípios que se situassem nas duas margens do Rio Jequitinhonha, e local que abrigasse todos os elementos do complexo de produção e distribuição de energia, pois se trata do único que recebe repasse de ICMS, no caso em questão, Grão Mogol⁴.

³ Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/>

⁴ O ICMS já foi dividido, durante um curto período entre Grão Mogol e Berilo, pois o eixo da barragem se localiza entre os dois municípios, mas em função da localização da "casa de máquinas" o ICMS passou a ser destinado somente à Grão Mogol. Para mais informações: STJ - RMS: 33139 MG 2010/0189756-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/06/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2011.

A partir de análises documentais, o recorte dos municípios, em específico para Cristália e Berilo, também permitiu uma análise baseada na relação entre repasse de compensação financeira e população de forma proporcionalmente invertida, pois Cristália tem o menor coeficiente de repasse pelo Fundo de Participação dos Municípios em relação a Berilo, que tem o maior coeficiente entre os três municípios selecionados.

Analisar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi outra opção metodológica no sentido de usá-lo como certa base para estimar o significado dos repasses de Compensação Financeira de cada município. Cada município tem fontes variadas de verbas, contudo o FPM, como será explanado no capítulo 5, é uma transferência do Governo Federal para todos os municípios utilizando o critério de quantitativo populacional. Assim, a partir das informações do Tesouro Nacional, levantou-se os valores procedentes do FPM para os três municípios selecionados no período de referência ao pagamento da Compensação Financeira para, desta forma, obter a razão entre os dois repasses, a fim de analisar o que significa a geração de receita provinda da Usina de Irapé.

Outra importante receita gerada pela UHE de Irapé, o ICMS, é uma arrecadação que incide ao serviço de geração e distribuição de energia que são realizados somente em Grão Mogol. Apesar de não ser um valor distribuído entre os demais municípios, o ICMS gerado pela Usina possui expressivo valor em relação aos repasses municipais de Compensação Financeira, o que explica sua importância enquanto objeto desta pesquisa. No entanto, os dados relativos ao pagamento de ICMS da UHE de Irapé para o município de Grão Mogol é considerada, conforme a Cemig, informação confidencial passível de consulta. Para o desenvolvimento da pesquisa de dissertação, foi solicitado ao setor competente da Cemig acesso a esta informação⁵ que, até o momento da revisão da redação desta dissertação não houve – sequer – retorno. Os valores de ICMS transferidos para Grão Mogol podem ser obtidos pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais e se referem ao total arrecadado pelo município, mas, este dado não atenderia o objetivo deste estudo por não indicar o repasse de forma isolada, ou seja, procedente da geração de energia por Irapé. Diante deste impasse, a análise do ICMS de Irapé foi desenvolvida a partir da leitura de informações obtidas pelo Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) feito pela ÁGUA E TERRA/CEMIG em 2009 e que analisou o comportamento da arrecadação deste imposto com municípios da chamada “área de influência direta e indireta” da Usina de Irapé. Utilizou-se

⁵Foi enviado para o setor de pagamento de ICMS da Cemig um termo de solicitação de informação que se encontra em anexo, seguindo assim as recomendações da própria empresa.

também a coleta direta de informações a partir de entrevistas com o prefeito e a tesoureira de Grão Mogol.

Nesta etapa de pesquisa foram levantados também o montante de recurso provindos do Programa Bolsa Família e Aposentadoria Rural para os três municípios em questão, compreendidos nesta dissertação enquanto notáveis Programas de Transferências Continuadas de Renda (PTCR) para a população dos municípios atingidos. A escolha destes programas foi fundamentada: i) por ser uma fonte mensal de entrada de recurso para os municípios; ii) o público alvo dessas transferências nessas localidades tinham o perfil muito semelhante à parcela da população atingida por Irapé; iii) pelas características de pagamento de benefícios de forma descentralizada, contrapondo assim as arrecadações de Compensação Financeira e ICMS centralizadas na administração pública.

Em suma, a escolha metodológica do conjunto destes repasses seguiram as seguintes premissas:

a) a Compensação Financeira condiz com a renda que a UHE de Irapé gera para o conjunto dos municípios atingidos;

b) o FPM foi considerado para este trabalho como uma baliza de receita municipal de referência, baseado no coeficiente populacional de cada município;

c) a população dos municípios inundados por Irapé possui grande parcela elegível para os programas de transferência de renda, tanto para o Bolsa Família, como a aposentadoria rural.

d) a implantação da UHE de Irapé culminou na perda de terras onde havia – também – atividades de reprodução doméstica e agrícola. Os dados censitários disponíveis sobre a dinâmica demográfica dos locais enfocados e ausência de literatura direcionada não permitiram a afirmação de que a retirada de mais de 1.000 famílias para o enchimento da represa representou um decréscimo habitacional atual significativo nos municípios alagados, e assim, possível redução dos repasses por FPM e transferências de renda. Contudo, neste trabalho entende-se que a atividade de geração de energia hidrelétrica por reservatório não pode ser concomitante com atividade de reprodução da agricultura familiar, pelo motivo óbvio de áreas inundadas perderem sua possibilidade de moradia e de aptidão agrícola.

Aqui cabe um esclarecimento metodológico: sabe-se que há diferenças entre a base de cálculo dessas entradas de recursos financeiros para os municípios: Compensação Financeira

e o Fundo de Participação dos Municípios; Bolsa Família e Aposentadoria Rural. Assim, não se pretendeu fazer uma análise contábil ou uma correlação entre estas fontes; mas ao contrário, buscou-se analisar o significado desses repasses e sua relação com a ideia de desenvolvimento a partir de Irapé, principalmente, na percepção da gestão pública e de parte da população atingida. Tem-se claro, por um lado, que há fragilidades nessa comparação, pois são repasses diferentes, mas por outro lado, há força nessa comparação pois, em uma reflexão mais global e holística, permite estabelecer bases para análises nas localidades, a partir da construção de uma grande obra, da gestão de recursos e sua relação com o "desenvolvimento". Trata-se, portanto, de uma análise de cunho dialético a partir de gráficos que possam sustentar uma reflexão sobre o valor de receitas que o empreendimento hidrelétrico gera diretamente para os municípios atingidos.

1.4.2. Segunda etapa

A segunda etapa da pesquisa teve por objetivo a coleta de dados qualitativos em campo, através da realização de entrevistas em profundidade⁶ com representantes de segmentos diversos que compõem o município. Para isso, foi definido quais representantes seriam estratégicos para se obter informações, cuja seleção se priorizou àqueles sujeitos que tivessem vivenciado o processo de instalação da UHE de Irapé e atravessado o período de marco temporal desta dissertação em certo grau de acompanhamento das questões relativas às consequências nos municípios atingidos. Foram, portanto, sujeitos que acompanharam seja a população atingida seja os municípios alagados durante esta década, cujo relato agrega o conhecimento adquirido na proximidade do objeto de estudo.

Selecionou-se também os núcleos populacionais que margeiam o lago, definindo um povoado rural para cada município selecionado. Desta forma, foram escolhidos o povoado de Cabra em Cristália, Comunidade de Tingui em Grão Mogol e Lelivéldia em Berilo. Foram comunidades majoritariamente camponesas que, atingidas, permaneceram literalmente a margem de Irapé.

Os sujeitos selecionados para as entrevistas em profundidade eram representantes do poder público, representantes de camponeses e trabalhadores rurais, líderes comunitários,

⁶ A entrevista em profundidade é uma forma de obter informações de sujeitos-chave sobre determinado assunto que se pretende maiores devaneios e concretude. Queiroz (1988) sugeriu o uso do roteiro de questões, para melhores resultados. Esta ferramenta se fundamenta em apenas questões abertas, para a qual a conduta será mais livre, permitindo inclusive devaneios maiores sobre as indagações. Neste tipo de pesquisa, é importante deixar com que o pesquisado fale mais – *e muito mais* – do que o pesquisador.

comerciantes, e agentes de desenvolvimento. A cuidadosa escolha dos sujeitos sociais foi metodologicamente estratégica para coletar informações de diferentes grupos sociais, em que se considerou a experiência vivida e o conhecimento destas pessoas a respeito dos fenômenos investigados. Assim, através das entrevistas, pode-se abranger um leque de percepções diversas, pelas quais se obteve desde dados concretos a narrativas de visões de mundo. Buscou-se juntos aos entrevistados abarcar a amplitude de significados da UHE de Irapé para os municípios alagados, para os quais se seguiu um roteiro de questões muito semelhante – senão por alguns enfoques específicos – para que houvesse falas dentro de um mesmo seguimento, sem grande distinção de direcionamento (o modelo roteiro está em anexos).

Foi realizado um pré-teste do roteiro – oportunidade gentilmente cedida pela representação da FETAEMG do Norte de Minas – e a partir dele realizados os ajustes necessários no roteiro. A direção da FETAEMG do Alto Jequitinhonha colaborou com o refinamento dos objetivos desta dissertação e com indicações prévias de localidades.

Através deste elenco, obteve-se informações e interpretações dos principais setores da sociedade local envolvidos no processo de implantação do empreendimento, como também atuantes no processo de desenvolvimento regional.

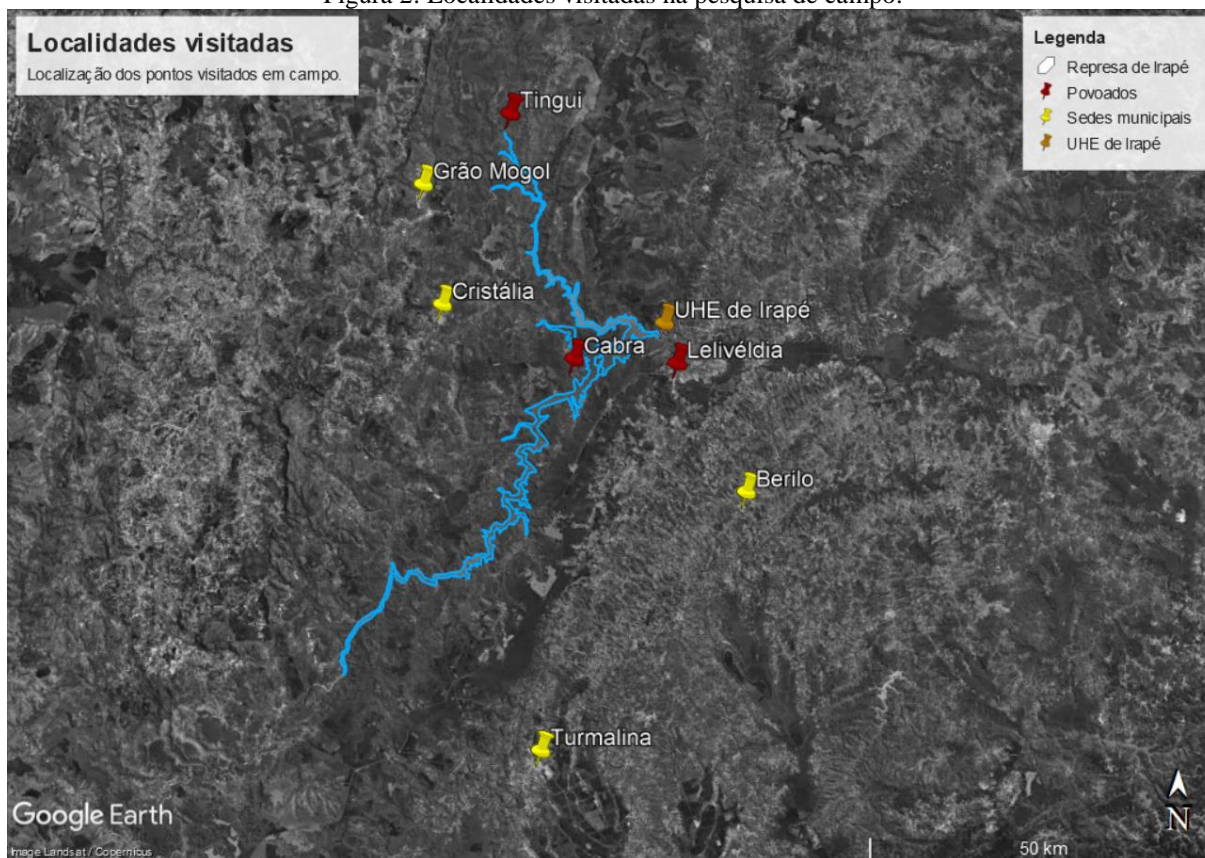
Foram entrevistadas 22 pessoas, identificadas conforme o quadro 2, localizadas e distribuídas conforme a figura 2 a seguir:

Quadro 2: Relação de pessoas entrevistadas

Entrevista	Representação	Ocupação	Local realizada
E1	Coordenação da FETAEMG do Norte de Minas	Diretora	Montes Claros
E2	Comissão dos Atingidos e do STR de Cristália	Presidente	Belo Horizonte
E3	Prefeitura de Cristália	Tesoureira	Cristália
E4	Comércio	Proprietário/diretor	Cristália
E5	Comércio	Proprietária/diretora	Cristália
E6	EMATER - Cristália	Extensionista	Cristália
E7	Povoado de Cabra – Cristália	Representante comunitário	Cabra/Cristália
E8	STR de Grão Mogol	Presidente	Grão Mogol
E9	Comunidade Ribeirão de Santana	Lavadora	Grão Mogol
E10	Comunidade de Tingui	Representante comunitário	Tingui/Grão Mogol
E11	Atingidos pelo PEGR	Lavadora	PEGR/Grão Mogol
E12	Prefeitura de Grão Mogol	Prefeito	Grão Mogol
E13	Prefeitura de Grão Mogol	Tesoureira	Grão Mogol
E14	STR de Turmalina	Presidente	Turmalina
E15	Comissão dos Atingidos e Coordenação da FETAEMG Alto Jequitinhonha	Diretor	Turmalina
E16	Representante da Comissão dos Atingidos e do CAV	Membro	Turmalina
E17	CAV	Presidente	Turmalina

E18	Prefeitura de Berilo	Secretário de Administração e Planejamento	Berilo
E19	Posto de Saúde de Lelivéldia	Enfermeira	Lelivéldia/Berilo
E20	Comércio	Proprietária/diretoria	Lelivéldia/Berilo
E21	CRAS	Coordenadora	Lelivéldia/Berilo
E22	Povoado de Lelivéldia	Morador	Lelivéldia/Berilo

Figura 2: Localidades visitadas na pesquisa de campo.



Fonte: Imagens de satélite do Google Earth, 2018.

A fim de priorizar a fala do *sujeito* a pesquisa seguiu o modelo de *roteiro de questões*, no qual não há questões fechadas, muito menos respostas pré-moldadas (QUEIROZ, 1998). Este modelo possibilitou uma conduta mais livre, permitindo que o pesquisado fale mais – e muito mais – do que o pesquisador (QUEIROZ, 1998). Desta forma, as questões abertas permitiram maiores aprofundamentos sobre fenômenos intrínsecos na narrativa do informante, possibilitando ainda indagações que apareceram pertinentes no avanço da entrevista. Os roteiros foram elaborados com perguntas-chave, organizadas em: informações sobre o entrevistado, percepções sobre a UHE de Irapé na época de implantação, percepções sobre a UHE de Irapé em 2017, percepções sobre os povoados que margeiam a represa e percepção sobre desenvolvimento. Entretanto, estas questões tiveram importante tarefa de estimular a memória e a perspectiva do sujeito, assim, valorizaram-se divagações que

dilatavam as indagações previstas, ampliando os assuntos e explorando fenômenos por ângulos não pensados pelo pesquisador.

Na realização dos campos, nos quais se utilizou ferramentas da pesquisa qualitativa – cuja “preocupação é fundamentar o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” (GODOY, 1995: 6) –, foi feito também o registro fotográfico e registro de impressões em cadernos de anotações. Foram realizadas duas fases de pesquisa de campo: a primeira em novembro de 2017, em Grão Mogol e Cristália, na margem esquerda do rio; a segunda, em janeiro de 2018, em Turmalina e Berilo na margem direita. Apesar de não estar na seleção dos municípios analisados, em Turmalina se localiza a sede do Centro de Agricultura Vicente Nica, organização da sociedade civil animada por famílias de lavradores, onde houve articulação de sujeitos de notória participação na Comissão dos Atingidos, e que conduzia ou coordenava projetos de âmbito regional como o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) e de desenvolvimento comunitário.

As entrevistas foram gravadas e parcialmente transcritas de forma criteriosa. As narrativas obtidas pelas entrevistas foram analisadas e organizadas em tópicos, como se encontra no capítulo 5, porém se concentram no capítulo 6. Esta organização procurou desenvolver uma lógica temática, alternando as falas de sujeitos e construindo uma narrativa. Este arranjo teve de ser elaborado com devido cuidado de não se descontextualizar falas, fantasiar conflitos, expor pessoas e manobrar assuntos em favor de uma hipótese.

CAPÍTULO 3 – HIDRELÉTRICAS, CAMPONESES E DESENVOLVIMENTO – UMA REVISÃO

O modelo brasileiro de aproveitamento dos recursos hídricos para geração de energia elétrica culminou na desapropriação de centenas de milhares de pessoas e no alagamento de vastas terras férteis, a maior parte deles em territórios camponeses, significando o privilegiamento desta forma de geração de energia sobre alternativas disponíveis de apropriação do espaço, como bem sintetizado por Lygia Sigaud em estudo datado de 1992. Observou-se, nas primeiras décadas do século XX, a disseminação de projetos hidrelétricos no Brasil, sob a defesa de uma energia de fonte renovável que avançam sobre territórios munidos da legalidade de licenciamentos ambientais; este, por sua vez, evidenciam relações de poder assimétricas entre os diferentes atores e seus interesses (ZHOURI, 2011).

No caso da usina hidrelétrica de Irapé, as comunidades atingidas de um lado e o setor energético de outro expressam racionalidades distintas em conflito:

Para as populações locais em geral, a terra representa o patrimônio da família e da comunidade, resguardado pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos. Para o Setor Elétrico, a partir de uma ótica de mercado, o território é entendido como propriedade e mercadoria passível de valorização monetária. (ZHOURI, 2011, pág. 16. Grifo da autora).

Neste sentido, é importante:

chamar a atenção para o fato de que os efeitos de um acontecimento como o avanço das águas (especificamente os que incidem sobre as condições sociais de produção) não estão contidos apenas no acontecimento em si, mas são mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território (SIGAUD, 1992, p. 1).

O Vale do Jequitinhonha tem significativa população residindo na zona rural (TEIXEIRA, 2011), cuja organização social produtiva se pauta no conhecimento e distinção edafoclimáticos dos ambientes locais. Galizoni (2007) demonstrou que as variações das zonas ecológicas que o relevo do Alto Jequitinhonha apresenta em seu interior – segundo os lavradores locais – são intimamente relacionadas às distribuições desiguais de fertilidade da terra para se produzir alimentos, assim, em conceitos êmicos, constroem uma classificação agroambiental entre *caatinga*, *campos* e *cultura*. Esta última se refere às terras mais úmidas e férteis, que estão próximas dos cursos d'água. Ou seja, as áreas preferenciais para o plantio de mantimentos foram as mais afetadas pela inundação de extensa parte dos vales dos rios Jequitinhonha e Itacambiruçu.

Denota-se, assim, um conflito por uso e ocupação do espaço por duas atividades muito distintas pelos sujeitos que a praticam, pelo significado de sua produção, pela gestão dos recursos naturais, entre outros fatores que devem ser postos em reflexão e discussão frente à noção de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

3.1 DESENVOLVIMENTO

Celso Furtado (1994) já dizia que o desenvolvimento comporta em sua definição e prática um elemento de intencionalidade. Parte-se desta premissa, de que, independente do modelo seguido, a legitimidade de ações de desenvolvimento se baseiam nos fundamentos ideológicos dos sujeitos sociais que o executam ou incorporam.

Antes de delinear os amplos significados do termo desenvolvimento, deve-se lembrar que, na linguagem coloquial, o conceito está atrelado a uma "transferência" do termo entre as ciências biológicas e as sociais e a distorção metafórica. Esteva (2000, pág. 62) afirma que seu uso estava relacionado “ao processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo para que ele alcance sua forma natural, completa e amadurecida”, assim ocorre, como previsto pelo biólogo a formação natural daquele ser. Quando a difusão do evolucionismo passou a relacionar, enquanto sinônimos, os termos evolução e desenvolvimento, já haviam sido feitas as primeiras transferências da metáfora biológica para esfera social, esta designando um processo gradual de mudança social (ESTEVA, 2000). O uso do termo desenvolvimento, no século XXI, ainda não conseguiu ou não quis desassociar plenamente de noções como suas escalas evolutivas e progressão “natural”.

O desenvolvimento, contudo, é, conforme Celso Furtado (1994, pág. 37), uma invenção que, “não se resume em resposta a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade”, e é por isso que esta possibilidade “se diferencia das mutações que estão na base da evolução natural”, pautada na inovação criativa do ser humano “que se volta para a descoberta dele mesmo” cujo objetivo, o desenvolvimento, só seria efetivo “quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade” (FURTADO, 1994: 37).

O conceito de desenvolvimento é polissêmico, carrega junto a si discursos políticos e acadêmicos. Ortega (2008) analisou que muitas vezes é atribuído ao termo *desenvolvimento* ações de cunho positivista, ou seja, evolutivo e direcional. O autor diz que a primazia desta ideologia datada do final do século XIX foi associada ao *progresso*. Nesta perspectiva, as

sociedades apresentam graus diferentes de evolução conforme o “nível” de civilidade, tecnologia, controle da natureza e seus recursos, etc. Em outra perspectiva, continua o autor, a partir de 1930, intensificou-se no mundo ocidental a atribuição de Bem-Estar Social ao *crescimento econômico*. Este outro conceito inferia que a qualidade de vida estava associada – e só seria possível – enquanto houvesse crescimento da economia. Estas duas ideologias citadas estão presentes no planejamento de financiamentos públicos ou privados e não respondem às duras indagações dos críticos do sistema capitalista, principalmente no que concerne a crescente desigualdade social. Neste sentido, o conceito de *desenvolvimento* vem pela busca de maior distribuição de riquezas e diminuição das disparidades socioeconômicas (ORTEGA, 2008).

Reduzir o *desenvolvimento* ao *crescimento econômico* foi uma atitude comum realizada pelos defensores iniciais do primeiro conceito, sendo atribuído a um simples crescimento da renda *per capita* nas áreas subdesenvolvidas (ESTEVA, 2000). Para este mesmo autor, o desenvolvimento possui um enorme leque de significados, ocupando “o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa”, contudo ao mesmo tempo contraditório, pois:

não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento (ESTEVA, 2000, pág. 61).

Em uma linha de perspectiva semelhante, Gómez (2002) apontou que a operacionalização do conceito de desenvolvimento – enquanto estratégia de reprodução do capital – é recente e desconexa, apenas nos últimos 50 anos se vem trabalhando esta categoria. Então,

não se trata, portanto, de uma categoria de profundo conteúdo histórico, tampouco de uma categoria ontologicamente atrelada ao devir da sociedade, como poderia deduzir-se da consideração e às vezes, veneração, com que esta idéia é apresentada e trabalhada (GÓMEZ, 2002, pág. 2).

Ao se tratar deste tema, distinguir o *nome da coisa* exige grande esforço. O conceito – considerando apenas o campo de conhecimento das ciências sociais – apresenta polissemia amplíssima, com conotações às vezes contrárias e muito polêmicas. O resultado prático de sua manifestação é ainda mais complexo, ou até mesmo suposto: “ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real [...] cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da

evolução do mundo” como aponta Esteva (2000: 66) quando discute o subdesenvolvimento em contraponto ao desenvolvimento.

Ciente da problemática intrínseca ao conceito de desenvolvimento, nesta dissertação não se pretendeu esgotar as críticas ao conceito, mas analisar os impactos da implantação de um "modelo de desenvolvimento" baseado em grandes obras.

Ademais, é importante delinear perspectivas otimistas do uso do termo com propostas animadoras, cujos nomes – também muito diversos – indicam sugestões de ressignificação do desenvolvimento em seu esforço de melhorar a qualidade de vida das populações. Gómez (2002), em artigo crítico ao *desenvolvimento local*, realizou uma revisão de vários autores sobre esta proposta, destacando suas principais diretrizes, organizando-a assim:

Quadro 1: Lista de autores e definições resumidas sobre desenvolvimento local.

J. F. Valcarcel-Resalt (1992)	Enfoque integrado / Contemplar tanto o território como a sociedade nele estabelecida / Mobilizar o potencial endógeno / Processo de desenvolvimento sustentável
A. Vázquez Barquero (1993)	Perspectiva territorial / Inovação / Mobilização do capital endógeno/Gestão local do desenvolvimento
E. Furió Blasco (1994)	“De baixo para cima” / Acabar com as lógicas dominantes de desestruturação dos territórios e das solidariedades locais.
B. Musyck (1995)	“(…) particular forma de desenvolvimento regional na qual os fatores locais, o espírito de empresa local, as empresas locais, ou as instituições financeiras locais constituem as principais bases para o crescimento econômico regional, sempre dentro do mercado e do modo de produção do capitalismo neoliberal”.
F. Rodríguez Gutiérrez (1996)	Dimensão geográfica / Participação / Cooperação / Capacidade de diálogo entre instituições / Equilíbrio e coesão territoriais / Dimensões econômica, cultural, ambiental e política
Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) (1997)	Qualidade de vida / Articulação com um projeto para toda a sociedade / Nem excludente nem seletivo / Considerar questões de gênero, sociais e culturais / Gerar emprego e ocupação
M. Rosales (1998)	Atração de investimentos / Apoio às empresas locais / Vantagens comparativas
F. Entrena Durán (1999)	Identificar as oportunidades de geração de atividades produtivas e de desenvolvimento ainda não aproveitadas / Incentivar os recursos humanos e agentes sociais encarregados de levar a cabo as atividades/ Movimentação dos atores socioeconômicos do contexto local.
C. Campanhola e J. Graziano da Silva (1999)	Processo de reconstrução social “de baixo para cima” / Necessidades sociais e culturais / Inserção no mercado / Utilização e conservação dos recursos naturais locais
M. Brose (2000)	Melhoria da qualidade de vida / Sustentabilidade / Iniciativa local
R. A. Denardi et al. (2000)	Organizar fatores endógenos / Fortalecer a organização social / Aumento da autonomia local / Reter e reinvestir capitais / Aumentar a inclusão social / Regenerar e conservar o meio ambiente
R. E. Gabay (2001)	Estratégia de gestão dos governos locais / Descentralização com consolidação da sociedade civil / Favorecer a estrutura produtiva local

Fonte: Adaptado de Gómez (2002), citando Valcarcel-Resalt (1992), Vázquez Barquero (1993), Furió Blasco (1994), Musyck (1995), Rodríguez Gutiérrez (1996), DESER (1997), Entrena Durán (1999), Rosales (1998), Campanhola e Graziano da Silva (1999), Brose (2000), Denardi et al. (2000), Gabay (2001).

Em outra perspectiva Ortega (2008) associou o desenvolvimento local a modelo de planejamento descentralizado “desde baixo” (*button-up*) no qual o fortalecimento do capital social é imprescindível para alcançar bons resultados com o projeto aplicado. Este tipo de descentralização é uma “estratégia para ampliar a participação nos processos decisórios” (ORTEGA, 2008, pág. 40), em que se salienta a importância da “situação de enraizamento das relações sociais no território, em que as racionalidades dos indivíduos não são limitadas, mas

sim restringidas pelo contexto social que pode facilitar ou dificultar a cooperação” (ORTEGA, 2008: 44).

Abramovay (2000) apontou importantes tópicos da noção de desenvolvimento vinculado a um território . Nas palavras do autor:

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. (ABRAMOVAY, 2000, pág. 6).

No início na década de 1970 o programa de pesquisa mais influente em relação à categoria territorial de desenvolvimento teve sede na Itália e entendia que o território representava uma trama cujas relações têm aspectos históricos, políticos, culturais, etc. que desempenhava importante papel que deveria ser mais bem compreendido (ABRAMOVAY, 2000). Neste sentido, as diretrizes de um projeto de desenvolvimento territorial têm como base as combinações sócio-produtivas existentes no local e fomentar as concertações de capital social. Abramovay, com vistas no rural, defendeu uma visão territorial do desenvolvimento que “pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade” (ABRAMOVAY, 2000, pág. 13) através de suas potencialidades produtivas geradoras de renda onde o capital social e o enfoque de desenvolvimento territorial se mostram como ferramentas de organização social e institucional criadoras de sinergia.

Neste sentido, o desenvolvimento apresenta múltiplas faces de interpretação e manifestação. Destaca-se a importância das concertações sociais locais, suas relações com o meio ambiente e a dinâmica de seus sistemas produtivos na etapa de planejamento e execução.

Seguindo as contribuições acima apresentadas, ao se denominar grandes projetos hidrelétricos como provedores de desenvolvimento para uma região deve se analisar, primeiramente, as intencionalidade deste processo, como ressaltou Celso Furtado (1994). As possibilidades intrínsecas de construção de valores em segmentos da coletividade conferidas na relação sociedade e ambiente no alto curso do Rio Jequitinhonha – áreas que foram alagadas pelo barramento das águas de Irapé – são muito diversas para puramente serem privadas e restritas ao armazenamento para produção de energia elétrica. Tão absurdo seria pensar, a partir de um modelo estanque do conceito de desenvolvimento transferido diretamente das ciências biológicas para as sociais, que o destino *naturalizado* do Rio fosse seu barramento por hidrelétricas, e que este processo seja a via única para o desenvolvimento

das populações ribeirinhas. Cabe assim, na perspectiva do desenvolvimento descentralizado e territorial, a reflexão da (des)conexão entre os arranjos sociais, produtivos, mesológicos, culturais, etc. dos municípios do Alto Jequitinhonha com a reorganização sócio-espaial imposta pela implantação da UHE de Irapé.

Ao se tomar por base as contribuições de Amartya Sen (2000) que, ao construir novos significados para o conceito, defende que desenvolvimento deve ser uma forma de liberdade por duas razões: “a razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas [...] a razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas” (SEN, 2000, pág. 18), caberia a reflexão se a produção de energia por hidrelétrica, em um sistema energético interligado a nível nacional promove a liberdade das populações que habitam as proximidades da área alagada. Deve-se destacar que o ônus não provém necessariamente de uma demanda do território onde foi implantada, pois “a energia elétrica gerada por esse empreendimento [UHE de Irapé] não foi destinada ao Vale do Jequitinhonha, pois, segundo o próprio EIA-RIMA da empresa [Enerconsult Engenharia Ltda.], não havia demanda suficiente” (ZUCARELLI, 2011, pág. 153), mesmo documento em que diz que o desenvolvimento regional dependeria – primeiramente – de fortalecimento da infraestrutura geral, como estradas e saneamento básico. Assim, ao invés de respostas, haveria de se levantar a questão sobre o porquê do ônus do desenvolvimento recair sobre estas populações camponesas? Se o objetivo fosse somente produção de energia elétrica, não haveria outras alternativas viáveis, ambientalmente e socialmente mais justas?

Aliado à análise dos aspectos sociais que permeiam as políticas de desenvolvimento, as profundas discussões sobre o conceito de sustentabilidade são de profunda importância. Sachs (2001) demonstrou que a globalização aumentou e acelerou o consumo desigual de recursos naturais, e a queda do preço de produção de energia – através da desregulação do mercado e aumento da produtividade (de fontes de energias convencionais) – pode-se dificultar a transição de fontes de energia mais limpas, e incentivar o maior consumo de eletricidade.

Cavalcanti (2012) revelou grande preocupação em um modelo pautado no crescimento econômico, o que para o autor trata-se de uma crença incompatível com a realidade planetária. Se a economia deveria manter um crescimento anual qualquer que fosse, é de se esperar que a natureza – fonte primordial e única de recursos naturais – também tivesse que

apresentar um crescimento anual, o que não só soa como de fato é um absurdo (Cavalcanti, 2012). Seguindo as leis de termodinâmica, aplicando equações de produção econômica o autor evidenciou uma situação inconveniente diante dos modelos de desenvolvimento pautados do crescimento econômico e da cegueira diante os limites biofísicos planetários. Apontou, também, para os sucessivos fracassos de alcançar e beneficiar as camadas populares, visto que o padrão de consumo de países desenvolvidos não poderia ser reaplicado aos demais devido aos limites de capacidade produtiva da Terra.

Entre os diferentes estudos que apontam os sérios danos da implantação de hidrelétricas no âmbito socioambiental, Fearnside (2015) adicionou à polêmica o fato de que este tipo de geração de energia pode gerar enormes quantidades de gases metano e dióxido de carbono, mesmo se comparado às atividades urbanas e industriais (equipara-se, por exemplo, as emissões da barragem de Tucuruí com a cidade de São Paulo). O autor explica que a pressão hídrica formada pela coluna d'água do reservatório favorece a grande concentração destes gases e, após acionar a turbina, há um alívio desta pressão juntamente com a liberação destes gases. O autor, que dedicou-se a analisar os impactos ambientais e sociais de hidrelétricas na Amazônia, deu ênfase a análise sobre este tipo de poluição produzido por hidrelétricas, concluindo – em um título de capítulo – “porque a energia hidrelétrica não é limpa” (Fearnside, 2015, pág. 137).

O processo de desenvolvimento parece apontar para uma única direção possível, para qual ainda são vinculados os conceitos de progresso e crescimento econômico. Vê-se um processo, acima de tudo, de exclusão de grupos sociais que não compactuam com o idealismo de desenvolvimento em sua forma linear, progressiva, metabólica, exploratório, etc. Vê-se no processo de produção de energia elétrica por barragens de rios a exclusão dos atingidos, a restrição do acesso aos recursos naturais.

3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Comunidades camponesas tem grande presença no rural brasileiro e, de forma geral, estabelecem relações próximas com o meio e são importantes para manutenção dos recursos naturais locais (Diegues, 2000). Estudos indicam que estratégias de reprodução camponesa segue uma lógica sobre a qual não se pode fundamentar os mesmos princípios da economia pautada na acumulação, exploração e reprodução de capital.

Chayanov (1974) foi pioneiro ao analisar a economia camponesa centrada na família, entendida como unidade doméstica – membros que moram no mesmo domicílio – que é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo. Assim, para o autor, a força de trabalho familiar disponível na unidade de produção de alimentos é a mesma que consome estes alimentos e que forma patrimônio para a família. A quantidade de trabalho investido está relacionada à quantidade (e qualidade) de terras e força de trabalho familiar disponíveis. Esta *motivação*, que estabelece a decisão entre produção e consumo define também o grau de auto-exploração do trabalho da família. As transformações do tamanho e composição da família – a *diferenciação demográfica* – e de acesso às terras disponíveis estão interligadas nos processos de produção e reprodução camponesa. A produção de autoconsumo também gera excedentes, que serão estratégicos para trocas necessárias para o mantimento da família, o que não significa uma espécie de acumulação de capital. A organização econômica do campesinato para Chayanov (1974), atribui mais ênfase no *valor de uso* do que o *valor de troca* para os recursos produzidos e consumidos, neste sentido, segue uma lógica que não se aplica às categorias da dinâmica capitalista.

Woortmann (1990) afirmou que, se para Chayanov a família (eixo central de sociedades camponesas) é vista como um ciclo, onde se busca equilíbrio entre a penosidade do trabalho familiar e consumo, para ele, Woortmann, além desse aspecto, camponeses devem ser analisados pelo "valor-família". Compreendeu assim, o campesinato principalmente enquanto uma ordem moral. Woortmann construiu o conceito de *campesinidade*, no qual, a partir de uma leitura antropológica, as categorias *família*, *trabalho* e *terra* possuem forte articulação. O autor não procurou analisar um espaço ou temporalidade especificamente, mas busca na essência da campesinidade os sujeitos camponeses e suas formas morais de reciprocidade, buscou fundamentos universais que esta população opera, mesmo quando inseridas em economias mais integradas ao comércio internacional.

Brandão (1981), por sua vez, investigou a percepção de transformações das relações dos camponeses com a terra e com o trabalho no estado de Goiás estudando como a relação entre camponeses e recursos naturais – como a própria terra disponível para o plantio de lavouras – é ponto crucial para organização social destas sociedades. Assim, processos de privação do acesso destes recursos podem levar a consequências drásticas no modo de vida camponês.

Martins (1981) realçou que o termo camponês é concebido por sentidos políticos, que designa “o seu lugar social, não apenas geográfico, no campo em contraposição povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade” (MARTINS, 1981, pág.32). O autor apontou as origens do campesinato no Brasil, formado por aqueles que não tinham acesso à herança no período colonial, como os índios reduzidos a escravo e brancos pobres sem “pureza” no sangue. Há também o grande grupo social que foi excluído e empobrecido pelo morgadio - regime em que o primogênito era único herdeiro legal dos bens de um fazendeiro (o que foi extinto apenas em 1835, durante o Império). O camponês podia ser entendido, neste processo de formação, como um grupo que não tinha a condição de *proprietário* formal de terras, tampouco da condição de escravo, e era caracterizado basicamente pelo acesso precário à terra e produção de gêneros alimentícios de consumo interno. Ainda sobre as considerações de Martins (1981), o autor critica que a exclusão política dos camponeses não se dá apenas pelo âmbito agrário, mas também por parte de integrantes da universidade e os demais que têm intelectualidade esclarecida que reproduzem a história do Brasil segundo a ponto de vista das suas classes dominantes, uma história urbana, daqueles que participam do pacto político, e não a história de trabalhadores rurais e rebeldes, assim: “poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército” (MARTINS, 1981: 27).

A significativa população rural dos municípios parcialmente alagados pela UHE de Irapé deve ser então estudada a partir de categorias analíticas mais aproximadas do escopo organizacional construído e transformado a partir de processos múltiplos e diversos do mundo camponês, onde a dinâmica econômica, analisada por Chayanov (1974), guiados por valores morais, como proposto por Woortmann (1990), se somam à exclusão do camponês do pacto político, explicando “o fato que cercará o entendimento da sua ação política” (MARTINS, 1981, pág. 25); mas que conformam suas formas de organização política e resistência de seu modo de vida ligado à natureza da terra.

3.3 NATUREZA, BENS COMUNS E TERRITÓRIO

As relações entre sociedade e natureza é tema largamente estudado pelas ciências humanas e possuem concepções diversas, às vezes antagônicas. Na antropologia pode-se buscar as contribuições de Mauss (2003) sobre as relações de troca de diferentes sociedades como fator social total para compreender o entendimento e significados que possuem os

elementos da natureza. A reciprocidade pautada nos princípios fundamentais de *dar, receber e retribuir* vai de encontro com as teorias de trocas utilitaristas, resultando assim diferentes relações com os recursos naturais. A interpretação da moral da troca em sociedades tradicionais por Mauss (2003) é importante passo para compreender a natureza a partir de uma perspectiva diferente da visão da economia clássica e liberal.

Sahlins (1972) identificou que a *primeira sociedade de afluência* teria sido aquela cujo sistema produtivo se baseava na caça-coleta de recursos naturais. Pois, para o autor, a ideia de *necessidades infinitas* não tem correlação natural e sim com o modo de vida, assim em sociedades frugais - onde a organização de vida não é pautada na acumulação de bens – estão relacionadas à afluência de recursos. Esta forte característica de não acumulação não significou, nas investigações do autor, atividade de caça-coleta exaustiva e recorrente ou fome endêmica, ao contrário disto, a não acumulação possibilitou a estes grupos horas vagas de lazer e afluência de recursos dispostos na natureza. Sahlins (1972) considerou então que a escassez é, portanto, resultado da acumulação de recursos por um grupo social, alavancado, principalmente pelo aumento das forças produtivas industriais, ou seja é uma característica das economias capitalistas o que foram acompanhadas pela acumulação individualista de recursos, causando escassez:

A desgraça é que, nesse jogo de livre escolha do consumidor, toda aquisição é simultaneamente uma privação, pois toda compra de alguma coisa é a falta de alguma outra, em geral marginalmente menos desejável e em alguns detalhes mais desejável (SAHLINS, 1972).

Esteva (2000) afirmou que a “lei da escassez” foi construída por economistas e se trata de um pressuposto que as necessidades humanas são infinitas, ao mesmo tempo em que os recursos são limitados: “este ‘fato’ define o ‘problema econômico’ por excelência” (ESTEVA, 2000, pág. 75). E a instituição desta economia – que “não é nada mais que um conjunto de regras” (ESTEVA, 2000, pág. 79) – que fundamentou a escassez.

Thompson (1998) descreveu e analisou um momento crucial na história da Inglaterra – que influenciou grande parte do mundo – que foi a implantação da lei do *cercamento* de terras comunais, em meados do século XVIII. Os efeitos do *cercamento* e privatização de áreas de uso em comum causaram profundos impactos na vida dos camponeses ingleses por privá-los acesso a recursos naturais comuns, ao proibir o fluxo de pessoas e cargas, além do grande constrangimento de se submeterem a um mecanismo de controle social. O cercamento do campo inglês foi um processo que enfrentou dura resistência por parte dos camponeses, por

um lado, e forte imposição pelo lado das autoridades, da burguesia que crescia e necessitava de promover o "desenvolvimento agrário" e maior reprodução e acumulação de capital (THOMPSON, 1998).

De acordo com Shiva (2000) as terras comuns, chamadas pela Coroa inglesa de *wasteland* – ou “terras incultas” eram produtivas, compartilhadas por várias localidades rurais estáveis que proviam extensos campos de pastagem para seus animais, madeira e pedra para construção, junco para seus telhados e cestas, lenha para seu combustível, animais e pássaros, peixes e aves, frutas e nozes para alimentação. E, continua a autora, ao mesmo tempo em que valiosas para o usufruto de camponeses, as terras “incultas” reservavam riquezas naturais almeçadas por senhores feudais, que para anteder aos ideais de acumulação e reprodução de capital, expropriam terras comunais para transformá-la em mercadoria.

O movimento do fechamento das terras comunitárias foi o marco divisório no processo que transformou o relacionamento dos seres humanos com a natureza e entre si. Com esse fechamento, o direito costumeiro que permitia à população utilizar as terras comunitárias ainda restantes, foi substituído pelas leis da propriedade privada. (SHIVA, 2000, pág. 307).

A resistência de grupos camponeses para continuarem tendo acesso às terras em comum se diversificou tanto para o uso de recursos jurídicos fundamentados nos direitos imemoriais ou até rebeldia e destruição de símbolos significativos do *cercamento*, quanto para a destruições dos próprios muros de pedras e cercas (THOMPSON, 1998). Este processo longo e violento imposto nos campos ingleses e reproduzidos em suas colônias foi acompanhado de mudanças não apenas agrárias, mas também de direitos e costumes que regiam a sociedade local.

Neste sentido, notou-se que a gestão comunitária de recursos da natureza foi substituída por imposições de grupos sociais munidos de poder para privação e reprodução de capital inaugurando uma imensa epidemia de escassez no mundo. Sahlins (1972) afirmou que no final do século XX a fome era possivelmente uma realidade muito mais vasta que na Idade da Pedra quando “essa fração [de pessoas que dorme com fome] deveria ser muito menor” (SAHLINS, 1972, pág. 26).

Legitimou-se este processo pela instituição de um tipo de economia, cujo princípio fundamental é a escassez, o que para Esteva (2000) é “um acidente histórico, não a lei de ferro que rege todas as sociedades humanas” (pág. 79). Este autor chama atenção ao que ele

designou de “ser humano marginalizado”, ou o que seria as sociedades (maior parte das pessoas do planeta) que não se incorporaram (totalmente ou parcialmente) à lógica mercantilista de trocas. O ser humano marginalizado, ou “as novas comunidades” em vez de lutarem contra a invasão da economia urbana-industrial em suas vidas como forma de destruí-la, “imaginam sua resistência como uma reconstituição criativa de formas básicas de interação social. Criaram assim [...] novos espaços coletivos que lhes permitem viver segundo seus próprios termos” (ESTEVA, 2000, pág. 77). O autor se refere, entre outros, aos povos e comunidades tradicionais e às organizações sociais camponesas cujos princípios não se baseiam naqueles estabelecidos pelos fundamentos da economia clássica e neoclássica. Esteva (2000, pág. 79) amplia esta leitura para todos, afirmando que “homens e sociedades não são econômicos, mesmo depois de terem criado instituições e formas de interação de natureza econômica, mesmo depois de haverem instituído a economia”.

Comunidades camponesas e povos tradicionais, no contexto do território brasileiro, são diversos e por meio de lutas conquistaram espaço, políticas públicas, reconhecimento e valorização da sociedade. Almeida (1989) demonstrou que no Brasil, há diferentes formas de apropriação coletiva de terras de uso comum por diferentes grupos étnicos: as terras de *preto*, *índio*, *santo*, *herança*, *solta* ou *aberta*, cujo “sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados” (ALMEIDA, 1989, pág. 113). Desta forma, conferiu a importância da gestão comum de recursos da natureza não apenas para sua conservação, como também elemento central de identidade, de luta política e de inovação para a sociedade brasileira.

Em contextos específicos de implantação de barragens para geração de energia elétrica Zhouri (2011) mostrou que o licenciamento ambiental de hidrelétricas “se apresenta como um campo de conflitos em torno da apropriação social da natureza” (ZHOURI, 2011, pág. 14), onde as comunidades atingidas ficam em condições desiguais de defender seus direitos e interesses, há quase sempre uma negação de sua condição enquanto sujeito ativo, e assim são reduzidos em entraves ao desenvolvimento do país ou em meros legitimadores dos procedimentos formais.

Formas de apropriação de recursos comuns também foram analisada por Ostrom (2002). A autora reflete criticamente sobre propostas de gestão privada de recursos naturais onde o mercado seria o melhor regulador da exploração e conservação destes recursos e o

modo de evitar seu esgotamento. A autora analisa diversas formas de gestão comunitária de recursos da natureza no mundo e demonstra que em muitos casos elas são mais justas no acesso e eficientes na conservação.

O processo de apropriação do espaço por grupos sociais pode ser entendido também como expressão da territorialização. Haesbaert (2001) explica que este processo se dá efetivamente quando reúne uma dimensão funcional, concreta e também simbólica. O controle físico associado a apropriação simbólica do espaço, subjetiva, implica em uma abordagem do espaço que é, ao mesmo tempo, dominado e apropriado, assim, não há apenas controle, como também laços de identidade social. A apropriação deste espaço por outro grupo social pode ocasionar também o processo de desterritorialização, quando há perda de referências espaciais, concretos, assim como laços culturais e simbólicos, ou seja, a ruptura desse grupo social com sua relação com o meio e de reterritorialização, como o observado em comunidades camponesas atingidas pelas águas da barragem de Irapé.

3.4 VALE DO JEQUITINHONHA E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

O rio Jequitinhonha nasce no município do Serro, em Minas Gerais, a aproximadamente 1.200 m de altitude e desce para o litoral baiano abrangendo grande parte do nordeste mineiro e parte do sul da Bahia. O alto curso do rio Jequitinhonha, compreendido pela cabeceira localizada no Planalto Setentrional da Serra do Espinhaço, mais precisamente no Planalto de Diamantina se encerra no talude da Depressão de Couto de Magalhães no “Rasgo Interplanáltico da Cordilheira do Espinhaço” como descrito por Saadi (1991: 47), mais precisamente se encerra entre os municípios de Grão Mogol e Berilo, a poucos quilômetros a jusante da UHE de Irapé. As divisões dos cursos alto, médio e baixo da bacia e da rede hidrográfica do Rio Jequitinhonha, as sedes e divisões político-administrativas municipais podem ser conferidas na figura 3:

Figura 3: Mapa da bacia do Rio Jequitinhonha

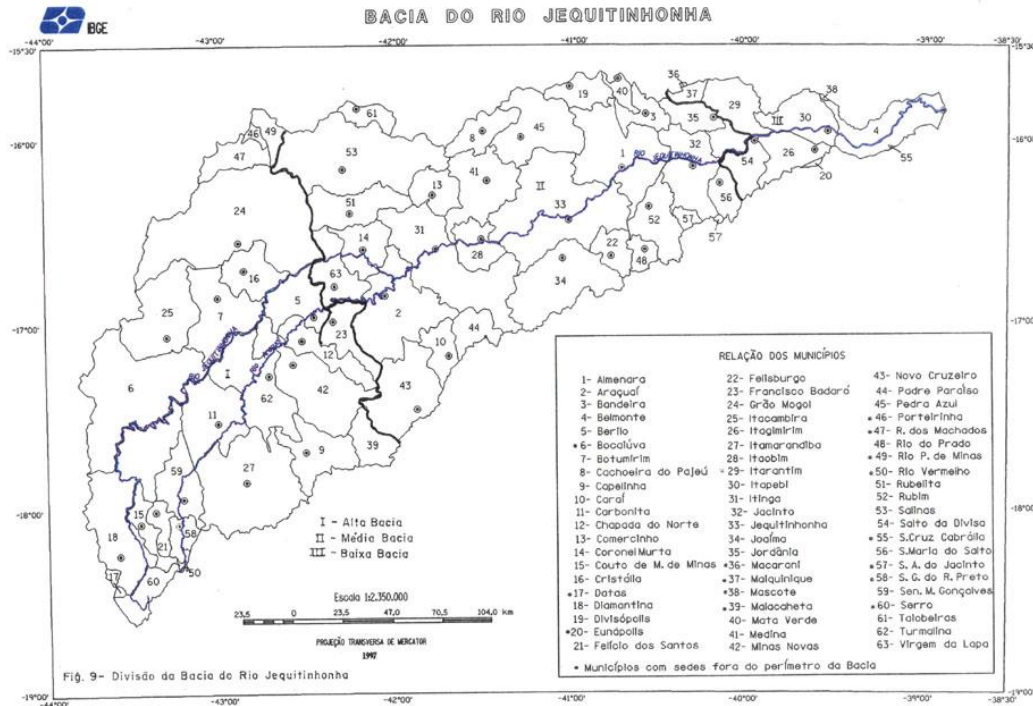


Fig. 9- Divisão da Bacia do Rio Jequitinhonha

As características do alto curso do rio Jequitinhonha se diferem das demais divisões da bacia hidrográfica em seus aspectos ambientais, históricos e geográficos e apresenta grande diversidade territorial de sua população.

Ribeiro (2013) datou o povoamento do Alto Jequitinhonha pela frente mineradora iniciada no séc. XVIII, com a exploração de ouro e diamante, seguida de seu declínio. No século seguinte se conferiu um esplendor muito mediano e ligeiro trazido pela expansão da cotonicultura – criando modesto movimento exportador (MATOS E FERREIRA, 2000). Existiam atividades voltadas para o mercado interno e configuraram uma dinâmica da economia que se fizeram necessária para atender a demanda criada pela aglomeração de pessoas na região do ouro. Os autores salientam que não houve uma decadência que teria operado de imediato nas áreas após o declínio da mineração no séc. XVIII.

Depois “o Jequitinhonha desapareceu, perdeu lugar na história” (RIBEIRO, 2013: 3). O Jequitinhonha emergiu apenas nos anos de 1970 como “Vale da Miséria”, visão esta que influenciou – de certa forma –, e ainda influencia em parte políticas públicas de desenvolvimento conferidas ainda na contemporaneidade.

O relevo do alto curso do rio Jequitinhonha é composto por vastas chapadas (planaltos extensos aplainados) rodeados por grotas (depressões moldadas por vales declivosos e encaixados) cuja cobertura vegetal se diversifica conforme subdivisões microclimáticas,

apresenta variações entre as duas estações climáticas bem definidas, a das águas e a da estiagem (LIMA et al, 2006; GALIZONI, 2007; CALIXTO e RIBEIRO, 2007).

O alto curso do rio Jequitinhonha tem grande parcela de população residente na zona rural e ocupada em atividades de agricultura familiar (RIBEIRO et al, 2007; TEIXEIRA, 2011). Esta característica de dinâmica econômica descentralizada foi comumente vista como estigmatizada, inerte, ou ultrapassada, sendo esta concepção imposta de "fraqueza" alvo de projetos desenvolvimentistas que buscaram substituir esta realidade pela produção centralizada e massiva de commodities – como madeira, celulose, mineração e energia (LIMA et al, 2006; RIBEIRO et al, 2007; CALIXTO e RIBEIRO, 2007).

A interação de uso e ocupação da terra foi descrita, em parte, por Graziano e Graziano Neto (1986), que a descreveram a relação da *grotá*, onde ocorrem duas formas de apropriação da terra: a privada, localizada nas terras férteis das grotas, onde localiza a vida doméstica dos camponeses, próximas aos córregos e rios. Os terrenos familiares comportam – além da vida doméstica – a produção de grãos em culturas anuais ou semi-perenes, a produção de hortaliças e a criação de animais. Nas chapadas ocorrem as apropriações comunitárias, terras de posse comum onde se praticava a extração de frutos, madeira, e outros recursos da natureza, e também o aproveitamento das pastagens naturais para a “solta” do gado. Ao mesmo tempo, a conservação das chapadas é de essencial importância para a proteção dos mananciais d’água, para garantir o equilíbrio socioambiental e a segurança hídrica durante todos os meses do ano. Este complexo é uma *moldura interativa*, como diz Galizoni, é “ao mesmo tempo que delimita as ações das pessoas, é reelaborada pela intervenção humana” (GALIZONI, 2007, pág. 20).

Comunidades camponesas no alto curso do rio Jequitinhonha apresentam grande importância para a produção e comercialização de alimentos, abastecendo feiras livres de diversos municípios locais. Produzem em um modelo de agricultura compatível com os recursos naturais disponíveis e, nesta área de transição para o clima semiárido, inclusive “conseguem às vezes regular o uso dos recursos com mais eficácia que o setor público, que a iniciativa privada ou que os sistemas de gestão compartilhada” (RIBEIRO et al, 2005: 2). A partir dos critérios classificatórios apontados pela população local Galizoni (2007:21) identificou que “lavradores construíram formas de identificar o grau de fertilidade, utilizando principalmente a observação da vegetação, das comunidades de plantas e conjunto de árvores predominantes”.

Denota-se, assim, importantes referências culturais e agroambientais do Vale do Jequitinhonha compostas pelos modos e dinâmicas de vida, valores complexos e diversificados presentes nos sistemas produtivos camponeses. A sociedade rural do Alto Jequitinhonha seria então baseada, segundo Ribeiro et al (2007): a) no trabalho familiar, onde se combina forças plenas dos homens e mulheres às forças de idosos e jovens; b) no vasto conhecimento dos recursos naturais, que orienta decisões do regime agrícola; c) gestão comunitária, “que governa, partilha e conserva recursos, com base no conhecimento do meio, na espacialidade comum e em acordos familiares”, logística que apresenta eficácia suficiente para permitir que nesta região “o uso intenso do solo conviva com a maior cobertura percentual de vegetação nativa manejada de Minas Gerais” (RIBEIRO et al, 2007: 1087).

Tal conclusão não foi, entretanto, compartilhada pelas propostas de programas de desenvolvimento modernizantes de grande escala. Um elemento que se destaca nas paisagens do Alto Vale do Jequitinhonha são as enormes monoculturas de eucalipto, resultado de uma perspectiva ideológica modernizante marcante dos anos de 1970, quando:

O governo militar caracterizava o vale do Jequitinhonha como o Vale da morte e da pobreza absoluta, falsificando a realidade com propósito de justificar um projeto econômico social próprio para a região. A expropriação do campesinato e destruição das matas naturais e implantação de culturas de exportação e florestas homogêneas de eucalipto se tornaram uma visão progressista para o desenvolvimento da região, do país e da indústria (GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, 1983).

Em 1975 foi criado o distrito florestal do Vale do Jequitinhonha, no qual o discurso dominante, de se fomentar “o incremento da renda e do emprego, através do incentivo, da coordenação e do planejamento para melhor aproveitamento da área” (CALIXTO & RIBEIRO, 2007) declarou as chapadas de uso comum pelas localidades camponesas como devolutas, e as concedeu para empresas de reflorestamento. Em resultado disso, no período de 1972 a 1983 foram plantados 435 mil hectares, principalmente de eucalipto em 20 dos 27 municípios do Alto Jequitinhonha (NERE, COSTA e ASSUNÇÃO, 2013).

Liderados pelo governo mineiro, estes programas permaneceram “embalados” pela mesma perspectiva desenvolvimentistas da década de 1970: criação de empregos temporários, elevar a produtividade, intensificação da exploração dos recursos naturais, buscando erradicar os indicadores de pobreza rural (RIBEIRO et al, 2007). Os mesmos autores ainda apontam a criação de parques florestais, desapropriação dos terrenos familiares, desmatamento e implantação de monoculturas, barramento de rios, como fez a Usina de Irapé, como resultado desta política.

Por outro lado, surgidos em menor escala na mesma década de 1970, e sendo ampliados posteriormente, programas específicos para agricultura familiar foram criados para transferência de renda como também para estimular a produção. Concebidos inicialmente para mitigar os efeitos negativos da modernização agrícola, foram distribuídos equipamentos produtivos para melhoria da infraestrutura, a eles se somaram a conquistas de direitos sociais como a aposentadoria rural e pensões, e a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (RIBEIRO et al, 2007), entre outras ações mais compatíveis à realidade da população rural. Além disso, Ribeiro e outros (2007) também destacaram os programas com graus de gestão compartilhada, como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), Pronaf infraestrutura, projetos liderados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e outros que privilegiam a participação social e a inovação tecnológica.

As políticas de desenvolvimento para o Jequitinhonha seguiram em intensidades diferentes de correntes ideológicas, o que vai interferir em grande medida nos resultados concretizados de suas ações. A partir disto, surge a indagação sobre os propósitos da execução do diferentes tipos estruturais de projetos: os programas de desenvolvimento de grande escala resultariam na privação do acesso de recursos para as populações locais, enquanto outros, descentralizados e feitos “desde baixo” buscariam otimizar o acesso a estes recursos? Ao analisar os programas de desenvolvimento no Alto Jequitinhonha Ribeiro et al (2007: 1089) sintetizou três principais modelos: a) os programas modernizantes de grande escala que permaneceram; b) os programas específicos para agricultura familiar que foram aprofundados; c) os programas de gestão participativa, inovadores das políticas públicas; é necessário colocá-los vis à vis, em uma análise cujos efeitos devem ser postos em avaliação. Esta dissertação pretendeu propor reflexões a respeito das consequências das diferentes escalas de projetos de desenvolvimento.

3.5 USINA DE IRAPÉ⁷

O alto curso do rio Jequitinhonha tem dinâmicas socioculturais particulares embasadas na forte presença da agricultura familiar de base camponesa. Mas, como visto acima, destacou-se neste território também a implantação de grandes projetos de desenvolvimento,

⁷ Buscou-se nesta seção realizar uma síntese bibliográfica com dois objetivos sucintos: 1) levantar informações diversas sobre a UHE de Irapé; 2) identificar as diferentes perspectivas sobre o empreendimento. Desde já, salienta que não se trata de uma revisão extensa, mas tópicos considerados pertinentes de trabalhos gerados em relação a este empreendimento hidrelétrico.

que causaram dissonâncias de atividades socioeconômicas antagônicas em seu espaço produtivo – proximidades entre uma produção camponesa essencialmente para abastecimento local e exploração de recursos para exportação de *commodities*. Estes aspectos, entre outros, antecedem a implantação da UHE de Irapé, empreendimento que foi legitimado por seguimentos societários e enfrentou resistências por parte de outros.

O projeto para construção de Irapé foi datado na década de 1960. Na ocasião da realização dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil foram identificadas 20 possibilidades de implantação de aproveitamentos hidrelétricos de pequeno e médio porte nos rios Jequitinhonha, Araçuaí, Itacambirucu e Vacaria. Na década de 1980 a CEMIG realizou um estudo para revisar e atualizar estes dados para em 1998 se iniciaram os estudos de viabilidade da UHE de Irapé, juntamente com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)⁸. A interpretação sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais foram analisados neste último estudo, e representou a perspectiva do empreendimento em relação às populações atingidas.

O EIA/RIMA de Irapé (1993) apresenta, entre tantos outros tópicos, a caracterização ambiental integrada da área de influência. Neste ponto, em uma sucinta apresentação dos resultados do estudo ambiental da área a ser alagada pela represa, o documento revela, nas entrelinhas, o entendimento pela empresa do perfil socioeconômico e cultural da população afetada. Assim, a Enerconsult/Cemig (1993) apresentam três atividades econômicas significantes: a) a agricultura de *subsistência*, para a qual “o relevo acidentado [...] condiciona a prática agrícola aos manejos caracterizados como primitivos, ou seja, basicamente dependentes do trabalho braçal, com ausência de qualquer tecnologia mecanizada” (págs. 7-26); b) a pecuária, que “a exemplo da agricultura, possui reduzida expressão econômica e é desenvolvida em pequena escala pelos pequenos produtores rurais e em algumas fazendas” (pág. 7-26); c) o garimpo, cuja exploração “se dá de forma rudimentar, predominando a foiceagem” e, por não serem utilizados maquinários para esta atividade, “a torna pouco produtiva exploração desses minerais” (págs. 7-27); por fim, apontam-se ainda os impactos

⁸ Para Moretto (2008), o licenciamento ambiental é levado à condição de conflito político para justificar as pressões em torno da flexibilização do licenciamento e os quadros técnicos dos órgãos ambientais concedam licenças inadequadas. Para Zhouri (2011) o licenciamento ambiental de hidrelétricas “se apresenta como um campo de conflitos em torno da apropriação social da natureza” (pág. 14), onde as comunidades atingidas ficam em condições desiguais de defender seus direitos e interesses, há quase sempre uma negação de sua condição enquanto sujeito ativo, e assim são reduzidos em entraves ao desenvolvimento do país ou em meros legitimadores dos procedimentos formais.

ambientais causados pelo garimpo para as matas ciliares e para as águas do Rio Jequitinhonha. Em outras palavras, observa-se que nesta caracterização a população ribeirinha com suas atividades de "mínima produtividade" mas que "degradavam" o meio ambiente poderiam ser retiradas destes locais para possibilitar a geração de energia. Afinal: “nenhuma outra atividade antrópica pode ser destacada para essa Área” (pág. 7-27). A atividade industrial desta área, pelo EIA, é considerada *nula*. E é considerada nula mesmo citando as produções de cachaça e de farinha de mandioca. Tratam-se das indústrias domésticas rurais tradicionais, apontadas por Ribeiro et al (2011) não apenas como indústrias, como o nome sugere, mas “os processos produtivos são muito específicos e definidos, antes de mais nada, pelo tipo de recursos que existem no lugar” (pág. 13), são de acordo com os autores, uma "arte"! Além disso, a produção destas indústrias tem forte importância econômica nos municípios, fornecendo produtos comercializados nas feiras livres semanais (RIBEIRO et al, 2011).

Foi a partir desta perspectiva, registrada e protocolada, que a Cemig obteve a licença para desenvolver e operar o projeto da UHE de Irapé. Em 2006 a Usina Hidrelétrica de Irapé foi concluída com objetivo de gerar 360 MW, barrando a água do Rio Jequitinhonha a poucos quilômetros a jusante da confluência com o rio Itacambiruçu. A inundação de 137 km² criou um lago que atingiu mais de 100 km a montante no rio Jequitinhonha e 40 km do rio Itacambiruçu, e deslocou aproximadamente 1.200 famílias moradoras de comunidades localizadas às margens desses rios e seus afluentes. (ZUCARELLI, 2011; PEREIRA, 2012).

As estratégias políticas e empresariais para viabilizar a construção de represa, da empreendedora e de consultorias ambientais, a atuação de órgãos fiscalizadores e mediadores, como o Ministério Público, e a resistência da sociedade civil atingida foram descritos e analisados por Zucarelli (2006, 2015), Lestingi (2014), Jiménez (2007), Pereira (2012), Zhouri e Oliveira (2005), entre outros autores, demonstrando assim que a barragem explicitou conflitos de interesses e busca por justiça ambiental. Se para os autores supracitados as leis ambientais e o discurso de necessidade de crescimento econômico legitimaram a construção da barragem, a luta das famílias por direitos e assinatura e (*des*)cumprimento do Termo de Acordo de Conduta (ZUCARELLI, 2006) possibilitaram menores injustiças.

Destaca-se em todo o processo para implantação de Irapé, desde os estudos iniciais, a atuação da Comissão dos Atingidos na organização das comunidades e famílias camponesas na resistência contra o projeto e na luta para garantir os direitos das populações locais.

Formada a partir de representantes das comunidades e apoiada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pelo Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale), pela e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé teve importante papel em capitanear de forma coletiva a elaboração de uma pauta de reivindicação das famílias camponesas e conduzir na negociação com o empreendedor a defesa das indenizações e reassentamentos da população afetada pela barragem (PEREIRA, 2012).

A dinâmica organização foi apontada como a razão pelas quais as famílias atingidas conseguiram reivindicar e manter direitos, como o reassentamento das comunidades alagadas na qual se estabeleceu a indenização de *terra por terra* e pagamento monetário pelas benfeitorias dispostas nos terrenos (PEREIRA et al, 2010). Os autores ainda apontam a importância da reflexão que os atingidos prestaram às normas e condutas, que não estão escritos em lugar nenhum, e que se transformam em história viva.

E foi isso que os atingidos fizeram durante o processo: tiveram que refletir sobre seus modos de ser e viver, suas relações com o espaço e apropriação da natureza, tiveram que refletir sobre sua base de vivência. Essa reflexão foi essencial para ganharem legitimidade perante o empreendedor, e legitimidade também perante a sociedade (PEREIRA et al, 2010: 13).

As conquistas alcançadas pela Comissão dos Atingidos são destacadas pela perseverança e perspicácia quanto a garantir interesses da população afetada e organização de vida camponesa, como a garantia de terras para agregados e herdeiros, e para os filhos maiores de dezoito anos, além do acesso à infraestrutura antes não conferida em suas comunidades (PEREIRA, et al, 2010).

Estas vitórias significaram a redução das injustiças impostas pela implantação do empreendimento.

Entre os meses de dezembro de 2005 a maio de 2006, correspondentes ao período do fechamento da barragem e enchimento da represa, Silva (2014) indicou que houve diversos eventos de Sismicidade Desencadeada por Reservatório (SDR), que são verdadeiros tremores de terras ocasionados pela pressão do corpo hídrico e:

Podem causar danos às edificações ao redor do reservatório, assim como à própria construção do Eixo de Barramento, oferecendo risco e causando prejuízos materiais tanto aos residentes da área de influência da área onde ocorrem os sismos quanto às construtoras responsáveis pela UHE (SILVA, 2014, p. 1).

Impactos posteriores à instalação da Usina foram demonstrados pelos trabalhos conduzidos por Duarte (2011) e Pereira (2008) que apontaram complicações relativas ao sulfeto presente na rocha matriz do local de construção do eixo da barragem e impactos na qualidade da água. Este último fato poderia estar diretamente relacionado à constatação da redução da riqueza da ictiofauna em até 60%, conforme demonstrou o Relatório Final de Monitoramento da Ictiofauna na Área de Influência da Usina de Hidrelétrica de Irapé de outubro de 2007 (GODINHO, 2007), entregue à Cemig um ano após o funcionamento da Usina. Comunidades pesqueiras à jusante da barragem de Irapé confrontando estudos encomendados pela Cemig reclamaram de impacto na biodiversidade do Rio Jequitinhonha, situação que persiste quase uma década após a inauguração da Usina, conforme descreve carta do CODETER Baixo Jequitinhonha (2015).

As pesquisas de Lestingi (2014), Santos (2015) e Pereira (2012) analisaram complicações relativas à desapropriação e reassentamento das famílias atingidas pela barragem principalmente no que concerne, respectivamente: aos custos sociais não considerados no investimento inicial da Usina, à desterritorialização das comunidades reassentadas, ao “desconhecimento da cultura das famílias” (PEREIRA, 2012, pág. 225) por parte do empreendimento o que causou grande desgaste sociocultural. Diante das análises destes resultados desastrosos, “a reconstrução da questão social na UHE de Irapé acabou contrariando o argumento de progresso que a barragem traria à região” (LESTINGI, 2014, pág. 130).

A Hidrelétrica de Irapé além de ter significados controversos ocasionou tipos de consequências que podem permitir diferentes escalas de análise e alargar reflexões sobre desenvolvimento.

CAPÍTULO 4 – PERFIL DOS MUNICÍPIOS ALAGADOS PELA UHE DE IRAPÉ

Este capítulo tem por intuito analisar aspectos sobre os sete municípios atingidos, como a área alagada pela represa de Irapé, o mapa de uso e ocupação do solo regional, população e urbanização, aspectos dos setores da economia, e o IDHM. No final do capítulo, encontra-se a descrição e imagens das localidades visitadas em trabalhos de campo, na qual se mesclam dados e impressões observadas.

Os municípios atingidos tiveram um total de 127 km²⁹ inundados pela represa, conforme a tabela abaixo:

Quadro 3: Relação da área total dos municípios e a área alagada pela represa de Irapé.

Município		Área total (km ²) *	Área alagada (km ²) **	Proporção da área alagada em relação ao total do município (%)***	Proporção da área alagada em relação à represa de Irapé – 137km ² (%)***
Margem Esquerda	Botumirim	1.568	25,66	1,72	21,46
	Cristália	840	38,03	4,97	27,52
	Grão Mogol	3.885	15,84	0,29	14,68
Margem Direita	Berilo	587	6,87	1,28	5,01
	José Gonçalves de Minas	381	25,86	6,79	16,53
	Leme do Prado	280	4,91	1,75	5,19
	Turmalina	1.153	9,99	0,59	9,60

FONTE: *IBGE (2010), **CEMIG (2001), ***ANEEL. Adaptado pelo autor.

A análise dos dados desta tabela é importante para relacionar a área alagada de cada município e a proporção desta área com a total de cada território municipal. Ao mesmo tempo, notar que esta proporção não é a mesma quando se relaciona a área inundada de cada município pelo total alagado pela represa. Nota-se assim que o município que teve maior

⁹ Há uma diferença de aproximadamente 20 km² entre os dados fornecidos pelo Plano de Controle Ambiental da CEMIG (2001) – 127 km² – e os dados da ANEEL – 148 km². Não se encontrou motivo oficial para divergência destes dados.

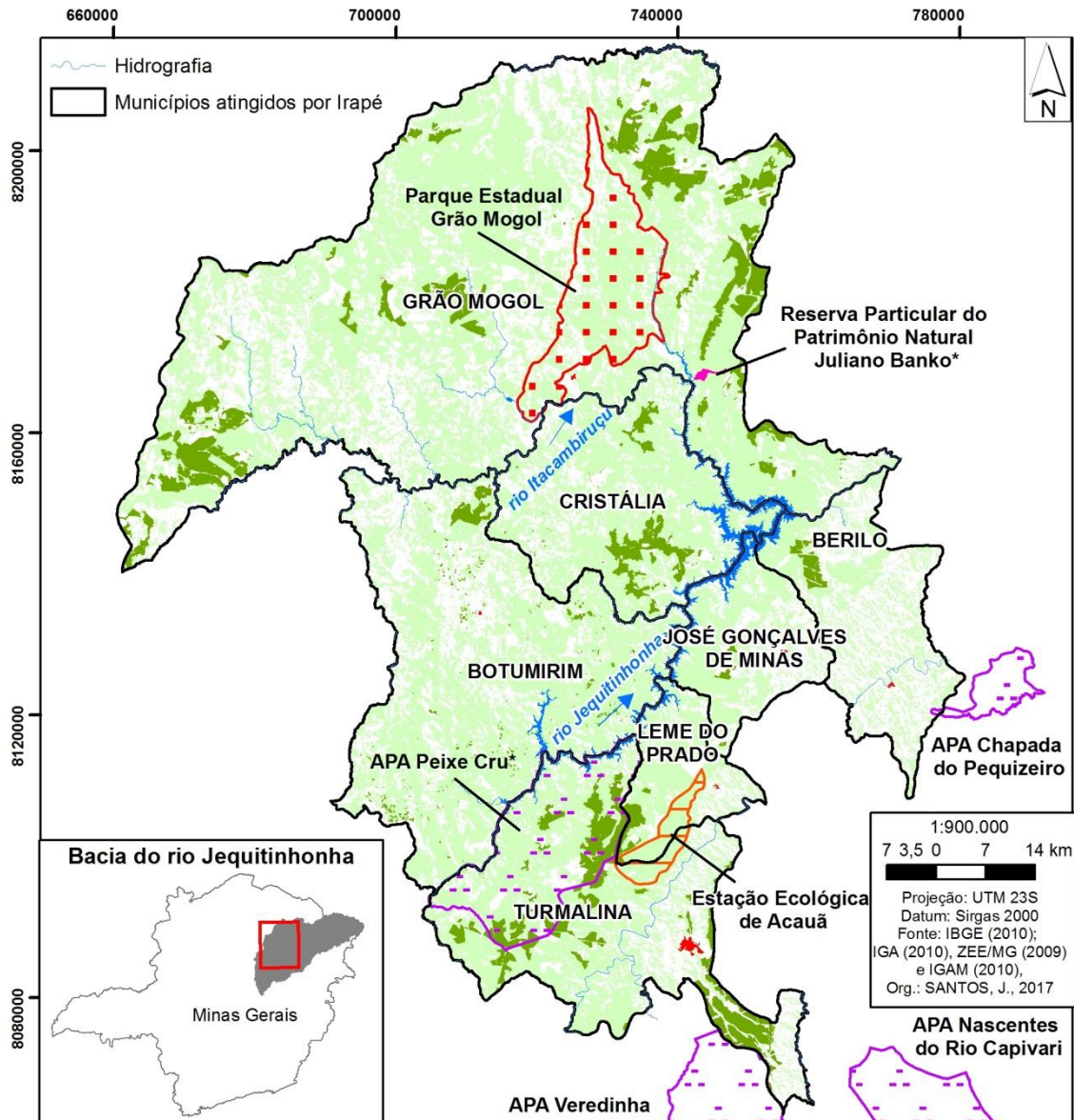
parte alagada pela represa, Cristália, teve 38,03km² do território alagado, ou seja 4,97% do total do município. Contudo, José Gonçalves de Minas, perdeu 25,86 Km², o que representou 6,79% do território total do município. O mesmo ocorre com menores proporções: Grão Mogol teve 0,29% da sua área alagada, ou seja, 15,84 km², e Leme do Prado perdeu 4,91 km² do território, o que representou 1,75% da sua área inundada.

Esta breve análise tem sua pertinência ligada ao pagamento da Compensação Financeira aos municípios pela UHE de Irapé, que será discutida no capítulo mais à frente. Contudo, já caberia salientar que esta transferência de recursos se baseia na razão entre a área do alagamento dos municípios e a área total da represa, e não pela proporção do território perdido em relação ao total do município. Em outras palavras, a mitigação financeira realizada pela UHE não considerou o quanto – tampouco *o quê* – determinado município teve de substituir no uso e ocupação do solo de uma atividade em relação ao total que este mesmo tem disponível. Logo, considera-se para fim de cálculo da Compensação Financeira estritamente aquilo que o município cedeu de área para o represamento de água.¹⁰

As áreas destinadas ao alagamento podem ser consideradas também como uma parte do mosaico do uso e ocupação do território destes municípios, como demonstra a figura 4:

¹⁰ A título de ilustração: o município de Morada Nova de Minas, localizado na mesorregião Central Mineira, teve grande parte do território inundado para produção de energia hidrelétrica pela UHE de Três Marias. Segundo a ANEEL, a área inundada do município é de 496,99 km², e para o IBGE (2002), o tamanho territorial de Morada Nova de Minas é de 2.085 km², ou seja, foram inundados 23% do município.

Figura 4: Uso de Ocupação do solo da área dos sete municípios estudados.



Categoria de Unidade de Conservação: Uso e cobertura do solo:

- | | | | |
|--|--|--|-------------------|
| | Estação Ecológica | | Cobertura vegetal |
| | Parque Estadual | | Corpo hídrico |
| | Reserva Particular do Patrimônio Natural | | Silvicultura |
| | Área de Proteção Ambiental | | Área urbanizada |

*Ato legal não declarado

Fonte: IBGE, 2010; IGA, 2010; ZEE/MG, 2009 e IGAM, 2010. Elaborado por SANTOS, 2017.

A destinação da área destes municípios para represa se somou a outras formas uso de ocupação que refletiram na organização do espaço. Em todos os municípios alagados pela represa houve significativa presença da monocultura de eucaplito – incentivada por programas desenvolvimentistas – cujos monopólio da terra e impactos socioambientais são demonstrados em vários estudos, como de Lima et al (2006); Calixto e Ribeiro (2007); Nere, Costa e Assunção (2013). A área urbanizada se mostrou minimamente significativa seu maior conjunto

de ocupação estava concomitante à sede de Turmalina. As Unidades de Conservação (UC) e seus derivados também tinham expressiva representação no local, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), e também a Estação Ecológica de Acauã. No entanto, sobressai na observação deste mapa o Parque Estadual Grão Mogol (PEGR) por deter uma área de 280 km², o dobro da área da represa de Irapé. Este parque, criado através do Decreto Estadual 39906 de 22/09/1998 e redefinido pelo Decreto 39.906, de 22/09/1998, faz parte das mitigações compensatórias da UHE de Irapé, proposto seu protótipo no EIA (ENERCONSULT/CEMIG, 1994).

Fez-se necessário para compreender plenamente a figura que apresenta o uso de ocupação do solo compreender também quem são as populações desses municípios que ocupam o espaço.

4.1. POPULAÇÃO

A população total do conjunto de municípios analisados teve um pequeno aumento na comparação entre os censos de 2000 a 2010. Na primeira data de referência a população total era de 64.940, passando, em 2010, para 66.993, ou seja, um aumento de aproximadamente 3%. Contudo, ao desagregar a população rural da urbana, é conferido uma diminuição de 8,5% rural e o aumento de 20% da população urbana. No quadro 4 é possível observar com maior detalhamento estes dados:

Quadro 4: Características demográficas dos municípios atingidos pela UHE de Irapé.

Município	População							
	Total		Rural		Urbana		Taxa de Urbanização (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Botumirim	6834	6497	3528	3027	3306	3470	48,38	53,41
Cristália	5583	5760	2988	2707	2595	3053	46,48	53,00
Grão Mogol	14224	15024	9393	9633	4831	5391	33,96	35,88
Total Margem Esquerda	26641	27281	15909	15367	10732	11914	40,28	43,67
Berilo	12979	12300	9948	8412	3031	3888	23,35	31,61
J. Gonçalves de Minas	4696	4553	3913	3415	783	1138	16,67	24,99
Leme do Prado	4736	4804	3195	3043	1541	1761	32,54	36,66
Turmalina	15888	18055	5730	5129	10158	12926	63,94	71,59

Total Margem Direita	38299	39712	22786	19999	15513	19713	40,50	49,64
-----------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000/2010. Organizado pelo autor.

É importante destacar que este aumento da população total se deveu aos municípios de Cristália e Grão Mogol – na margem esquerda do Rio Jequitinhonha – e aos municípios de Leme do Prado e Turmalina – na margem direita do Rio, pois os demais apresentaram, na realidade, diminuição da população total. Cabe também chamar atenção ao município de Grão Mogol, único que apresentou – ao invés de diminuição – aumento da população rural em 2,5%, percentual significativo se comparado à média percentual de diminuição dos demais municípios, 11,2%. O quadro 5 apresenta a evolução demográfica em percentagem:

Quadro 5: Evolução de urbanização dos municípios atingidos pela UHE de Irapé no período de 2000 e 2010.

Município	Evolução entre 2000 e 2010 em %		
	Total	Rural	Urbana
Botumirim	- 4,93	-14,20	4,96
Cristália	3,17	-9,40	17,65
Grão Mogol	5,62	2,56	11,59
Berilo	-5,23	-15,44	28,27
J. Gonçalves de Minas	-3,05	-12,73	45,34
Leme do Prado	1,44	-4,76	14,28
Turmalina	13,64	-10,49	27,25
Total	3,16	-9,21	20,51

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000/2010. Adaptado por COSTA, 2018.

Mesmo diante deste cenário, a população deste conjunto de municípios continuou majoritariamente residente da zona rural – se no ano de 2000 a taxa de urbanização era de 40,41%, em 2010 passou para 47,21%. Este aumento da taxa de urbanização se deve mais aos municípios da margem direita do Rio Jequitinhonha, que apresentavam em 2010 a razão de 49,6%, e mais particularmente, o que mais contribuiu para este número foi o município de José Gonçalves de Minas que teve um aumento de 50% da população urbana. Enquanto a margem esquerda do Rio, apresentava em 2010 a taxa de urbanização em 43,6%, ou seja, um aumento de 8% desde 2000.

4.2. TRABALHO

Para se delinear o perfil dos municípios associados ao trabalho, optou-se pela análise das taxas de: População Economicamente Ativa (PEA) – população com idade entre 10 a 65 anos (ocupadas ou desocupadas); e a população ocupada no setor agropecuário. Considera-se, no conceito de PEA pessoas classificadas como: empregados; conta própria; empregadores e não remunerados, como definiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins de melhor análise, exclusivamente para este estudo, foi selecionado o coorte dos dados para aqueles com 18 anos ou mais.

A PEA do conjunto dos municípios estudados, ou seja, as pessoas na força de trabalho era de 23.465 em 2000, e em 2010 era de 28.449, apresentou, assim, aproximadamente 21% de aumento no período, como demonstra o quadro 6:

Quadro 2: Evolução da PEA dos municípios alagados pela UHE de Irapé no período de 2000 e 2010.

Município	PEA – 18 anos ou mais		Evolução da PEA em %
	2000	2010	
Botumirim	2273	2573	13,20
Cristália	1648	2030	23,18
Grão Mogol	4435	6387	44,01
Berilo	5977	4752	-20,50
J. Gonçalves de Minas	1665	2100	26,13
Leme do Prado	1856	1914	3,13
Turmalina	5611	8693	54,93
Total	23465	28449	21,24

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000/2010. Organizado pelo autor.

Nota-se que apenas o município de Berilo apresentou redução na PEA, em 20,5%, e Turmalina apresentou significativo aumento de mais de 50% da população economicamente ativa. A evolução do quantitativo da PEA pode ser interpretada principalmente por dois motivos: a) pelo acompanhamento mais ou menos simultâneo da taxa de dependência e; b) taxa de migração líquida por pessoas em idade ativa.

A ocupação no setor agropecuário, foi um dado levantado para analisar o comportamento deste quantitativo no período estudado. Para a população com 18 anos ou mais dos municípios estudados houve uma diminuição total de 19% na ocupação deste setor. O quadro 7 apresenta estes dados com maiores detalhes:

Quadro 3: Evolução da população ocupada no setor agropecuário no período de 2000 e 2010.

Município	População ocupada no setor agropecuário		
	18 anos ou mais em %		Evolução entre 2000 e 2010 em %
	2000	2010	
Botumirim	67,98	56,94	-16,24
Cristália	51,52	55,98	8,66
Grão Mogol	41,40	38,63	-6,69
Média margem esquerda	53,63	50,52	-5,81
Berilo	73,08	53,25	-27,13
José Gonçalves de Minas	73,13	60,96	-16,64
Leme do Prado	54,31	26,29	-51,59
Turmalina	40,93	30,22	-26,17
Média margem direita	60,36	42,68	-29,29

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000/2010. Adaptado por COSTA, 2018.

Em uma análise fragmentada entre as margens do rio Jequitinhonha, a esquerda apresentou diminuição de 5,8% de ocupação no setor agropecuário, enquanto a direita apresenta redução de 29,3%. Observa-se também que se em 2000 a margem direita apresentava uma média de ocupação no setor agropecuário maior, 60,3%, que a margem esquerda, 53,6%; esta realidade se inverteu em 2010 passando para 42,6% e 50,52%, respectivamente.

Cabe se destacar que, se por um lado o município de Leme do Prado teve redução de mais de 50% da população ocupada no setor agropecuário, o que o colocou com a menor taxa de ocupação neste setor em 2010; o município de Cristália obteve uma evolução em direção oposta aos demais municípios, apresentando, assim, um aumento de 8,6% entre 2000 e 2010.

Agrupou-se dados já analisados para uma breve comparação, desta forma, pôs-se lado a lado a evolução dos dados entre 2000 e 2010 da população total dos municípios, a população rural, e a população com idade igual ou superior a 18 anos classificada como ocupada ou desocupada (PEA), e aqueles específicos ocupados no setor agropecuário, conforme o quadro 8.

Quadro 4: Evolução da população, urbanização, PEA e setor agropecuário no período de 2000 e 2010 nos sete municípios inundados por Irapé.

Município	Evolução entre 2000 e 2010 em %			
	População Total	Rural	População de 18 anos ou mais	
			PEA	Setor agropecuário
Botumirim	-4,93	-14,20	13,20	-16,24
Cristália	3,17	-9,40	23,18	8,66
Grão Mogol	5,62	2,56	44,01	-6,69
Média margem esquerda	1,29	-7,02	26,80	-4,76
Berilo	-5,23	-15,44	-20,50	-27,13
J. Gonçalves de Minas	-3,05	-12,73	26,13	-16,64
Leme do Prado	1,44	-4,76	3,13	-51,59
Turmalina	13,64	-10,49	54,93	-26,17
Média margem direita	1,70	-10,85	15,92	-30,38
TOTAL	1,52	-9,15	20,75	-18,99

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000/2010. Adaptado por COSTA, 2018.

Em linhas gerais, pode se inferir que o conjunto de municípios estudados apresentou aumento de 1,52% da população geral e diminuição de 9,15% da população rural; houve também um aumento de 20,7% da PEA (com 18 anos mais) e, para a mesma população economicamente ativa, aconteceu a redução de aproximadamente 19% da ocupação no setor agropecuário.

Destacam-se, em análise específica para cada município, aqueles que não seguiram horizontalmente a mesma tendência dos demais:

- i. O município de Botumirim, apesar de ter apresentado redução na população total, rural e no setor agropecuário, mostra no período analisado aumento de 13,2% da PEA.
- ii. Cristália é o único município que teve um aumento da população no setor agropecuário, 8,6%, mesmo apresentando redução de 9,4% da população rural.
- iii. Grão Mogol é o único município que teve aumento da população rural, 2,56%.
- iv. Berilo apresentou redução de todas as taxas selecionadas, algo semelhante ao município de José Gonçalves de Minas, o qual, contudo, houve um aumento de 26% da PEA.

A agricultura familiar nos municípios estudados ocupava um total de 103.101 hectares em 5.807 estabelecimentos. Na margem esquerda do Rio, apesar de ter 21% a menos de estabelecimentos que a margem direita, a agricultura familiar ocupava uma área 68% maior

que nos municípios da margem direita, o que resultava em uma média do tamanho destes estabelecimentos - o quociente entre área e estabelecimentos - no dobro de hectares. Ou seja, se na margem esquerda os estabelecimentos da agricultura familiar detinham uma média de 25 hectares, na margem direita detinham em média 12 hectares. Entretanto, em ambas as margens estavam abaixo do módulo fiscal calculado para os municípios – entre 40 e 50 módulos fiscais. Esse aspecto pode ter relação com a ocupação populacional mais antiga na margem direita e mais tardia na margem esquerda e no processo de regulamentação territorial que ocorreu na década de 1930 somente na margem esquerda do Jequitinhonha (Ribeiro, 1997; Galizoni, 2007).

O quadro 9 apresenta os dados referentes à agricultura familiar e ao não familiar para os sete municípios em questão.

Quadro 5: Estabelecimentos e área ocupada pela Agricultura Familiar nos municípios atingidos pela UHE de Irapé.

Municípios	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Botumirim	627	18 001	65	7 958
Cristália	470	10 834	15	2 149
Grão Mogol	1 451	35 846	241	144 981
Margem esquerda	2 548	64 682	321	155 088
Berilo	1 755	18 106	77	8 947
J. Gonçalves de Minas	247	4 680	11	2 192
Leme do Prado	335	4 117	60	3 641
Turmalina	922	11 516	114	13 961
Margem Direita	3 259	38 420	262	28 741
Total	5 807	103 101	583	183 829

Fonte: IBGE, 2006. Adaptado por COSTA, 2017.

Berilo é o município que tem o maior número de estabelecimentos de agricultura familiar. Já o Grão Mogol é o que tem maior área ocupada pela agricultura familiar, quase o dobro de Berilo. José Gonçalves de Minas, por outro lado, é o que tem o menor número de estabelecimentos de agricultura familiar, contudo é em Leme do Prado que esses estabelecimento ocupam a menor área.

O município de Cristália e apresentou a maior razão entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar pelos estabelecimentos não familiares: são 31 estabelecimentos da agricultura familiar para cada não familiar. O mesmo ocorre em relação

ao número de hectares, no qual, a agricultura familiar ocupa um espaço cinco vezes maior que os não familiares. No mesmo sentido, o município de Leme do Prado deteve a menor razão – 6 estabelecimentos da agricultura familiar para cada não familiar.

Importante destacar o tamanho ocupado pelos estabelecimentos da agricultura familiar em relação aos estabelecimentos não familiares. A análise destes dados em Minas e no Brasil indicaram maior número do espaço ocupado por estabelecimentos não familiares, mesmo que o número de estabelecimentos da agricultura familiar seja maior – enquanto a média do tamanho do estabelecimento não familiar é de 309 hectares no Brasil, na área analisada é de 315 ha, já o estabelecimento familiar é de 18 e 17 respectivamente. No conjunto de municípios estudados, apenas Turmalina e Grão Mogol seguiram esta tendência, enquanto todos os outros apresentam maior área ocupada pela agricultura familiar.

Os dados censitários reforçam a posição de importância da agricultura familiar para os municípios estudados, em âmbito não apenas socioeconômico, como também cultural e político. E colocou com ênfase a questão: o que significou um empreendimento como a UHE de Irapé para o desenvolvimento de municípios "rurais" majoritariamente habitados por agricultores familiares?

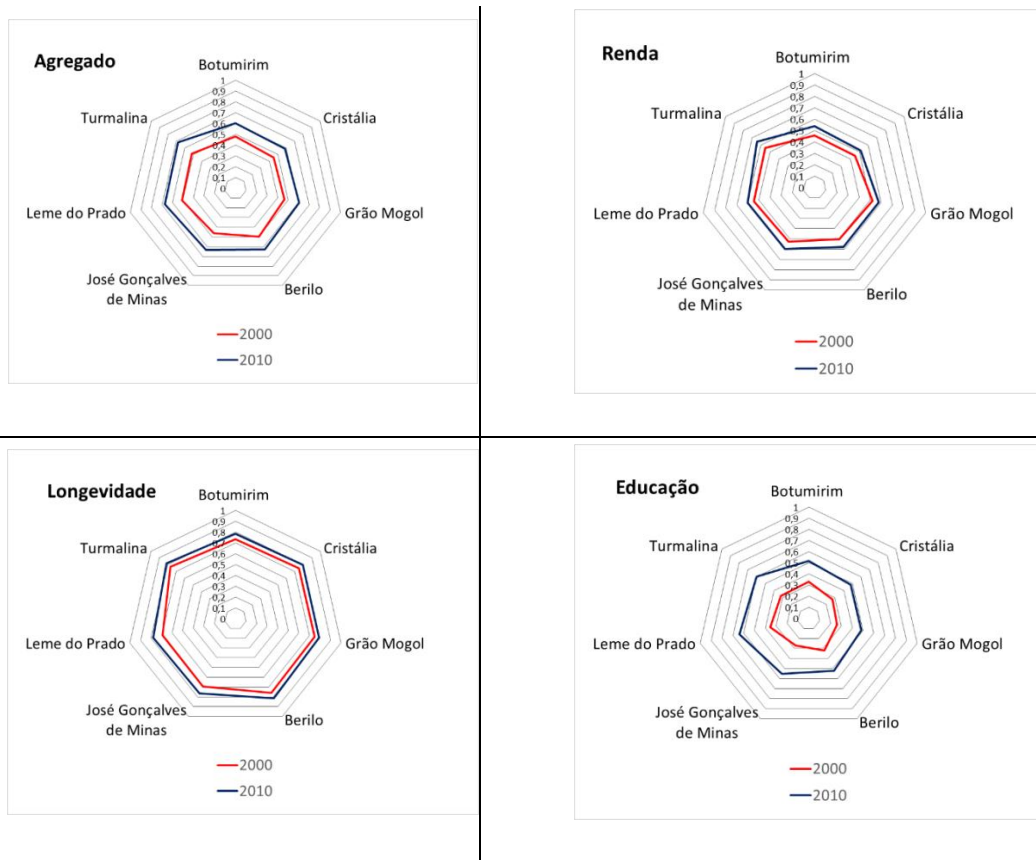
4.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

A análise de indicadores compostos que indiquem aspectos relativos à qualidade de vida da população do conjunto de municípios estudados foi feita tendo por base prioritariamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Segundo o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – este índice composto agrega dimensões do desenvolvimento humano: “a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda¹¹”. A dimensão da saúde aborda a variável de esperança ao nascer, enquanto para renda a variável é a Renda Nacional Bruta *per capita*, e para a educação é a combinação das variáveis de média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e expectativa de anos de estudo.

O gráfico 1 representa a evolução do indicador entre os anos de 2000 e 2010. O primeiro, o IDHM, é uma agregação dos demais dimensões de renda, longevidade e educação.

¹¹ Fonte: PNUD Brasil. Disponível em: <http://www.br.undp.org/> Acessado em: setembro de 2017.

Gráfico 1: IDHM do conjunto de Municípios Estudados (2000 e 2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000/2010. Adaptado por COSTA, 2017.

Em todas as dimensões, o IDHM apresentou aumento para o conjunto de municípios estudados no período entre 2000 e 2010. Pode-se destacar a dimensão de saúde, como aquela que, nos dois anos de referência, apresentou os maiores resultados; e a educação, que apresentou o maior aumento. A melhoria dos indicadores se devem significativamente aos municípios da margem direita do Rio Jequitinhonha, onde o município de Turmalina apresentou o maior aumento da dimensão de renda, Leme do Prado apresentou o maior aumento em Longevidade e Educação. Por outro lado, este município apresentou menor aumento na dimensão renda. Grão Mogol, na margem esquerda do rio, apresentou o menor aumento na dimensão Longevidade, e Botumirim, na dimensão de Educação. Na tabela **XX** pode se conferir estes dados; onde também é possível comparar com outros dois municípios limítrofes ao conjunto analisado, chamados aqui de municípios testemunhos: Minas Novas, na margem direita, e Francisco Sá, na margem esquerda.

Quadro 10: Evolução do IDHM dos municípios atingidos por Irapé e municípios testemunhos

Município	IDHM
-----------	------

	Renda		Longevidade		Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Botumirim	0,455	0,540	0,732	0,782	0,329	0,517
Cristália	0,451	0,518	0,747	0,795	0,274	0,482
Grão Mogol	0,519	0,579	0,747	0,791	0,26	0,482
Berilo	0,503	0,580	0,762	0,816	0,32	0,524
José Gonçalves de Minas	0,527	0,597	0,693	0,764	0,272	0,553
Leme do Prado	0,547	0,602	0,693	0,779	0,353	0,64
Turmalina	0,554	0,646	0,766	0,816	0,323	0,602
Municípios Testemunhos						
Francisco Sá	0,517	0,605	0,733	0,808	0,291	0,572
Minas Novas	0,485	0,600	0,702	0,802	0,219	0,528

O aumento dos dados do IDHM sugere uma melhoria da qualidade de vida da população dos municípios alagados pela hidrelétrica de Irapé de forma generalizada. Este indicador reflete a realidades sociais que se transformam nestes municípios, mas também compete a um fenômeno conferido em escala nacional. Oliveira (2005) demonstra o expressivo aumento ao acesso à educação, saúde e renda dos brasileiros de 1984 a 2004. Programas do Governo Federal foram catalisadores para mudanças da realidade socioeconômica brasileira nos últimos 15 anos. Rocha (2011: 15) destacou que "é irrefutável que a pobreza e a desigualdade vêm diminuindo no Brasil de forma sustentada desde 2004". Neste sentido, cabe aqui salientar que um dos desafios desta dissertação foi discernir as melhores condições sociais presentes dos municípios brasileiros procedentes de políticas de âmbito nacional daquelas trazidas enquanto legado da UHE de Irapé.

4.4. DESCRIÇÃO DAS LOCALIDADES VISITADAS EM CAMPO

As atividades de campo permitiriam maior aproximação com as cidades e comunidades do território afetado por Irapé: Cristália e o povoado de Cabra, Grão Mogol e a comunidade de Tingui, Berilo e o povoado Lelivéldia, e Turmalina.

4.4.1. Cristália

Cristália recebe o visitante com a Igreja Matriz, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, ocupando o ponto mais alto de jardim modelado por palmeiras imperiais, e um gramado cercado por buchinhos amarelos.

Figura 5: Avenida Boa Vista, Cristália. COSTA, 2017.



Fonte: COSTA, 2017

Uma elegante ponte sobre um córrego úmido e repleto de bananeiras separa a estrada de Grão Mogol à avenida principal da cidade, esta é caracterizada pelo pavimento hexagonal, com aproximadamente 20 metros de largura e ornamentada por palmeiras Arecas de Locuba, e jardins do mesmo modelo da Igreja Matriz. Esta avenida segue reta em uma subida com inclinação uniforme, até os quarteirões finais do perímetro urbano, quando inverte em descida em direção à Botumirim. As demais ruas da cidade cruzam esta avenida em formato de um plano cartesiano, que dá à cidade, com raríssimas exceções, ruas diagonais.

Em algumas paragens no núcleo urbano, e cada vez mais comum nas imediações, é possível avistar o Morro do Chapéu, de aproximadamente 1.200 metros de elevação ao nível do mar e quase 500 em relação ao marco zero da cidade.

Figura 6: Vista do Morro do Chapéu, Cristália.



Fonte: COSTA, 2017.

A saída para o povoado rural de Cabra, em estrada de chão, segue cortando em curvas grotas menos declivosas até subir uma chapada, daí, o cerrado *stricto sensu* perde espaço para o monocultivo. No centro da monocultura de eucaliptos e pinus, aparece em uma clareira um coletivo de centenas de fornos de carvoeiros! Organizados em quadras, enfileirados. Alguns em ruínas, abandonados, outros em funcionamento. São propriedade da Rima Florestal, firma de reflorestamento cuja atividade não está em sua maior plenitude, mantendo alguns funcionários.

Figura 7: Carvoeiros em Cristália.



Fonte: COSTA, 2017.

Em meio aquele deserto verde da monocultura, algumas pessoas se encontravam no ponto de apoio, na extremidade do complexo carvoeiro. Mais à frente, seguindo estradas retas e monótonas em meio àquela paisagem suprimida, uma pequena e simpática igreja católica aparece paralela ao caminho. E no pequeno espaço, onde não há um pé de eucalipto, formado pelo terreiro, pelo cruzeiro e um cemitério, é um espaço de encontro em dias de festas religiosas, sendo destino de procissões.

Figura 8: Igreja na beira da estrada para Cabra.



Fonte: COSTA, 2017

A trégua dos eucaliptais, ainda no topo da chapada, anuncia a chegada ao povoado rural de Cabra e de outras comunidades referenciadas por placas indicativas. Na beira da chapada, no topo do talude que separa este relevo ao lago de Irapé, está cercado o povoado de Cabra, que parece vazio.

Figura 9: Entrada do povoado de Cabra, em Cristália.



Fonte: Costa, 2017

A estrada de chão se abre no menor ângulo de um terreiro em formato de triângulo isóscele, balizado à direita por duas casas e a caixa d'água da comunidade, à esquerda por outra casa e uma recém-construída Igreja evangélica. À frente, cercada pelas estradas bifurcadas pelo terreiro, uma construção espichada abandonada ainda guarda alguns móveis de uma antiga escola. Assim como a escola, várias casas de tamanhos e materiais diferentes impressionam o visitante, que por alguns instantes crê que se trata de um local deserto. O povoado verte para represa, ponto de atracação da balsa Cristália-José Gonçalves de Minas. É o final do caminho.

Figura 10: Escola abandonada em Cabra, Cristália.



Fonte: COSTA, 2017

4.4.2. Grão Mogol

Chegar a Grão Mogol pelo entroncamento com a entrada de Cristália, na margem do rio Itacambiruçu, envolveu subir e cortar em diagonal um leve e longo morro, pelo qual, a baixa vegetação savânica, mesclada aos campos de altitude e rupestres, e a escarpa levemente dissecada pelos contribuintes diretos do rio, permite a paragem da cidade histórica em quase sua totalidade em grandes interrupções durante a longa elevação. Ainda nesta mesma estrada, a poucos metros do perímetro urbano, entre duas abruptas curvas da estrada em “S”, ao atravessar o cristalino curso hídrico que abastece as piscinas naturais do Balneário do Córrego, o visitante, em um remanejamento de quase 180° é voltado para direção sudeste, e se surpreende assim por uma vasta e linda depressão, em cujo talvegue as águas do Rio Itacambiruçu meandram ao perder velocidade. É possível avistar o Vau, local de encontro e lazer de moradores e visitantes, onde águas calmas e rasas permitem um pleno contato com a natureza.

Figura 11: Casa na Rua Santa Rita, Grão Mogol.



Fonte: Costa, 2017.

Em exclusão aos bairros de ocupação mais recente, o antigo centro de Grão Mogol tem ruas, vielas e becos que se tramam em forma de um rizoma, apartado em duas partes pelo ribeirão do Inferno e reconectado por, no máximo, duas pontes e uma passarela. O ribeirão do Inferno, contribuinte de terceira ordem do Rio Jequitinhonha, corta a cidade, que lhe valoriza e dá vista por uma rua que o margeia em aproximada 200 metros de orla, que vai da ponte mais a montante e que se expande em um largo típico de cidades históricas, segue com "charme" com o Hotel Beira-rio, um bar, um antigo restaurante, duas ou três casas e uma mercearia, e termina assim na ponte mais a jusante, a poucos metros da Cachoeira do Inferno. As águas incessantes do ribeirão, que percorre com força a serra de Grão Mogol, a quase 1.000 metros de altitude, desce em um turbilhão por entre as rochas de quartzito, com aquela cor típica das águas do Maciço do Espinhaço, de cristalinidade interrompida pela matéria orgânica em suspensão, tem poucos metros para dissipar sua energia potencial em incontáveis quedas d'água até confluência com o Rio Itacambiruçu, à 650 metros acima do nível do mar.

Por debaixo das baixas pontes da cidade, ruínas de antigas barreiras de contenção e muros de arrimo acusam os processos de formação da cidade, cuja relação com o rio ultrapassava a mera atividade de garimpo, mas também uma íntima conexão de dependência das águas para reprodução de atividades que fazem parte do cotidiano de sua população. O passado está presente na paisagem de Grão Mogol, mais do que simplesmente pelos patrimônios históricos, mas pela paisagem em um tom de rochas douradas, as casas encaixadas uma a outra parecem ceder ao tempo e à gravidade, formando assim uma impressão de aproximação lenta dos telhados com o chão. Isto reflete metaforicamente em como a cidade está assentada no sítio urbano.

Figura 12: Vista para Igreja Matriz de Santo Antônio



Fonte: COSTA, 2017.

Figura 13: Panorâmica da cidade de Grão Mogol.



Fonte: COSTA, 2017

Ao se atravessar a cidade, em constante subida, chega-se à pista de pouso. A paragem deste ponto sugere a observação da cidade de Grão Mogol na íntegra, sitiada em um anfiteatro, dissecado pelo Ribeirão do Inferno, que dá o contato do Espinhaço com a Chapada do Cardoso. É por esta que segue o caminho até a comunidade de Tingui. Antes de chegar nesta comunidade, a estrada de chão segue para comunidades ao longo do rio Ventania, larga, lisa e com curvas imperceptíveis até a bifurcação com a estrada para a comunidade de Tingui. No caminho se vê o polo de extração e engarrafamento da água mineral “Grão Mogol”, e outras poucas extrações minerais. A vegetação savânica se mantém pouco alterada, tanto ao lado esquerdo da estrada, onde está o Parque Estadual de Grão Mogol (PEGR), e do lado direito que verte para o Rio Itacambiruçu.

Figura 14: Vista da Serra Geral, e parte do PEGR.



Fonte: COSTA, 2017.

Ao bifurcar para Tingui o caminho se estreita, as curvas se angulam, e a cor da estrada condensa afloramentos pedológicos derivados do quartzito, aparecem alguns sítios, estranha-se pelas construções de casas pela metade, ou só seu baldrame. À esquerda, entradas disfarçadas dão acesso às casas que abstratamente estão inseridas no interior do Parque. Diz-se abstratamente, pois não confere cercas, aceiros, ou qualquer indicação da existência desta Unidade de Conservação, senão a declaração, ou o “parque de papel” (como são chamadas Unidades de Conservação que só se tem demarcações em documentos oficiais e não possuem delimitação física no território). Transpõe-se o Itacambiruçu para a bacia do rio Ventania, tributário do primeiro. Margeiam-se seus afluentes, que ao aproximar da foz, as matas ciliares desmatadas indicam a cota 550m, onde a água represada por Irapé alcançou durante seus anos de maior cheia. O mesmo ocorre abaixo da ponte do Rio Ventania, que mantém os transeuntes à cota a um pouco mais de 200 centímetros da curva de nível da cota de Irapé. Daí, bastam três curvas para chegar ao núcleo Tingui.

Figura 15: Tingui, em Grão Mogol.



Fonte: COSTA, 2017

Tingui recebe o visitante em um grande terreiro retangular. À esquerda, vê-se uma mata densa e alta, seguida de uma casa. À frente separado desta casa por uma estrada, um antigo muro baixo sugere os muros de um cemitério. À direita, uma pequena casa e o trevo

que dá continuidade à estrada, e pelo lado que se chega, à direita, há uma casa com um caprichoso e úmido jardim. Tingui também aponta visualmente para um esvaziamento, uma regressão quantitativa demográfica causada pelo alagamento de vales.

4.4.3. Berilo

Berilo, diferente das primeiras cidades descritas, se localiza na plenitude das ondulações declivosos de incontáveis morros. O perímetro urbano não se situa em serras ou chapadas, mas entre grotas, a uma elevação de um pouco mais que 300 metros acima do nível do mar, à beira de um meandro do Rio Araçuaí. A cidade se encaixa entre três contribuintes deste Rio, evidenciados pela manutenção das matas de galeria, cortadas por poucas passagens, por onde atravessam viajantes que entroncam na sede do município pelos acessos disponíveis às direções norte, sul e leste respectivamente, em acesso para: Virgem da Lapa/Lelivéldia; Chapada do Norte/Minas Novas; e Francisco Badaró/Araçuaí.

O povoado de Lelivéldia apesar de possuir certo porte de sede municipal, considerando a estrutura de suas vias, quantidade de casas, disponibilidade de comércio e equipamentos urbanos, aparenta viver, visualmente, um declínio demográfico. As praças parecem projetadas para muito mais pessoas do que aquelas que as usufruem, o mesmo ocorre em restaurantes e outros comércios locais. Das casas abandonadas pelas ruas do povoado, se destaca um prédio comprido de três andares, com mais de 10 unidades, no qual se projetava o funcionamento de uma pousada. A estrutura pouco deteriorada não indica o abandono, senão por detalhes na porta de entrada e alguns vidros, enferrujados e quebrados.

Figura 16: Entrada de Lelivéldia e prédio abandonado a frente, Berilo.



Fonte: COSTA, 2018.

O calçamento das vias centrais do povoado é interrompido pela LMG-677, que o atravessa em diagonal com pavimento natural – de chão, ressaltando a cor de terra – por onde passam caminhões articulados carregados de toras de pinus e eucalipto, e caminhões-pipa que

passam com jato acionado para umedecer e abaixar a poeira. Seguindo nesta estrada em direção noroeste, em poucos quilômetros está o entroncamento com a estrada de acesso à UHE de Irapé. Este cruzamento em ângulo oblíquo se assemelha a uma bifurcação da estrada de modo a indicar um trajeto único entre a Usina e Lelivéldia, como se não fizesse sentido alguém que viesse de Leme do Prado para Lelivéldia, antes de chegar ao destino, virar à esquerda em direção a UHE.

Figura 17: LMG-677 em Lelivéldia, Berilo.



Fonte: COSTA, 2018.

Seguindo a estrada vicinal os monocultivos de eucaliptos se distanciam na paisagem enquanto as curvas vão se acentuando por entre a vegetação de cerrado. E em uma destas curvas, por entre os arbustos baixos e retorcidos, à esquerda, surge o paredão que barra a água do Jequitinhonha, cuja imensidão vai se revelando a cada virada, quando também aparecem outros elementos do complexo hidroelétrico.

Figura 18: Vale do Rio Jequitinhonha e a Barragem de Irapé, na divisa de Berilo e Grão Mogol.



Fonte: COSTA, 2014.

Na última curva, na cota mais próxima à margem do Rio Jequitinhonha a barragem se esconde atrás da escarpa íngreme. Dá-se de frente, porém na outra margem e acima do observador, ao vertedouro por onde há muitos anos não passa nenhuma água. Os afloramentos

rochosos artificiais indicam a abertura das vertentes, tornando aquele vale mais íngreme, e deixando pequenos córregos que drenam as grotas sem leito, portanto, escorrem pelas fendas de filito. Seguindo a estrada, o transeunte ou segue reto em direção à portaria ou atravessa o rio por uma ponte estreita que liga diretamente ao túnel. Desta parte, a paragem é tomada pela cor acinzentada, entre a barragem encascalhada de Irapé, a casa de máquinas, as drenagens artificiais que descem as grotas, as rochas cortadas e a água que ressurge debaixo de toda aquela estrutura. O silêncio de pássaros, do vento, da ausência humana incomoda. Esta sensação se alia às placas que indicam que as terras são de propriedade da Cemig e que ali o visitante corre perigo de morte. Nestas condições, atravessa-se o rio pela ponte e entra no túnel pouco iluminado e tortuoso. Em alguns metros de subida, aparece a luz do dia refletindo nos cascalhos postos que recobrem a vertente da barragem pé. Ao sair do túnel, dá-se de frente ao paredão, na metade de sua altura, e ainda em subida, é a última curva desta estrada em que se vê Irapé.

CAPÍTULO 5 – LEGADOS DE IRAPÉ

Com o objetivo de identificar o legado da UHE de Irapé, propôs-se eleger parâmetros que referenciassem o dimensionamento deste projeto de desenvolvimento. O termo *legado* possui diferentes significados e interpretações, que vão desde o nome dado a quem faz uma legação, um embaixador, um enviado para negociação – ou – até a transmissão de uma geração a outra. Passa-se também pelas definições do campo jurídico no qual legado se entende enquanto à sucessão de bens a quem não é herdeiro direto. É possível ainda encontrar outros significados também no Novo Dicionário Aurélio ¹², entretanto, estes supracitados atendem o uso pretendido neste trabalho. O termo empregado é, portanto, uma mescla destes sentidos.

Legado – aqui – se compreende naquilo que a UHE de Irapé deixa à sucessão para a população dos municípios atingidos, principalmente àqueles que não são “herdeiros” diretos dos benefícios trazidos pela geradora, uma vez que se objetiva à produção de energia para segurança elétrica do Sistema Nacional Integrado (SIN), e não especificamente às demandas da população mais atingida, como já dizia o próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento. E, com licença da metáfora, entende-se também como legado aquilo que é “enviado” para “negociação”, ou, os repasses financeiros da Usina que legitimam as consequências de sua implantação. Dá-se ao termo assim uma conotação mais positiva, buscando diferenciá-lo do termo *consequência* também utilizado neste trabalho.

Com a devida atenção às dificuldades em discriminar sobre o que é um legado da UHE de Irapé e as transformações causadas por ações de outros projetos independentes – que constantemente podem ser confundidos – optou-se por definir este legado pelo repasse de: compensação financeira; Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias. A escolha pelo uso destes dados quantitativos se baseia em fundamentos qualitativos. Significa que se optou em dimensionar este legado a partir de repasses financeiros, cuja escolha foi pautada naquilo que – a partir da pesquisa bibliográfica e em entrevistas – observou-se como o legado *vivo* da UHE de Irapé. Ou seja, estes podem ser considerados os principais – se não únicos – legados identificados que – é importante frisar – são ações diretas ocasionadas pelo funcionamento da UHE de Irapé. Outras possíveis ações passíveis de serem analisadas, como geração de energia e renda (através de empregos, por exemplo) também fazem parte do legado de Irapé, mas de

¹² BUARQUE DE HOLANDA, A. Novo Dicionário: Aurélio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

importância muito relativa. Energia elétrica – principal objetivo da Usina, e um dos principais argumentos de aceitação do empreendimento no local – não são vistos pela população como ação de Irapé, como será discutido no próximo capítulo, uma vez que a energia produzida não é necessariamente a usada na região afetada, pois o sistema nacional de transmissão é interligado. Assim como há famílias na margem da represa que ainda vivem no "escuro" sem acesso à energia elétrica. A relação entre legados e energia elétrica, como supracitado, são processos que se assemelham a outras questões relativas à justificação do empreendimento, como a geração de renda e empregos, pois fora realçada como grande benefício da obra, mas rememorada pela frustração de sua expectativa.

Partindo do legado *vivo* de Irapé, aquilo que se identifica diretamente com ela mesmo passado uma década da sua construção, buscou-se identificar e analisar o volume do principal repasse financeiro feito pela UHE para os municípios alagados pela represa, a *Compensação Financeira*¹³.

E em um segundo momento procurou-se relacionar este montante como com o *Fundo de Participação dos Municípios* (FPM) a fim de se obter uma referência do significado financeiro dos valores do primeiro repasse, bem como a evolução deste significado ao longo do tempo. Analisou-se também a importância do *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* (ICMS) relativo à geração de energia; no entanto, ressalva-se novamente que este imposto é arrecadado, apenas ao município de Grão Mogol, onde se localiza a casa de máquinas.

Assim, a análise dos dados a seguir fundamentou a reflexão sobre o legado da UHE de Irapé frente a outras receitas destinadas aos municípios atingidos, mas se objetivou uma interpretação qualitativa dos valores e visou ainda uma reflexão sobre os benefícios financeiros trazidos pelo grande projeto de desenvolvimento idealizado em uma barragem.

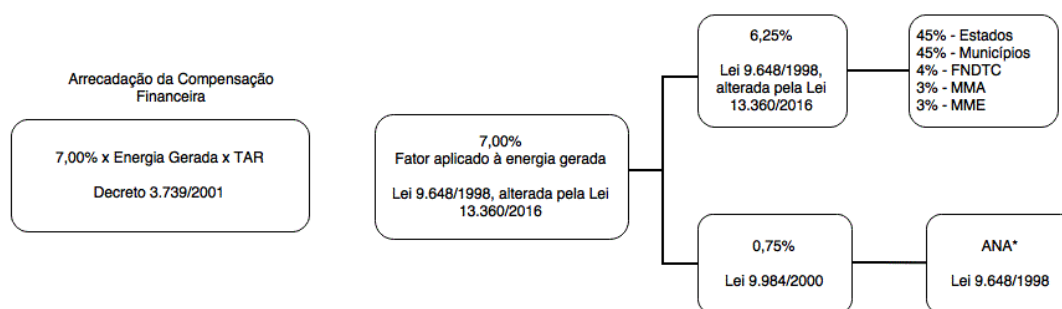
5.1. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Os danos causados pelo uso e privação do recurso hídrico por uma usina hidrelétrica deve ser, pela legislação brasileira, mitigados pelo cálculo e pagamento mensal pelo empreendimento para as prefeituras com a *Compensação Financeira*.

¹³ Como descrito na metodologia compreendeu-se a compensação financeira como principal repasse, pois é um mecanismo legislativo que garante pagamentos mensais do empreendimento para as prefeituras a partir de uma fração do valor da geração de energia.

A Lei Federal nº 9.433/1997 estabeleceu que a geradora pague mensalmente 7% do produto entre a energia produzida por mês – em megawatts por hora – e a Tarifa Atualizada de Referência (TAR), calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que é revisada a cada quatro anos (OLIVEIRA, 2009). Deste montante do pagamento, 6,25%: as esferas políticas-administrativas estaduais ficam com 45% e municipais 45%; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com 4%; os ministérios de Meio Ambiente com 3% e Minas e Energia 3%; e o restante (0,75%) é destinado à Aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerencialmente de Recursos Hídricos. Este tributo é uma forma de “compensar os estados e municípios pelas externalidades provocadas pela instalação de uma usina hidrelétrica” ao pagar “pelo uso do bem ambiental para o desenvolvimento de uma atividade econômica” (SILVA, 2007, pág. 11).¹⁴

Figura 19: Esquema explicativo sobre o rateio da Compensação Financeira.



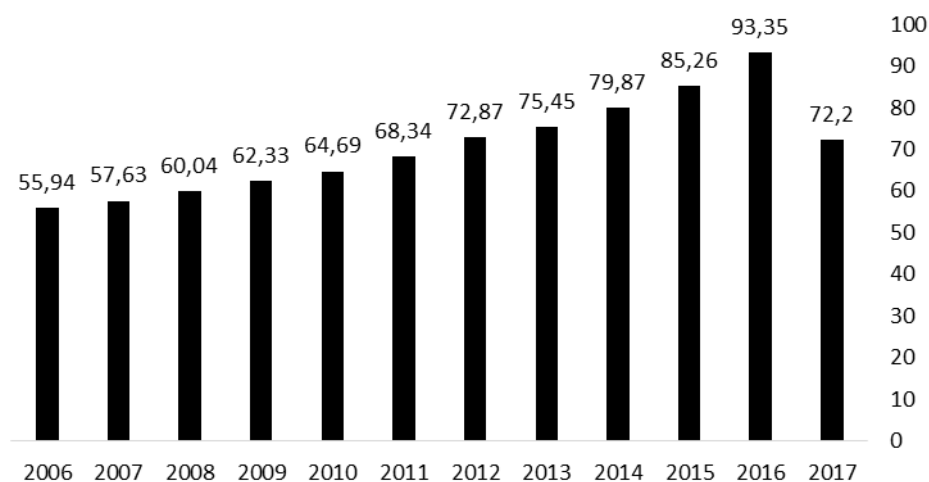
FONTE: ANEEL, 2017. Adaptado por Costa, 2018.

Sobre a TAR, é importante apresentar a evolução de seus valores, o qual, desde de 2006 seguia um crescente mais ou menos linear até o ano de 2016, quando, em 2017, teve uma redução significativa, conforme é demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Evolução da Tarifa Atualizada de Referência, 2006 a 2017

¹⁴ Uma reflexão crítica sobre a noção de externalidade e suas possibilidades de mitigação é abordada no próximo capítulo.

Tarifa Atualizada de Referência - em R\$



FONTE: CEMIG, 2017. Adaptado por Costa, 2018.

Em suma, a principal transferência de recursos financeiros entre uma usina hidrelétrica e os municípios alagados é por meio da Compensação Financeira. Como visto, do valor gerado 7% pela produção de energia elétrica é transferido para a União, dentre o qual, pouco menos da metade (45%), é repassado para os municípios. Entre os municípios, o rateio deste valor é estabelecido proporcionalmente à área alagada pelo reservatório, ou seja, do total da área inundada, calcula-se as porcentagens que cabem a cada município.

A aplicação dos recursos da Compensação Financeira é estabelecida pela lei nº7990/89 a qual não permite o uso do recurso no abatimento de dívida (salvo quando a União for a credora) nem para pagamento do quadro permanente de pessoal; e permite – pela lei nº10.195 de 2001 – a capitalização de fundos de previdência. A fiscalização do uso deste recurso é feito pelo Tribunal de Contas de cada Estado, como também pelo Ministério Público.

Cabe ressaltar novamente que, nesta dissertação, a análise sobre o repasse pela Compensação Financeira envolve a escolha da principal transferência continuada de recursos entre a UHE de Irapé e os municípios diretamente alagados; assim, buscou-se estabelecê-la como parâmetro de dimensionamento financeiro do empreendimento para com os municípios. Contudo, sabe-se que não se trata da única transferência de verbas. A arrecadação pela geração de energia elétrica pela UHE de Irapé através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) também foi considerado no dimensionamento econômico da Usina. Este imposto, no entanto, é arrecadado apenas pelo município onde há a geração de

energia¹⁵, portanto, será discutido mais à frente e mais especificamente para o município de Grão Mogol.

O quadro 11 apresenta a área total dos municípios e a porcentagem de participação de cada município na divisão da Compensação financeira conforme a proporção da área alagada pela UHE de Irapé.

Quadro 6: Relação da área alagada e percentual de participação do rateio da Compensação Financeira para os municípios atingidos pela UHE de Irapé.

Município	Área total alagada (Km²)	Percentual de participação (%)
Botumirim	31.94	21,4
Cristália	40.95	27,5
Grão Mogol	21.85	14,6
Berilo	7.45	5,0
José Gonçalves de Minas	24.60	16,5
Leme do Prado	7.73	5,1
Turmalina	14.29	9,6
Total	148.81	100

FONTE: ANEEL, 2017. Adaptado por Costa, 2018.

O mecanismo de repasse pela Compensação Financeira estabelece também o *Ganho de Energia por Efeito Cascata*, o que ocorre quando há mais de uma Usina Hidrelétrica – por reservatório – em uma bacia hidrográfica. Na bacia do Jequitinhonha, a UHE de Itapebi – cujo reservatório ocupa os Estados da Bahia e Minas Gerais – está a jusante do reservatório da UHE de Irapé, assim, a ANEEL compreende que parte do recurso hídrico que produz energia na UHE de Itapebi se deve à água que a UHE de Irapé liberou. Desta forma, os municípios alagados pela UHE de Irapé devem receber um percentual da Compensação Financeira pagos pela UHE de Itapebi. Em outras palavras, os recursos recebidos pelos municípios atingidos pela UHE de Irapé são a soma do pagamento por esta Usina e a UHE de Itapebi. Estas porcentagens são apresentadas no quadro 12.

¹⁵ O rateio do ICMS relativo à geração de energia é assunto polêmico e é pauta de ações judiciais entre municípios. Houve ações para que 50% da arrecadação fosse dividida entre os municípios alagados, como também, mais precisamente para o caso da UHE de Irapé, representantes do município de Berilo alegaram que seu território abrigava, junto com Grão Mogol, a geração de energia, logo teria direito à metade da mesma arrecadação. Contudo, fora decidido que apenas Grão Mogol teria este direito. Para mais informações ver: STJ - RMS: 33139 MG 2010/0189756-0, Relator: Ministro HERMAN. BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/06/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2011.

Quadro 7: Rateio da Compensação Financeira através do Ganho de Energia por Efeito Cascata da UHE de para os municípios atingidos pela UHE de Irapé.

UHE de Itapebi				
Município	Área (Km²)	Percentual de participação	Ganho de energia	Coefficiente de distribuição (45%)
(BA) Itagimirim	18,56	29,66%	74,47%	9,94%
(BA) Itapebi	32,176	51,50%	" " " "	17,26%
(BA) Itarantim	8,31	13,31%	" " " "	4,46%
(MG) Salto da Divisa	3,46	5,54%	" " " "	1,86%
TOTAL	62,48	100%	74,47%	33,51%
REGULARIZADA A MONTANTE PELO UHE de Irapé				
(MG) Berilo	7,45	5,01%	25,53%	0,58%
(MG) Botumirim	31,94	21,46%	" " " "	2,47%
(MG) Cristália	40,95	27,52%	" " " "	3,16%
(MG) Grão Mogol	21,85	14,68%	" " " "	1,69%
(MG) José Gonçalves de Minas	24,6	16,53%	" " " "	1,90%
(MG) Leme do Prado	7,73	5,19%	" " " "	0,60%
(MG) Turmalina	14,29	9,60%	" " " "	1,10%
TOTAL	148,81	100%	25,53%	11,49%
TOTAIS			100%	45%

FONTE: ANEEL, 2017.

Assim, os municípios alagados pela UHE de Irapé recebem 45% da Compensação Financeira – valor relativo ao repasse para as esferas municipais – e mais 11,49% dos 45% da Compensação Financeira paga pela UHE de Itapebi.

Desde setembro de 2006, mês em que houve o acionamento das turbinas da Usina, os sete municípios passaram a receber os valores relativos à participação calculada pela ANEEL, e desde então o empreendimento realiza os repasses mensais para as prefeituras, completando no mês de agosto de 2017, onze anos de repasses, conforme demonstrado no quadro 13.

Quadro 8: Valor total anual da Compensação Financeira para os municípios atingidos – em R\$.

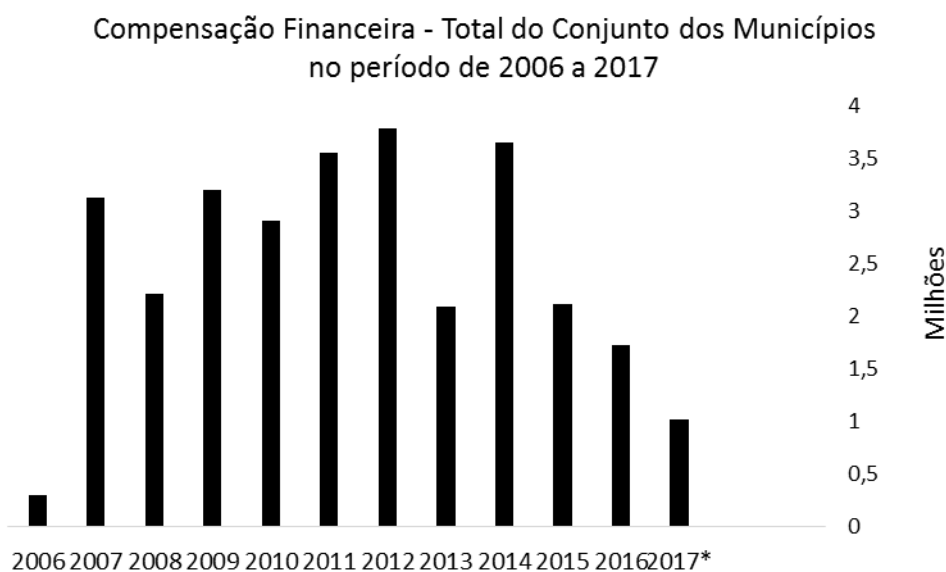
Ano	Botumirim	Cristália	Grão Mogol	Berilo	J. Gonçalves de Minas	Leme do Prado	Turmalina	Total anual (somatória de todos municípios)
2017*	217.670,12	279.072,99	148.907,08	50.771,52	167.648,25	52.679,71	97.385,91	1.014.135,58
2016	369.628,98	473.898,15	252.861,41	86.215,90	284.686,07	89.456,23	165.372,52	1.722.119,26
2015	455.605,19	584.127,51	311.677,31	106.269,84	350.904,44	110.263,87	203.838,39	2.122.686,55
2014	783.548,90	1.004.581,32	536.022,02	182.762,66	603.484,75	189.631,59	350.560,86	3.650.592,10
2013	449.735,91	576.602,55	307.662,17	104.900,83	346.383,95	108.843,41	201.212,47	2.095.341,29
2012	812.977,68	1.042.311,71	556.154,11	189.626,92	626.150,62	196.753,83	363.727,33	3.787.702,20
2011	762.691,02	977.839,62	521.753,25	177.897,56	587.420,14	184.583,64	341.229,01	3.553.414,24
2010	624.218,25	800.304,86	427.024,70	145.598,81	480.769,22	151.070,98	279.276,11	2.908.262,93
2009	687.295,06	881.175,10	470.175,24	160.311,46	529.350,61	166.336,59	307.496,76	3.202.140,82

2008	475.226,20	609.283,43	325.099,95	110.846,44	366.016,42	115.012,48	212.616,85	2.214.101,77
2007	672.237,27	861.869,64	459.874,28	156.799,24	517.753,19	162.692,36	300.759,88	3.131.985,86
2006	64.612,20	82.838,74	44.200,89	15.070,79	49.763,93	15.637,20	28.907,59	301.031,34

FONTE: ANEEL, 2017 Adaptado por Costa, 2018. *Valor calculado até o mês de agosto.

Para análise destes dados os valores dos anos de 2006 e 2017 tiveram pesos menores por não conterem no montante os 12 meses do ano. Desta forma, a partir da leitura do quadro 13, observa-se o valor total dos repasses pela Compensação Financeira e sua variação anual e municipal, assim como a média destes valores. A variação entre os municípios se deve ao percentual de participação estabelecido pela área alagada, conforme já citado, e a variação anual pode ocorrer pela variável de produção de energia mensal – devido, por exemplo, à disponibilidade de água no reservatório – ou pela variável da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), estabelecida pela ANEEL. O valor total anual dos repasses pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3: Compensação Financeira – Total dos Municípios no período de 2006 a 2017.

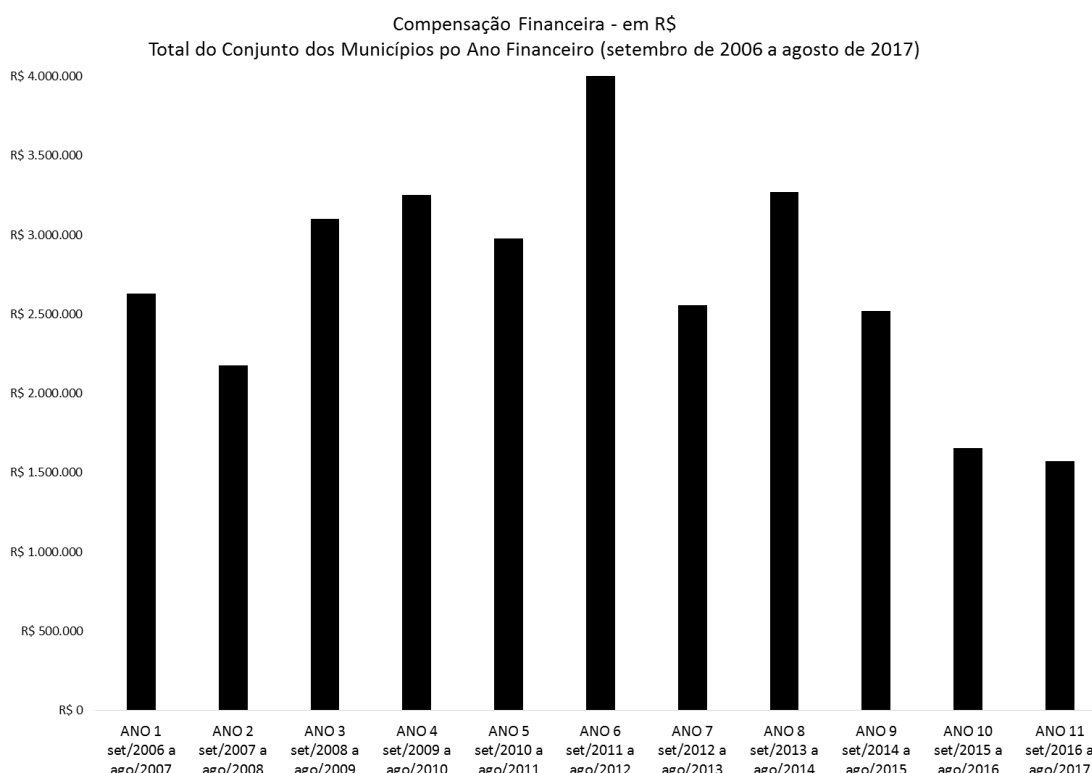


FONTE: ANEEL, 2017. Adaptado por COSTA, 2017. *Valor calculado até o mês de agosto.

O gráfico 3 buscou representar o comportamento do montante pago aos municípios alagados, mostrando assim grande variabilidade. Nos anos de 2012 e 2014 o total pago aos municípios ultrapassou a marca de R\$3,5 milhões de reais, enquanto nos respectivos anos seguintes – 2013 e 2015 – o valor ficou um pouco acima de R\$2 milhões de reais, ou seja, uma variação aproximada de R\$1 milhão de reais. Percebeu-se também uma possível tendência decrescente do valor dos repasses, conferidos em 2015 e 2016, assim como em 2017, cuja soma dos primeiros 8 meses do ano indicavam essa redução.

Para a análise da Compensação Financeira em vez de se utilizar o ano civil de janeiro a dezembro organizou-se os valores correspondentes aos períodos em referência ao pagamento da Compensação Financeira. Assim, como o primeiro pagamento pela UHE de Irapé foi feito em setembro de 2006, o primeiro *exercício*, ou *ano financeiro* – aqui chamado de *Ano 1* – se compreenderá desta data até agosto de 2007, completando 12 meses de repasse, e assim por diante, até completar exatos 11 exercícios. Ao organizar os dados desta maneira, buscou-se evitar as distorções dos anos de 2006 e 2017, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4: Compensação Financeira para o total do conjunto dos municípios alagados (setembro de 2006 a agosto de 2017, em R\$).



FONTE: ANEEL, 2017. Adaptado por Costa, 2018.

Nesta representação é possível analisar o comportamento dos valores dos repasses da Compensação Financeira para todos os períodos, conferindo, assim, um primeiro ano financeiro com o pagamento de mais de R\$2.500.000,00 de reais pagos ao conjunto de municípios inundados. Deve-se destacar o sexto ano de repasses, no qual foram pagos aproximadamente R\$4.000.000,00 de reais, o ápice de arrecadação dos municípios; logo seguido de um ano cujos repasses chegaram à R\$2.500.000,00, ocasionando uma diferença de 37%. Por outro lado, como conferido na análise dos repasses nos intervalos dos anos civis, a inconstância dos valores continuou evidente, bem como seu declínio, marcado nesta

representação a partir do nono ano financeiro. Confere-se para o último ano de análise o repasse de aproximadamente R\$1.500.000,00.

A presença do lago da represa nos municípios atribuiu a geração de receita pelo mecanismo da Compensação Financeira, no qual se observou que o montante repassado anualmente para os municípios apresentou uma grande diferença em curtos períodos. O que se pode destacar para o período mais recente é um declínio expressivo nos últimos três anos (2015, 2016 e 2017), sugerindo assim uma redução dos seus valores para os próximos anos até chegar a um provável piso de receita. Em uma breve reflexão analítica, é evidente a perda sucessiva de geração de receita pela represa de Irapé para os municípios atingidos. Especula-se sobre possíveis relações entre estiagens prolongadas nas cabeceiras da bacia do Rio Jequitinhonha somadas a políticas de gestão da rede hídrica. A problematização não seria em torno dos motivos que reduzem a sua capacidade de produção de energia, mas sim se este declínio corresponde à vida útil do empreendimento ou se trata de uma fase de baixa produção.

5.2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma importante transferência de recursos da União para os municípios brasileiros. Criado na década de 1960, este mecanismo de descentralização da gestão financeira apresentou uma evolução de seus coeficientes de cálculo para cada município, durante a qual, a parcela das esferas municipais ganhou maior importância. O FPM, atualmente, é constituído por 22,5% do montante arrecadado pelos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, e deste total, 10% são destinados às capitais e os 90% são entregues aos demais municípios. Entre estes, 4% é destinado aos municípios da reserva – com mais de 142.049 habitantes. Assim, 86,4% destes recursos são destinados aos municípios do interior (GASPARINI & MIRANDA, 2006).

A importância do FPM para o orçamento municipal é ainda mais elevada quando se trata de municípios com até 30 mil habitantes. Em uma amostragem de 665 municípios com até 10 mil habitantes, Araújo & Oliveira (2001) identificaram que em 66,5%, ou seja, 442 municípios, a relação FPM/Receita Disponível ultrapassou 50%. Em 199 municípios (30%), esta relação ficou entre 30 a 50%. Para os municípios com 10 a 30 mil habitantes em

aproximadamente 50% a relação FPM/Receita Disponível ficou entre 30 a 50%. Este estudo abordou a realidade dos sete municípios atingidos pela UHE de Irapé onde que quatro têm menos de 10 mil habitantes e três entre 10 a 30 mil habitantes (IBGE, 2017).

A análise do FPM nesta dissertação teve em vista entendê-lo como uma baliza de dimensionamento do legado financeiro da UHE de Irapé. Se a Compensação Financeira paga por este empreendimento está relacionada à produção de energia e área alagada, o FPM está relacionado ao quantitativo populacional dos municípios. Para receber mais verbas por Compensação Financeira, o município tem que ter maior porcentagem de seu território alagado, ou depender da maior geração de energia pela barragem; para receber mais verbas pelo FPM, o município tem que comportar maior população, ou depender da maior arrecadação de IPI e IR pela União. O município de Cristália – por exemplo – tem a maior participação na Compensação Financeira por ter maior área da represa de Irapé, ao mesmo tempo, por outro lado, teve o maior número de famílias remanejadas – 327, segundo Lestingi (2014) e Zucarelli (2006).

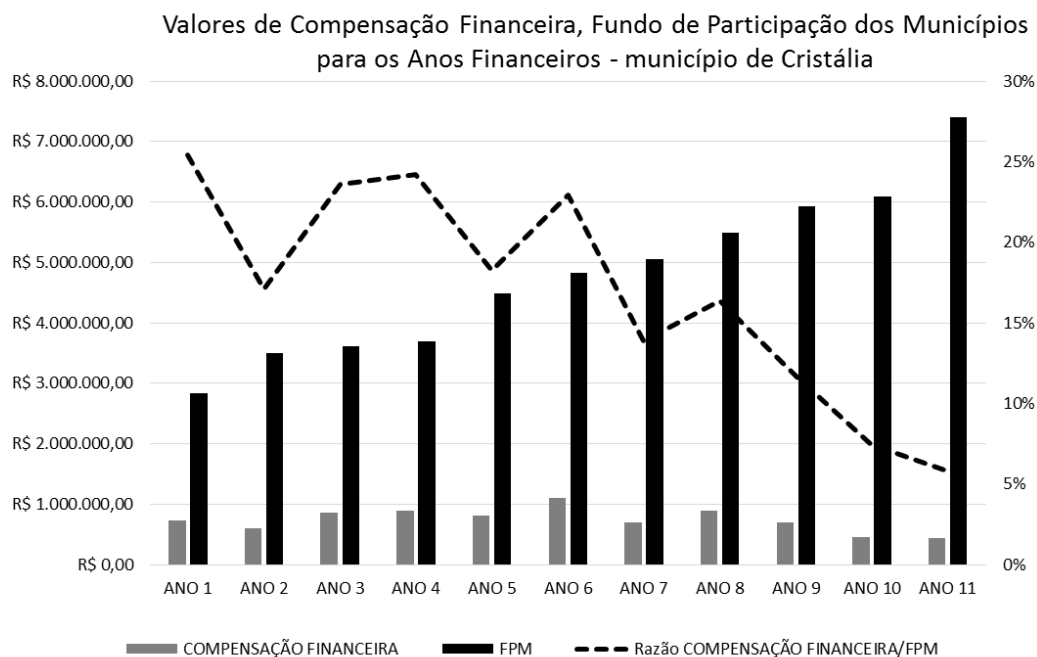
Optou-se por aprofundar a análise sobre a Compensação Financeira e sua relação com o Fundo de Participação Municipal e outras formas de repasse ou recursos nos municípios de Cristália, Berilo, Grão Mogol¹⁶.

5.2.1. Cristália

O município de Cristália teve aproximadamente 41 km² alagados pela UHE de Irapé, assim tem a maior participação da Compensação Financeira: 27,52% desta UHE e 3,16% de participação na UHE de Itapebi. O município detinha, pelo Censo do IBGE de 2010, população de 5.760 habitantes, a quinta maior população entre os municípios alagados. Ao lado dos municípios de Botumirim, José Gonçalves de Minas e Leme do Prado, Cristália tem o menor coeficiente de pagamento do FPM (municípios com população com até 10.188). Desta forma, este município apresentou a maior razão entre Compensação Financeira e FPM, conforme é demonstrado no gráfico 5:

¹⁶ Ver descrição pormenorizada dos critérios de seleção no Capítulo 2 – Metodologia.

Gráfico 5: Valores de Compensação Financeira, Fundo de Participação dos Municípios para os Anos Financeiros – município de Cristália



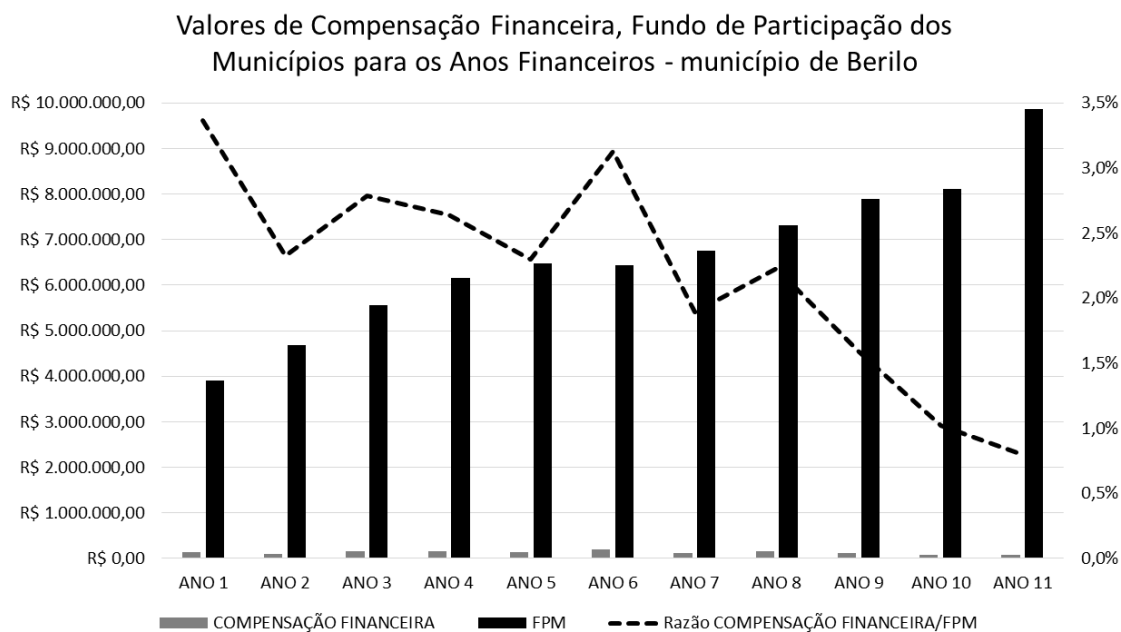
FONTE: ANEEL, Tesouro Nacional e Costa, 2018. Adaptado por COSTA, 2018.

No primeiro ano financeiro após o funcionamento da UHE Irapé, Cristália recebeu aproximadamente R\$ 3 milhões de reais do FPM e pouco mais de R\$700 mil reais pela Compensação Financeira. Esta última arrecadação representava significativos 25% da primeira, e esta razão se manteve acima da marca de 20% até o sexto ano financeiro. No último ano de análise, 2017, o município recebeu mais de R\$7 milhões de reais pelo FPM, e aproximadamente R\$430 mil reais pela Compensação Financeira, a razão estava em quase 6%.

5.2.2 Berilo

O município de Berilo teve 7.45 Km² de seu território alagado, tem 5,01% de participação no rateio da Compensação Financeiro pela UHE de Irapé e 0,58% da UHE de Itapebi, logo recebe a menor parcela destes empreendimentos. Pelo Censo do IBGE de 2010, Berilo contava com 12.300 habitantes, e assim, o FPM transferido é calculado para o coeficiente relativo à classificação de 10.189 a 13.584 habitantes, abaixo apenas de Grão Mogol e Turmalina. Berilo apresentou a menor razão entre Compensação Financeira e FPM, conforme é descrito no gráfico 6:

Gráfico 6: Valores de Compensação Financeira, Fundo de Participação dos Municípios para os anos financeiros – município de Berilo.



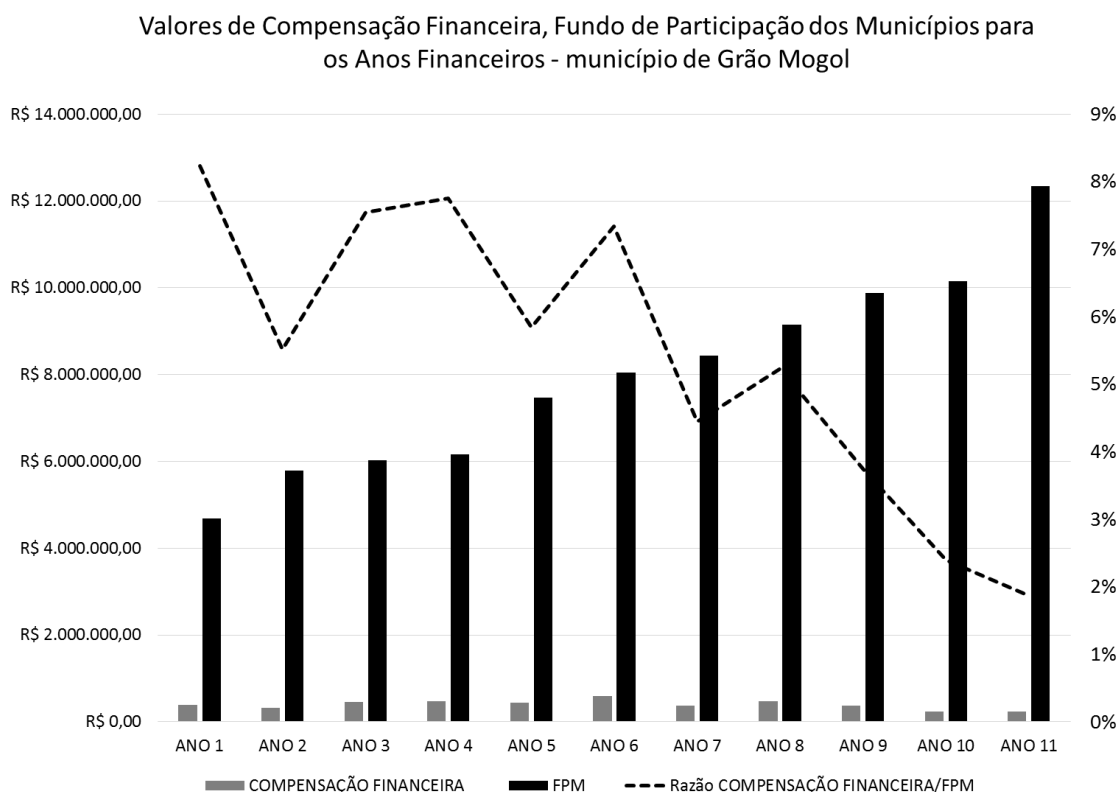
FONTE: ANEEL, Tesouro Nacional e Costa, 2018. Organizado pelo autor.

Para Berilo a maior razão entre Compensação Financeira e FPM foi de 3,5% no primeiro ano financeiro de funcionamento da usina, e nos anos consecutivos se manteve acima de 2,5%, até o sexto ano financeiro, quando declinou para menos de 1% no último período de análise. Se no primeiro ano Berilo recebeu R\$131.633 reais pela Compensação Financeira e quase R\$4 milhões pelo FPM, no último ano financeiro recebeu R\$78.579 reais pela primeira e R\$9,8 milhões pelo Fundo.

5.2.3 Grão Mogol

Grão Mogol perdeu 21,85 Km² alagados pela represa, o que representa 14,68% de participação da Compensação Financeira de Irapé e 1,69% de participação da UHE de Itapebi; ocupa assim a posição mediana em termos de participação entre o conjunto de municípios estudados. Contudo, em termos populacionais, é o segundo maior, pois detinha em 2010, pelo Censo do IBGE do mesmo ano, 15.024 habitantes, o que o classificava com o coeficiente dos municípios de 13.585 a 16.980 habitantes para cálculo do pagamento do FPM. Os valores da Compensação Financeira e FPM, assim como a razão entre eles, são demonstrados no gráfico 7:

Gráfico 7: Valores de Compensação Financeira, Fundo de Participação dos Municípios para os anos financeiros – município de Grão Mogol.



FONTE: ANEEL, Tesouro Nacional e Costa, 2018. .

No primeiro ano financeiro pós funcionamento de Irapé, Grão Mogol recebeu o valor de R\$ 386.065,50 reais de Compensação Financeira, e R\$ 4.686.856,83 reais pelo Fundo de Participação dos Municípios, cuja razão ficou em 8,24%, e se manteve até o sexto ano financeiro acima dos 5% quando reduziu-se para 1,87% por receber R\$ 230.465 reais em Compensação Financeira e pouco mais de R\$12 milhões pelo FPM.

Grão Mogol é favorecido, em relação aos demais, pela arrecadação de ICMS proveniente da UHE de Irapé. Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), ¹⁷o ICMS é:

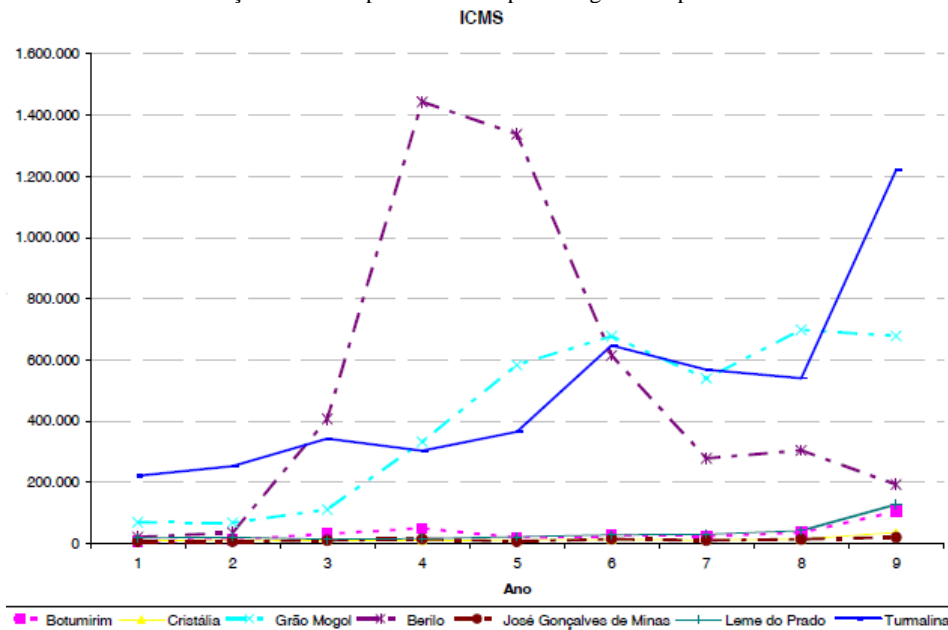
[...] o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. É de competência estadual e constitui uma das principais fontes de recurso para as contas públicas.

Incide sobre diversos tipos de mercadorias e serviços, como a geração e distribuição de energia. Este imposto, arrecadado pela esfera estadual, é repassado aos municípios através do indicador contábil Valor Adicional Fiscal (VAF), utilizado para calcular a participação dos municípios nos repasses desta receita relativa sobre a circulação de mercadorias e serviços.

¹⁷ Disponível em: www.fazenda.mg.gov.br. Acessado em: dez de 2017

No Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA), realizado pela Água e Terra/Cemig (2009), é realizada uma análise da arrecadação de ICMS por todos os municípios da “Área Direta de Influência” da UHE de Irapé no período de 2000 a 2008, fornece assim valores de referência antes da construção, durante e depois. Para todos os municípios foi conferido aumento de ICMS na comparação antes e durante a construção da barragem. Neste estudo se destaca Berilo – município onde concentrou-se a mão de obra temporária nas fases de construção da UHE de Irapé – para o qual o valor arrecado foi R\$35.082,75 em 2001 e de R\$406.766,76 em 2002, ou seja, aumentou em mais de 11 vezes de 2001 para 2002. Já em 2003 o ICMS arrecadado pelo município de Berilo foi ainda maior R\$1.443.548,03: mais de três vezes o valor arrecadado em 2002. A partir de então, os valores se reduziram conforme se vê no gráfico 8:

Gráfico 8: Evolução do ICMS para os municípios atingidos no período de 2000 a 2008.



FONTE: ÁGUA E TERRA/CEMIG, 2009.

No último período analisado (2016/2017), Berilo já apresentava valores de arrecadação de ICMS próximos aos municípios que não receberam legados da obra da barragem e tampouco sediaram a casa de geração de energia, como Botumirim e Leme do Prado.

Por outro lado, Grão Mogol demonstrou aumento gradual de ICMS durante o período analisado. Chama atenção, contudo, a evolução da arrecadação do município de Turmalina, que em 2008 alcançava a marca de R\$1.200.000,00 de reais, sem que houvesse qualquer relação direta entre essa arrecadação e a implantação da represa.

Apesar de fornecer precário esforço analítico, o RADA também oferece os dados do mesmo período para os municípios de Virgem da Lapa, Josenópolis e Araçuaí, considerados como “Área de Influência” – em contraponto à “Área de Influência Direta” – da UHE de Irapé. Demonstra, por exemplo, que município de Virgem da Lapa teve “os seus maiores picos em 2006 (ano da inauguração e início da operação da UHE Irapé) e em 2008 (quando a usina já estava funcionando com sua capacidade máxima)” (ÁGUA E TERRA/CEMIG, 2009, pág. 47). Josenópolis apresentou maior arrecadação de ICMS no final da obra de Irapé. Para Araçuaí, o relatório afirmou que os valores arrecadados pelo ICMS aumentaram continuamente durante todo o período de análise, sendo o valor encontrado em 2008 mais de quatro vezes maior que o valor arrecadado em 2000. Esta análise é seguida de uma tabela e do gráfico 9:

Gráfico 9: Evolução do ICMS para os municípios da “Área de Influência” no período de 2000 a 2008

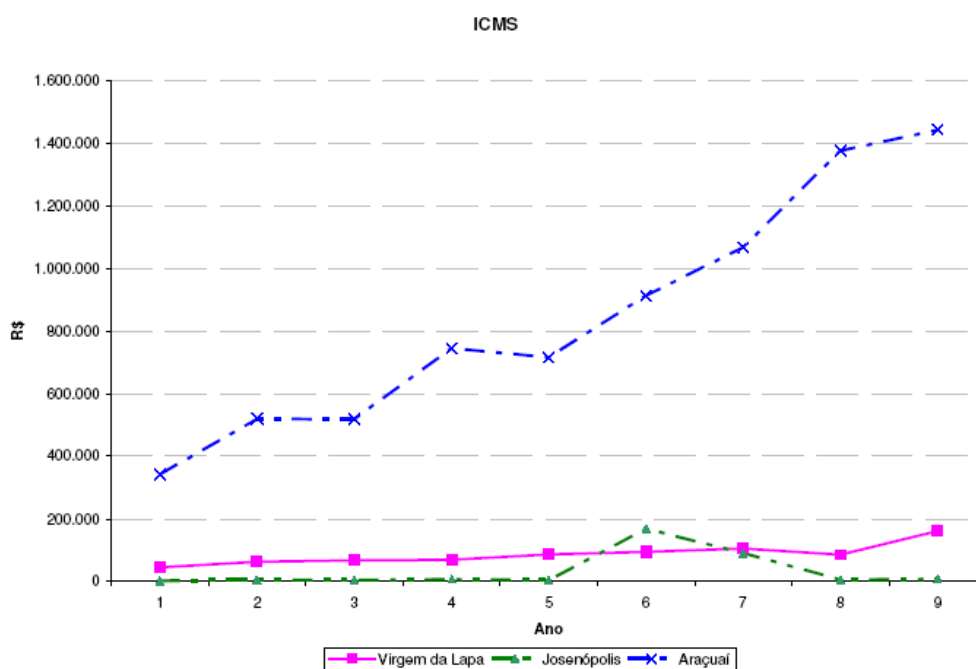


Figura D2: Evolução do ICMS Arrecadado nos Municípios da Área de Influência – 2000/2008

Fonte: RMA-DIEF - RFGAW243-SCT/SEF-MG. www.fazenda.mg.gov.br, acesso em 29/07/2007.

FONTE: ÁGUA E TERRA/CEMIG, 2009

Os municípios da chamada “Área de Influência” não estão no escopo deste trabalho, contudo utilizou-se estas informações do RADA para refletir dois pontos: a) esforço em se correlacionar alguma alteração do ICMS à UHE de Irapé; b) contradição analítica apresentada pelo próprio relatório do RADA.

O relatório apresentado faz afirmações a respeito do comportamento do ICMS para os municípios sem se fundamentar sobre as possíveis causas e efeitos, atribuindo assim, as alterações diretamente à presença do empreendimento hidrelétrico. Tal lógica pode ser justificada no caso dos municípios de Berilo ter recebido grande contingente de mão de obra temporária, bem como Grão Mogol, onde localiza o complexo de geração e distribuição de energia. As demais afirmações contidas no relatório a respeito de ICMS são por inferência, sem sequer apresentar possíveis causas que justifiquem os efeitos. Este fato é ainda mais desmantelado quando, no próprio relatório, há a comparação com municípios que nem, ao menos, são limítrofes à represa. Em exclusão aos municípios de Virgem da Lapa – onde houve a previsão de investimentos em segurança pública –, Berilo e Grão Mogol, não há indícios estudados de que haja alguma relação do aumento de ICMS das cidades da “Área de Influência”, ou até mesmo da “Área de Influência Direta” com a UHE de Irapé. Ao contrário disto, o aumento significativo de ICMS de Araçuaí e Turmalina no período apresentado demonstraram que esta arrecadação pode ser mais significativa e estável quando atribuída a outras atividades, como indústrias, comércio e prestação de serviços.

Para o objetivo deste trabalho, os legados da UHE de Irapé trazidos restritamente aos anos das obras (ISSqn¹⁸ e empregos) são duvidosos por dois motivos sobressalentes: a) a relevância após uma década; b) a relativização frente às consequências; e c) centralizado em um ou dois municípios e concentrado em alguns meses. Assim, focou-se na contínua arrecadação de ICMS pela geração e distribuição de energia pelo município de Grão Mogol a partir de fontes de coleta direta, ou seja, informações obtidas em entrevistas na prefeitura desta cidade.

Da expectativa da geração de renda pelo ICMS:

Quando foi feito a apresentação em si do projeto falou-se que Grão Mogol poderia receber até 34 milhões de reais de ICMS, então, criou-se expectativa muito grande, alguns projetos que seriam implementados com a construção da barragem de Irapé... mas na realidade, em termos de números que foi falado na época da audiência pública - que eu participei na época - [...] então assim todo mundo ficou impressionado com os números que poderiam ser... (E12).

Sobre a arrecadação durante as obras da barragem de Irapé:

¹⁸ Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSqn) é um imposto o qual apenas os municípios podem instituí-lo. O principal fator gerador deste imposto é a prestação de serviços conforme lista a Lei Complementar nº 116 (de 31 de julho de 2003). Disponível em: <http://www.maph.com.br>. Acessado em janeiro de 2018.

Dentro da construção de Irapé, nós tínhamos outro imposto que ‘substituíra’ o ICMS, que a gente não tinha, que era o ISSqn. Cobrado pelas empresas que trabalhavam na construção, que a gente tinha um valor considerável nessa época [...] ISSqn era dividido: 85% para Grão Mogol e o restante para Berilo. (E13).

A respeito do valor arrecadado da UHE de Irapé após a obra:

Grão Mogol esperou 2 anos – após o funcionamento de Irapé – para começar a receber ICMS. (E13).

O município [Grão Mogol] teve de entrar na Justiça para poder ganhar o valor total do ICMS, que era dividido com Berilo, que ficava com 15% (E13).

[...] mas, quando implantou a barragem em si e que começou a gerar, a gente percebeu que a realidade é bem diferente do que foi falado, acho que de 30 e tantos milhões, Grão Mogol estava recebendo 1 milhão e pouco ao mês. (E12).

Da participação dos recursos gerados pela UHE de Irapé para o município:

A maior parte do ICMS que Grão Mogol recebe é de Irapé (E13).

Do significado do valor arrecadado atualmente:

Nós temos o valor do ICMS, que pode pagar, que pode construir alguma coisa (E13).

Cem por cento deste ICMS – hoje – dentro do município de Grão Mogol é a nossa... vida!, dentro da prefeitura. FPM é muito pouco (E13).

Do legado da arrecadação no município:

Olha, nós tivemos muitas obras feitas, porque todas as obras, por exemplo, que dependeram do ICMS para construir: asfaltamento, nós tivemos uma grande área de asfaltamento aqui em cima, dentro da sede. Setecentos mil reais de um convênio com a caixa, por exemplo, para pagar, ou BNDS. [...] O pagamento do financiamento destas obras, nós fizemos uma operação de crédito, e a gente paga hoje com valor de ICMS. É uma obra de 1,5 milhão [reais] (E13).

Nós temos uma outra obra que depende de dinheiro de ICMS, que é uma creche que estamos construindo aqui no distrito do Vale das Cancelas, é uma obra grande, no valor de 1 milhão. Nós conseguimos do Ministério da Educação só 600 mil [reais], os outros 400 [mil reais] a gente dá em contra partida. Essa contra partida sai do ICMS (E13).

Da forma como o valor arrecadado é investido:

Grande parte do ICMS é para pagamento da folha [de pessoal] (E12).

Questão de saúde, o que a gente recebe [ICMS] tem que investir: 25% tenho que destinar para saúde e 15% para educação, cada secretário sabe o que fazer (E13).

Nosso FPM hoje não custeia uma folha de pagamento, porque à medida que a gente vai evoluindo vai crescendo também a demanda da cidade vai crescendo, nossa cidade cresceu muito, então você usa valor de ICMS e FPM que são os valores consideráveis no município para pagar a folha de pagamento (E13).

Das prováveis questões futuras devido à arrecadação:

Grão Mogol perdeu muito em termo de ICMS, e tá com risco de perder ainda mais, o valor do índice do ICMS, o secretário da Fazenda informou que de Grão Mogol cairia de 1 para 0,7 (E12).

A prefeitura vai ficar numa situação... que eu posso até afirmar: numa crise realmente financeira, por que tem as despesas fixas, até em função mesmo do que recebia, e você vai aumentando programa, aumentando atendimento na área de saúde, essa complicação toda na área administrativa, ai no período de crise que estamos vivendo, você perder quase 300 mil de ICMS... (E12).

O prefeito está realizando cortes de pagamento de pessoal como horas extras e o próprio salário (E12).

Sobre estas narrativas expostas acima, pode-se refletir que: a) as expectativas geradas pela empreendedora antes do funcionamento da hidrelétrica não foram concretizadas; b) durante a obra da barragem de Irapé o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSqn) teve maior importância que a arrecadação de ICMS; c) O ICMS demorou dois anos para começar a ser repassado e, de início foi dividido com Berilo, até a decisão judicial de se concentrar todo o repasse para Grão Mogol; d) Grão Mogol, desde os últimos três anos, recebe relativo à UHE de Irapé por volta de 1 milhão de reais ao mês, ou R\$12 milhões de reais ao ano, equiparando assim ao FPM em sua média mensal para o último exercício financeiro; e) do total arrecadado pelo município, grande parte do ICMS provém da UHE de Irapé; f) este repasse significa bastante para Grão Mogol, que consegue realizar investimentos em educação e saúde, além de proporcionar infraestrutura para a cidade, principalmente pela contrapartida em empréstimos; e, por fim: g) uma resolução – Resolução N° 5.046, de 6 de Outubro de 2017¹⁹ – diminuirá o VAF, o que significa menor arrecadação de ICMS pelo município.

¹⁹ A Associação Mineira de Municípios (AMM) alerta que em 2018 pelo menos 283 municípios poderão ter queda na receita de ICMS, totalizando R\$ 332 milhões devido à redução do Valor Adicional Fiscal (VAF), devido a esta resolução que o prefeito de Grão Mogol se referia, cujos motivos podem estar ligados à

Nos três municípios analisados, Cristália, Berilo e Grão Mogol, observou-se que os valores de Fundo de Participação dos Municípios apresentaram crescimento mais ou menos linear, utilizando-o como baliza construiu-se a razão entre Compensação Financeira/FPM, observou-se que esta partir do sexto ou oitavo ano financeiro passou a ter uma forte redução. O crescimento do FPM não se deveu necessariamente ao aumento populacional, mas a outras variáveis, tais como o aumento da arrecadação dos impostos que são fonte deste fundo, o IR e o IPI. Entretanto, a redução desta razão não se deve unicamente ao aumento aritmético do FPM.

Se a Compensação Financeira se mostrou significativa no primeiro ano financeiro – tal como é o caso de Cristália, quando os rendimentos equivaliam à 25% do FPM – esse valor tendeu, nos três municípios analisados mais profundamente, a serem reduzidos de forma expressiva. Após 11 anos de funcionamento da Usina de Irapé, o alagamento de 4.100 hectares de seu território representou para Cristália um pouco mais do que significou este mesmo repasse para Berilo – que perdeu 745 hectares pelo alagamento – no primeiro ano de funcionamento. O que se observa então é que os rendimentos pela Compensação Financeira reduzem sua expressão diante o FPM devido – também – ao seu crescimento nulo e/ou negativo e que pode ter razões ambientais como diminuição da vazão do rio em função de assoreamento ou de variação climática nesta região semiárida. De todo modo, atenta-se à possibilidade de o nível deste declínio se tornar o teto dos pagamentos compensatórios, e não uma fase momentânea.

A principal receita gerada pela UHE de Irapé para os municípios alagados se apresenta em uma redução gradual e significativa ao longo dos anos. O mesmo se observou para a arrecadação de ICMS em Grão Mogol, que além de não ter gerado o repasse esperado, a possível redução do VAF poderá reduzir ainda mais a dimensão deste repasse. Contudo, o ICMS gerado por Irapé é muito significativa para este município, pois, fundamentando-se nas informações colhidas nas entrevistas, a arrecadação por circulação de mercadorias e prestação de serviços equivale ao mesmo valor de FPM, o que a torna uma receita fundamental para o desenvolvimento de atividades da administração municipal. Por outro lado, a concentração deste valor em apenas uma prefeitura segue a lógica burocrática da localização do complexo de geração e distribuição de energia, desprezando como imperativo o reservatório da principal matéria-prima desta produção de energia – a água, e os impactos gerados para demais

desaceleração da economia, queda na arrecadação estadual, entre outros (AMM, 2017). Este assunto será tratado no capítulo 6.

municípios diretamente inundados, excluindo-os do processo e, principalmente, gerando concentração de recursos em uma localidade e desigualdade na partilha entre os municípios e nas possíveis mitigações de danos causados pela usina.

Por fim, é necessário refletir sobre o significado da Compensação Financeira enquanto um mecanismo de compensar danos sociais e ambientais. Pois, é possível reaver impactos socioambientais através de pagamentos monetários? Como custear as externalidades provocadas no meio ambiente a partir de empreendimentos que visam o lucro? Alier (1994) realizou esta discussão apontando-a como uma questão emblemática para o ecologismo pragmático pautado nos fundamentos da economia neoliberal. O próprio uso do conceito de externalidade já aparece como um problema. Cavalcanti (2010) explica que através da visão da economia clássica “nem mercadorias nem dinheiro, nem mesmo alimentos podem ser definidos por suas qualidades físicas, e sim apenas em termos das opiniões que os agentes econômicos tenham a seu respeito” (pág. 53). Neste sistema cujo fluxo de capital se dá através da circulação entre empresas e consumidores, através do valor de troca, a “natureza, aí, é o que ficou conhecido como uma ‘externalidade’”, conclui Cavalcanti (2010, pág. 54). As questões levantadas por Alier (1994) demonstram uma fragilidade metodológica de se custear os danos partindo da noção de externalidades, principalmente quanto ao parâmetro de dedução de preços. O custo ao meio ambiente seria pautado nas taxas de lucros da empresa liquidando os “custos marginais” (gastos extras para se produzir algo) da produção, ou seria pautado nos orçamentos deduzidos para se obter uma mitigação destes danos ambientais? Mas, principalmente, como aponta o autor, a “incomensuralidade econômica” para analisar externalidades com relação a sistemas biológicos complexos, um rio e suas interações com o ambiente; e neste sentido, a “(...) incapacidade de dar valores atualizados a externalidades futuras e incertas” (pág. 73). Ou, ainda sobre esta crítica ao modelo de adequação ambiental, o autor questiona se é possível monetizar custos ambientais de algum empreendimento.

5.3. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DESCENTRALIZADOS

5.3.1. Bolsa Família

O Programa Bolsa Família – programa de transferência continuada de renda criado em 2003 – faz parte do Plano Brasil Sem Miséria²⁰ com a focalização na população mais pobre de forma a complementar a renda e fomentar acesso a direitos. O acesso a este programa é para famílias com renda até R\$ 85,00 reais mensais por pessoa e para famílias com renda entre R\$ 85,01 a R\$175,00 reais mensais por pessoa que tenham membros de 0 a 17 anos de idade (MDS, 2017).

O Bolsa Família incorpora outros programas de assistência social criados anteriormente, como Bolsa Escola, Bolsa Gás, etc., e está vinculado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Contudo as esferas estaduais e municipais possuem também responsabilidade em sua execução, e a Caixa Econômica Federal realiza os pagamentos, repassados da União para os beneficiários. Desse modo, a operação desse programa busca a gestão descentralizada (MDS, 2017; ROCHA, 2011; SILVA, FERREIRA & MONTEIRO, 2012) e da mesma forma configura-se sua atuação de distribuição de renda, como será discutido mais adiante.

Ao contextualizar a evolução e efeitos do Bolsa Família, Rocha (2011:15) destacou que "é irrefutável que a pobreza e a desigualdade vêm diminuindo no Brasil de forma sustentada desde 2004". A autora também afirmou que uma das características da pobreza é a oscilação da renda familiar, a transferência de renda é um mecanismo legítimo no contexto brasileiro visto que a desigualdade social é o principal motivo da persistência da pobreza no Brasil. A autora ainda apontou que o maior desafio do Programa era atingir a totalidade da população elegível.

Dihl (2012) contemplou as ações efetivadas por Programas de Transferência Continuada de Renda de forma menos otimista. Em uma abordagem crítica, a autora buscou distinguir o que o "desenvolvimento social pretende alcançar e o que se materializa como foco de enfrentamento da pobreza", pois "o modo como as políticas sociais tem sido concebidas e implementadas varia de acordo com o contexto histórico e conjuntural de cada país". (DIHL, 2012: 2). Em um contexto político da década de 1990, no qual emergiu o ideário neoliberal, foi quando o Brasil, como outros países em desenvolvimento, adotou programas para gerenciar a pobreza. Para a autora esta gestão se fundamentava nos princípios de que as causas da pobreza são isoladas e "as ações governamentais voltam-se para os perfis pessoais,

²⁰ Brasil Sem Miséria é um plano lançado em 2011 pelo Governo Federal para combate à pobreza, através da transferência continuada de renda e outros programas complementares de qualificação profissional, assistência social, entre outros. Disponível em <http://www.secretariadegoverno.gov.br>. Acessado em janeiro de 2018.

sem grandes perspectivas de entender e superar a pobreza mediante a ação estrutural do sistema vigente" (DIHL, 2012, pág. 3). A autora compreendeu que essas ações inseridas no Plano Brasil Sem Miséria "tendia a reforçar a concepção conservadora neoliberal de responsabilização individual sobre a pobreza e o desenvolvimento, dificultando ações mais sistemáticas de organização da população a fim de exercerem a cidadania de forma plena" (DIHL, 2012, pág. 9). Neste sentido, a autora encaixou o Programa Bolsa Família em um aspecto não propriamente assistencialista, mas neoliberal e meritocrático, pelo qual a pobreza busca ser superada não em enfrentamento às estruturas que a causam, mas em possibilitar a mobilidade social de indivíduos desde que gerenciem a transferência de renda de forma estratégica.

Em análise da atuação de programas de transferência no Jequitinhonha Ribeiro *et al* (2006) fizeram em 2002 uma estimativa das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares de cinco municípios do Alto e Médio Jequitinhonha (Berilo, Carbonita, Francisco Badaró, Veredinha e Virgem da Lapa). O levantamento de dados se baseou na produção de alimentos e outros produtos comercializados em feiras livres, e nas transferências de renda, como aposentadorias, pensões, Bolsa Família, e outros programas mais focalizados. O estudo apontou que a renda transferida para as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família é em média de R\$32,80 reais, chegando a representar, no percentual máximo levantado 6% da receita total das famílias em Francisco Badaró. O mesmo artigo demonstrou também que diferente dos:

comentários sobre a pobreza da agricultura familiar do Jequitinhonha, sobre a relação de dependência criada pelas rendas originárias de transferências, essa população ocupa produtivamente a terra e garante uma boa parte do seu sustento com vendas e produção de autoconsumo (RIBEIRO *et al*, 2007, pág. 15)

Acrescentou-se ainda que essas transferências "têm um papel virtuoso em relação à produção, na medida em que criam condições para o investimento de pequenos produtores" (RIBEIRO *et al*, pág. 15), destacando-se principalmente a aposentadoria rural, a qual será discutida mais adiante.

Diante desta reflexão optou-se pela análise dos repasses provenientes do Programa Bolsa Família como outra baliza para refletir sobre os repasses da Compensação Financeira providas da UHE de Irapé e analisar seus impactos. Os valores transferidos pelo Programa Bolsa Família para os sete municípios alagados por Irapé podem ser vistos no quadro 6:

Quadro 6: Valores dos repasses do programa Bolsa Família para os municípios no período de 2006-2016, em R\$

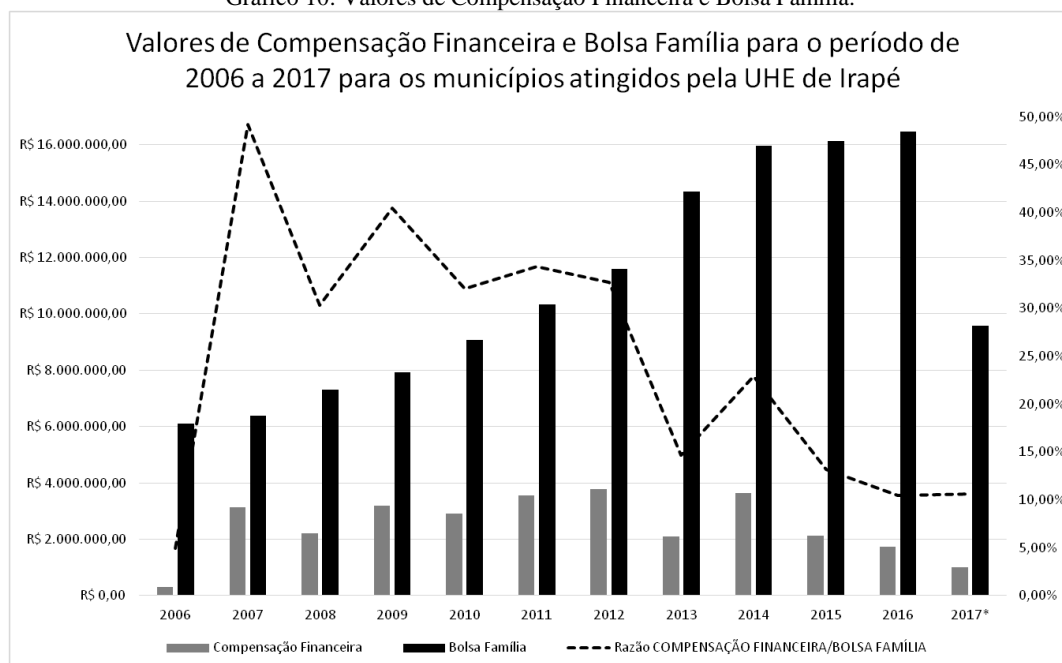
Ano	Botumirim	Cristália	Grão Mogol	Berilo	J. Gonçalves de Minas	Leme do Prado	Turmalina	Total anual (somatório de todos os municípios)
2006	759.867,00	660.107,00	1.320.718,00	1.130.580,00	486.828,50	368.297,00	1.383.853,00	6.110.250,50
2007	843.462,00	602.188,00	1.346.095,00	1.179.043,00	484.548,00	408.603,00	1.505.190,00	6.369.129,00
2008	1.030.136,00	635.110,00	1.570.291,00	1.312.905,00	597.643,00	503.102,00	1.653.401,00	7.302.588,00
2009	1.087.232,00	771.125,00	1.722.195,00	1.458.147,00	616.823,00	554.070,00	1.704.541,00	7.914.133,00
2010	1.211.408,00	1.041.123,00	1.818.797,00	1.716.449,00	691.643,00	662.350,00	1.924.394,00	9.066.164,00
2011	1.375.178,00	1.288.906,00	1.861.457,00	2.078.273,00	753.944,00	786.267,00	2.190.373,00	10.334.398,00
2012	1.484.110,00	1.549.990,00	2.076.008,00	2.315.222,00	849.688,00	910.522,00	2.400.556,00	11.586.096,00
2013	1.785.900,00	2.064.586,00	2.955.676,00	2.718.112,00	1.149.368,00	1.142.484,00	2.516.310,00	14.332.436,00
2014	2.110.498,00	2.647.254,00	3.245.386,00	2.769.587,00	1.261.923,00	1.277.079,00	2.662.142,00	15.973.869,00
2015	2.131.758,00	2.802.591,00	3.159.174,00	2.852.976,00	1.260.728,00	1.240.798,00	2.682.843,00	16.130.868,00
2016	2.306.103,00	3.225.875,00	3.016.235,00	2.863.635,00	1.231.832,00	1.127.053,00	2.705.066,00	16.475.799,00

FONTE: Porta da Transparência, 2007. Adaptado por Costa, 2018.

A partir da leitura da tabela, observa-se que os municípios de Leme do Prado e José Gonçalves de Minas são os que receberam os menores valores pelo Programa, e, por outro lado, os municípios de Grão Mogol, Turmalina e Berilo receberam no acumulado deste período os maiores valores. Estas posições respondem ao tamanho populacional destes municípios, visto que os dois primeiros são os menos populosos e os três últimos são os mais populosos. Merece, contudo, destaque à análise do município de Cristália, que foge à regra. Este município, com população que se assemelha aos dois menos populosos, recebeu entre 2006 e 2009 valores repassados pelo Programa Bolsa Família pouco maiores do que José Gonçalves de Minas e Leme do Prado e, entre 2006 e 2007, apresentou diminuição destes repasses. Contudo, a partir de 2009, estes valores apresentaram rápido crescimento, acima dos demais municípios, o que elevou Cristália ao município que mais recebe repasses do Bolsa Família, acima dos municípios mais populosos, mesmo não apresentando crescimento proporcional.

Para obter uma interpretação geral do conjunto dos municípios atingidos, reuniu-se os repasses da Bolsa Família dos sete municípios e os relacionou, na mesma abrangência, com os dados da Compensação Financeira no período de 2016 a setembro de 2017, conforme a tabela abaixo:

Gráfico 10: Valores de Compensação Financeira e Bolsa Família.



FONTE: Portal da Transparência, 2017 e ANEEL, 2017. Adaptado por COSTA, 2017. *Dados referentes até agosto.

Antes de analisar e discutir estes dados, é importante destacar algumas possíveis distorções: os dados de 2006 se referem a 12 meses de repasses do Bolsa Família enquanto a Compensação Financeira se refere ao mês de setembro em diante. Já para os valores de 2017 vale o percentual da razão entre Compensação Financeira e Bolsa Família, visto que para ambos os valores se referem até o mês de setembro, contudo o valor total absoluto não pode ser considerado para o ano de referência e tampouco na análise evolutiva do gráfico.

Desta forma, tomando o ano de 2007 como referência inicial, observa-se que os valores repassados pelo Programa Bolsa Família passaram a marca de R\$ 6 milhões de reais, o dobro do repasse pela Compensação Financeira no mesmo período. Se a evolução da Compensação Financeira nos anos seguintes segue o comportamento analisado anteriormente – apresentando variação e nos últimos dois anos uma diminuição anual – o repasse pelo Programa Bolsa Família apresenta grande crescimento até de 2014, ano que foram repassados R\$16 milhões de reais, e o crescimento diminuiu. Se em 2007 a Compensação Financeira equivalia a 50% ao repasse pelo Bolsa Família, entre 2012 e 2013, este percentual estava abaixo de 30% e em 2017 a razão entre os dois não passava 10%.

5.3.2. Aposentadoria Rural

Aposentadoria é um seguro social garantido por lei:

Constituído por um programa de pagamentos, em dinheiro e/ou serviços feitos/prestados ao indivíduo ou a seus dependentes, como compensação parcial/total da perda de capacidade laborativa, geralmente mediante um vínculo contributivo" (Oliveira et alii, 1997 apud Brumer, 2002, pág. 4)

A Previdência Social para os trabalhadores rurais, entretanto, não tem uma história de formação sincronizada com a aposentadoria dos trabalhadores urbanos. Brumer (2002) conta que a primeira lei referente ao seguro previdenciário é datada no ano de 1923, a qual previa a criação de espécies de fundos para acumular e assegurar trabalhadores ferroviários. Em um esforço, entre as décadas de 1930 e 1950, quase todas as categorias de trabalhadores urbanos assalariados e autônomos foram incluídos no sistema de Previdência Social. Destacam duas categorias excluídas, até então, deste processo: as empregadas domésticas e os trabalhadores rurais. Foi apenas na década de 1960 que se começou a tomar as primeiras medidas para cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais, como em 1963, através do Estatuto dos Trabalhador Rural que regulamentou os Sindicatos no rural, e em 1967 por meio de Decreto-lei que regulou a contribuição ao sistema a partir de recolhimento de impostos sobre a comercialização de produtos agrícolas, e a assistência médico-hospitalar, em 1969. Em 1971 o Programa de Assistência Rural (PRORURAL) que concedia benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde. Estabeleceu-se assim a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário.

Brumer (2002) destacou também três aspectos que diferenciam a aposentadorias urbanas e rurais: a) o financiamento se baseava no imposto sobre a comercialização dos produtos rurais, mas também poderia ter tributação incidente sobre as empresas urbanas; b) os trabalhadores rurais não faziam nenhuma contribuição direta para o fundo de previdência; c) não foi estabelecida nenhuma estratificação ocupacional entre os trabalhadores rurais. A autora diz que o trabalhador rural contribui para o fundo seguindo o estabelecido, pois não há contribuição individual, mas a arrecadação é por meio de imposto sobre a comercialização de seus produtos (2,2%). Apontou também que a idade-limite da aposentadoria para os trabalhadores rurais baixou, de 65 a 60 anos para os homens e foi definida em 55 anos para as mulheres.

Diferentemente do setor urbano os trabalhadores rurais autônomos não necessitam garantir um período mínimo de contribuição, pois isso pode ser substituído pela comprovação

de uso da terra, como título de propriedade, ou contratos de parceria, arrendamento. O benefício passou, pela Constituição de 1988, a ser de um salário mínimo.²¹

França (2010) ao analisar as transferências pela Previdência Social a nível nacional ressaltou a importância deste recurso para a economia de municípios, principalmente para 3.875 municípios que têm o montante deste benefício superior ao recebido pelo Fundo de Participação dos Municípios, sendo a maior parte deles na macrorregião Sudeste. O autor salientou também a importância da Previdência Social no combate à pobreza. Ao analisar o percentual de pobres no Brasil no período entre os anos de 1992 e 2009, com e sem as transferências previdenciárias, constatou que no primeiro ano era 56,7% contra 63,3% respectivamente. Em 2009, o percentual de pobreza sem a transferência foi de 41,7% contra 29,2% com a transferência. O autor afirma que, em síntese:

As principais mudanças no perfil da pobreza brasileira nos últimos anos foram direta ou indiretamente relacionadas à elevação do bem estar com grande participação social, seja por meio da Previdência Social, por meio dos aumentos reais do salário mínimo ou pela expansão do valor das transferências focalizadas de renda (FRANÇA, 2010, pág. 24).

Sobre o aumento real do salário mínimo, o autor defende seu crescimento permanente, pois o entende como “um verdadeiro instrumento de redistribuição de renda, não só como elemento de valorização do trabalho, mas como renda substituta do trabalho, elemento vital para a vida pós-laboral” (FRANÇA, 2010, pág. 21). Tal afirmação é direcionada principalmente à clientela rural – os benefícios focalizados na população rural – à qual se confere este valor para quase a totalidade dos benefícios, enquanto para clientela urbana, os benefícios com o valor do salário mínimo chegam à 55% (FRANÇA, 2010).

Delgado e Cardoso (1999) enfocaram estudos para os efeitos da universalização da previdência social rural e observam o aumento expressivo da taxa de cobertura dos idosos rurais em relação à população total de idosos credora de direitos à aposentadoria. Observam, também, a inclusão expressiva de mulheres rurais no sistema de proteção social, diferentemente do que se conferia durante o processo de estabelecimento da previdência social rural em 1998: 63,2% das aposentadorias e pensões da macrorregião Sul, e 62,2% do Nordeste são para mulheres. Os autores consideram a significativa elevação de renda

²¹ Brumer (2002) direcionou seu estudo para discutir principalmente a inserção das mulheres no direito à Previdência Social Rural, que passou por um processo de luta e conquistas para reconhecimento do trabalho feminino no rural e garantia dos direitos como licença maternidade.

domiciliar do público beneficiado, ao serem incluídos no recebimento destes benefícios para uma população rural e micro-urbana, considerada pelos autores, em geral, muito pobre.

Assim, elegeu-se nesta dissertação a aposentadoria rural enquanto outra baliza para refletir sobre a Compensação Financeira e o perfil pertinente aos municípios e principais sujeitos sociais atingidos pelo alagamento da UHE de Irapé. Não se pretende, entretanto, relacionar diretamente a população rural dos municípios às atividades agrícolas exclusivamente. Deve-se lembrar das contribuições de Graziano (2001) em um trabalho em que busca desconstruir mitos sobre as novas realidades do espaço rural brasileiro. No seu estudo, o autor diz que quase um terço da população rural estava vinculada a atividades não-agrícolas. São atividades como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas, etc., que seriam responsáveis pela ocupação de mais da metade desta população em 2014, segundo as simulações demonstradas pelo autor.

Anjos e Ribeiro (2006) realizaram um estudo dos efeitos da aposentadoria rural nos domicílios e no comércio local do município de Medina, localizado no Médio Vale do Jequitinhonha. Medina aparece entre os municípios apontados por França (2010), aos quais os valores repassados pelos benefícios de aposentadorias e pensões superam os valores do Fundo de Participação dos Municípios. Em 2002, os primeiros autores mostram que Medina recebeu R\$3.135.934,35 de reais pelo FPM, e R\$7.496.228,70 de reais por benefícios, distribuídos pela clientela rural de 2.779 de beneficiados. Destes, 97,3% aposentaram por idade, adquiridos através do Regime de Economia Familiar.

Anjos e Ribeiro (2006) identificaram as principais destinações da renda dos beneficiários, nas quais se destaca as compras em supermercados e armazéns, farmácia, açougue, manutenção da lavoura (sementes, ferramentas, criação de pequenos animais e prestação de serviços a curto prazo), combustível (usado para iluminação), transporte (fretamento de veículos para locomoção roça-cidade), lojas populares, material de construção (para a qual, atribui-se o costume de fazer pequenos melhoramentos na habitação constantemente) e escola (ANJOS E RIBEIRO, 2006). Os autores identificaram que quase metade do valor recebido pelo benefício é gasto com alimentação, higiene e limpeza. A produção de alimentos para autoconsumo é uma realidade, contudo o recebimento de recursos monetários permitiu maior acesso a produtos variados. Para se ter ideia, o valor movimentado mensalmente pelos aposentados rurais com estes gastos foi calculado em R\$338.394,52 reais, valor significativo para Medina. Para os comerciantes entrevistados pelos autores é evidente a

importância deste recurso para o comércio local, que atribuem aos aposentados rurais a maior responsabilidade da movimentação de verba²², o que leva às conclusões de que "o setor econômico nunca mais foi o mesmo, houve multiplicação dos estabelecimentos comerciais, maior número de crediários, contratação de novos funcionários, diversificação de serviços e produtos, enfim, grandes transformações" (ANJOS & RIBEIRO, 2002, pág. 15), e que:

estas transformações também causadas pelo aposentado, que de forma indireta contribui para a abertura de novos postos de trabalho, além de ele mesmo contratar trabalhadores para serviços em suas lavouras (plantio, colheita, limpeza, etc.) e pedreiros para realizar suas pequenas obras de construção e reforma (ANJOS & RIBEIRO, 2002, pág. 15).

Os estudos até então apresentados revelam a importância desta transferência de renda para a dinamização socioeconômica de municípios com expressa presença de trabalhadores rurais, tal como se confere para o conjunto de municípios alagados pela UHE de Irapé.

Os dados relativos ao número de beneficiários e valores das arrecadações dos municípios subdivididos pelas – urbana e rural – foram obtidos a partir de encomenda pelo canal Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC),²³ devido à dificuldade de acessá-los por outros meios. Este canal é um eficaz acesso a informações junto aos devidos órgãos públicos, ao buscar, sintetizar e sistematizar dados que podem estar, ou não, restritos à sociedade civil, entretanto, não permite ao pesquisador a busca livre das informações adicionais, como por exemplo, a justificativa de alguns municípios não apresentarem os dados na íntegra em alguns períodos. Neste sentido, considerou-se que, pela fragmentação dos dados, a elaboração de um gráfico para analisar a relação com a Compensação Financeira poderia trazer distorções que dificultariam sua interpretação. Desta forma, serão apresentados dados relativos aos repasses de aposentadoria rural.

No ano de 2006, os sete municípios atingidos pela represa de Irapé continham mais de 4.700 beneficiários de aposentadorias, que recebiam o total de quase R\$21.000.000,00 de reais, em que 89,35% do número de beneficiários são da clientela rural, e recebem 84,89% dos repasses. Os valores absolutos podem ser ainda maiores, pois, para o ano de 2006, os municípios de Botumirim e Cristália não apresentaram dados.

Em 2010, os mesmos os sete municípios apresentaram 5.631 beneficiários, os quais receberam R\$ 35.738.394,95 de reais, em que a clientela rural representava 87,44% e 83,87%,

²² Neste estudo, Anjos e Ribeiro (2002) transcrevem entrevistas de comerciantes, que relatam que entre 100 cadastrados no comércio, 40 são aposentadas rurais, ressaltando assim também as mulheres no comércio das cidades.

²³ Acessado em setembro de 2017.

respectivamente. E, até novembro de 2017, tinham 7.866 de benefícios, sendo 6.455 da clientela rural, ou seja, 82% do total. Os valores transferidos pela aposentadoria rural foram de R\$67.078.667,49, 77% do total.

Se em 2006, cada beneficiário da clientela rural representou R\$ 41.86,47 reais ao ano para os municípios, em 2010 esse valor aumentou para R\$ 60. 87,30 reais, e em 2017 passou para R\$ 10.391,74. Em 2006, a razão entre compensação financeira e aposentadoria rural era de 1,70%, em 2010 passou para 9,70%, e 2017 esteve em 1,51%.

As análises realizadas neste capítulo mostraram o histórico dos repasses da Compensação Financeira desde o início do funcionamento da Usina de Irapé. O comportamento destes valores demonstra uma significativa redução nos últimos três anos, indicando declínio da geração desta receita pelo empreendimento. Foi demonstrado também que estes valores repassados vêm perdendo proporcionalidade frente a outros tipos de receitas dos municípios atingidos, como FPM, Bolsa Família e Aposentadoria Rural. Caberia aqui refletir sobre o mecanismo da Compensação Financeira enquanto política de mitigação de impactos ambientais e uso de recursos hídricos. Este repasse é realizado para as prefeituras, reforçando o caráter centralizador de captação e deliberativo das verbas públicas, visto que sua aplicação envolve participação pública e tampouco há transparência de sua execução. Ao considerar os territórios mais impactados pela represa – como os povoados que margeiam o lago, ou os reassentamentos nos municípios atingidos – a aplicação dos recursos provenientes da Compensação Financeira deveria atender prioritariamente a esta população em suas demandas ligadas aos danos causados pela implantação da represa. A ausência de legislação e vontade política para indicar investimentos direcionados especificamente às *externalidades provocadas pela implantação da barragem*, tal qual é definido o objetivo desta compensação, provoca a diluição destes recursos na administração pública municipal, favorecendo uma política coronelística e seu mando local. Infere-se, ainda, que os programas de transferência de renda continuada – Bolsa Família e Aposentadoria –, colocados aqui como balizas de análise à Compensação Financeira, se destacaram não apenas pela proporcionalidade frente ao repasse da Usina de Irapé, mas também por serem volumosos repasses descentralizados e transparentes.

CAPÍTULO 6 – CONSEQUÊNCIAS DE IRAPÉ

O uso do termo *consequência* não é necessariamente uma dicotomia ao capítulo anterior sobre os *legados*. O emprego deste termo pode ser entendido na sucinta definição do Novo Dicionário Aurélio: “Resultado, efeito”. Assim, compreende-se como aquilo que resultou da implantação da UHE de Irapé, os efeitos da Usina para os municípios alagados, após uma década de funcionamento.

Discernir legado da consequência em duas seções sugere – propositalmente – que as consequências não estavam, de certa maneira, previstas, em totalidade ou não. Isso se deve ao cerne do objetivo desta dissertação que está em identificar as consequências da UHE de Irapé a partir – principalmente – das percepções da população local atingida. Desta forma, não se pretendeu listar todas as consequências trazidas pelo represamento do corpo fluvial – ainda pela sua impossibilidade de mensuração. Pretendeu-se contribuir com a apresentação das consequências avaliadas em entrevistas com sujeitos sociais realizadas em campo, com aquilo que representes da população que habita as margens da represa tem a dizer sobre Irapé.

Para apresentar a análise das narrativas, optou-se por uma divisão temática concentrada em três seções interconectadas dado ao grau de aprofundamento à questão, em que a primeira se refere mais ao objeto – a represa de Irapé – e o último ao sujeito – população camponesa do Jequitinhonha. Assim, tem-se em ordem: a represa, a hidrelétrica e a Irapé, nos quais, o primeiro se refere ao objeto em seu sentido estrito, a forma física do rio represado pela barragem, que ocupou as grotas, e suprimiu a paisagem em imposição do progresso. Na segunda seção, a hidrelétrica projetada no feitiço de empreendimento, de possibilidade de crescimento econômico, da "redenção" da miséria, a expectativa de superação do estigma de baixo dinamismo regional, a frustração: o *sonho vazio*. A terceira e última seção deste capítulo é, portanto, é a indicação mais imergida alcançada pelo objetivo deste tópico: a abstração de Irapé, em seu sentido amplo e disforme, o *tão mau* que evocou extremos das comunidades camponesas: fortalecimento da organização política de resistência e a colapso da organização de vida.

6.1. A REPRESA - SUPRESSÃO DA PAISAGEM

Quero aconselhar os que me lêem a não deixarem de visitar as obras de construção de Irapé. Seus olhos jamais verão cenas iguais. Elas serão incorporadas para sempre em sua retina e fixadas em sua lembrança. Para quem como eu tanto

pelejou em favor dessa realização, enfrentando incompreensões e doestos malevolamente atirados contra mim, ir ao canteiro de obras foi um bálsamo para meu coração de homem do Jequitinhonha. A todo tempo da visita acorria em meu espírito o famoso apólogo. Estava certo de que todos tinham perfeita consciência e orgulho de estar participando da construção de uma grande catedral (BADARÓ, 2003)²⁴.

A fala acima do ex-senador mineiro, Murilo Badaró, tem diversos significados; foi utilizada tanto em trabalhos que analisam criticamente a UHE de Irapé (SANTOS, 2005) ou até mesmo relatórios encomendados pela Cemig exaltando o sucesso do empreendimento (ÁGUA E TERRA/CEMIG, 2009). Evoca, pela exaltação da apreciação do grande projeto em sua forma mais superficial – a compactação de tudo que envolve a implantação desta hidrelétrica em uma catedral imagética, em uma idolatria a sua forma concreta –, inicia e ilustra esta seção que analisará as consequências da UHE de Irapé em sua forma física: a barragem, a represa, o rio, na perspectiva de moradores locais.

A supressão da paisagem é o que Santos (2005) chama ao anunciar os possíveis efeitos da UHE de Irapé, quando as águas do reservatório ocuparão o território habitado:

tanto nos seus elementos mais antigos, quanto nas suas formas contemporâneas, será, de maneira irreversível e total, [...], ação que desfará a dinâmica atual das paisagens e instaurará uma nova e ainda desconhecida configuração territorial da região (SANTOS, 2005, pág. 7).

Ou como resume em uma expressão nostálgica da lavradora posseira moradora na beira do Rio Jequitinhonha, a poucos quilômetros à jusante da barragem da UHE de Irapé: "*Só de ver aquele rio – lá – acabado...*(E9).

As principais consequências apontadas pelas localidades são relacionadas à perda de acesso aos recursos da natureza, geridos comunitariamente: a terra de cultura que gerou restrição da produção de alimentos, a água e seus recursos, riquezas mineiras, e também as estradas, trilhas e travessias do Rio que foram reorganizadas.

6.1.2. Produção de Alimentos

Os vales do Rio Jequitinhonha e Itacambirucu, como os demais afluentes que foram alagados, possuíam grande riqueza para as comunidades camponesas. A produção de alimentos nas terras férteis e úmidas das grotas encaixadas era fonte de recursos naturais importantes para reprodução da população local. Liderança comunitária da comunidade de Cabra, município de Cristália, atingido pela represa e contou que:

²⁴ BADARÓ, Murilo. Sonho e realidade. Estado de Minas, 19 de agosto de 2003, p. 9.

Essa beira de rio era produtiva, era de dar gosto, a gente fazia o transporte daqui por lombo de burro. A gente levava muita coisa, feijão, milho. Muita coisa mesmo. A terra é boa, a melhor terra da região está onde o lago cobriu. Terra que chovia, você plantava não precisava de adubo, não precisava de nada. A melhor terra ficou tudo de baixo de água (E7).

Assim como um agricultor de uma comunidade de Grão Mogol que preferiu ficar com a pouca terra remanescente, que a represa não alagou, em vez de reassentado: "*Nossas terras aqui... nós plantamos sem adubo, pra sair daqui pra ter que por adubo!* [para produzir]" (E10).

Para efeito na produção de alimentos pelas comunidades camponesas e populações tradicionais o impedimento de usar as terras de *cultura* (naturalmente férteis) pode ser ainda maior por causa dos impactos também causados à jusante da barragem, ou seja, não apenas na área alagada, mas o curso do rio que recebe a água armazenada. Um agricultor da comunidade de Tingui, município de Grão Mogol, informou que – "*Entre o Rio Vacaria e Jequitinhonha tem um grupo indígena que planta na beira do Rio. A Irapé solta a água ela arrasa com tudo, destruindo as roças*" (E10).

A perda das terras de *cultura* resultou em insegurança alimentar de populações ribeirinhas: "*Em julho de 2017 teve uma reunião para resolver a situação da fome causada por Irapé... Os peixes [doentes] e inundações das roças de vazante. O governo deu cestas básicas para o povo, mas só vai até agora, em dezembro [de 2017]* (E10). E esta situação era analisada com indignação: "*Desenvolvimento é o que você vê aí, até cesta básica o governo tá tendo que mandar por causa desta Irapé!*" (E10).

Isto porque, para os lavradores do Jequitinhonha, o trabalho na terra tem uma imensa força simbólica e prática, pois é ele que, além de garantir o autoconsumo alimentar da família por meio das roças, fundamenta a identidade de trabalhador (GALIZONI, 2007). Perder as terras de plantio representou um grande abalo para os agricultores que permaneceram na margem da barragem, a terra de trabalho o fundamento da produção de alimento, da autonomia identitária. Esse fenômeno também foi estudado por Sigaud (1992) em toda sua perversidade com relação à barragem de Sobradinho.

6.1.3. Garimpo

Se a segurança alimentar foi posta em risco, a geração de renda através do garimpo também foi condenada. Secularmente praticado na região (RIBEIRO, 2013; MATOS E

FERREIRA, 2000), o garimpo era atividade muito importantes pois, no dizer dos habitantes locais, "*serviam de atividades complementares da subsistência*" (E6).

O garimpo aparece nos relatos enquanto atividade complementar de cunho estratégico e resiliente para as famílias agricultoras. No tempo de estiagem, quando as atividades da lavoura demandam menos tempo para o trabalho, coincide à vazante dos cursos fluviais, quando o leito maior emerge e possibilita a busca por pedras preciosas e semipreciosas. Não se trata exatamente do garimpo enquanto atividade única para geração de renda, tampouco sob o regime patronal.

O uso do verbo no passado se deve ao quase desaparecimento destas atividades da região, o efeito de Irapé sobre o garimpo foi descrito da seguinte forma por um representante comunitário: "*Era uma atividade boa, vez em quando o cara montava numas pedras... aí tirava muito dinheiro. Não tem mais, acabou*" (E7).

E, assim como ocorreu na produção de alimentos, o garimpo também foi prejudicado à jusante da barragem: "*O rio... a gente acha muito esquisito, porque abaixo de Irapé não tem mais praia, agora é só mato; antes era praia de areia e agora só mato, virou terra*" (E9). E, segundo uma agricultora essa mudança nas praias dificultou muito o garimpo pelos moradores das comunidades como a do Retiro, município de Grão Mogol.

6.1.4. Pesca

A pesca foi outra atividade que era cotidiana e que, segundo os moradores, foi muito abalada pela construção da barragem de Irapé. Os agricultores explicaram que antes do lago: "*Tinha peixe na época que o córrego era normal, pegava peixes, viviam de peixe e do garimpo, os ribeirinhos. [...] Muitos pegavam um diamante, vendiam, compravam [o que precisavam] para manutenção*" (E9).

Um problema relativo à pesca foi também a introdução de uma espécie exótica ao Jequitinhonha como a piranha (*Brycon nattereri*)²⁵ que atacou as espécies nativas: "*Os peixes que tinham, hoje não tem mais*" (E6), afirmaram os ribeirinhos. Associam essa consequência a um projeto de criação de peixes coordenado pela Cemig, o "Peixe Vivo", que: "*introduziu muitos peixes que não tinha na bacia hidrográfica, e trouxe mais consequência ambiental: foi a piranha, ela acabou com os peixes*" (E6).

²⁵ Provável nome científico da piranha identificada nas narrativas.

O Projeto Peixe Vivo foi lançado pela Cemig em junho de 2007 e

*prevê a expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da Empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento*²⁶.

Na pesquisa não se obteve informações a respeito da procedência exata das piranhas, nem o motivo para ser inserida na represa de Irapé, contudo é grande o seu impacto na pesca. É muito comum ouvir de moradores locais o problema causado por estas piranhas, que impõem riscos ao uso recreativo do lago e à biodiversidade.

6.1.5. Chuvas

O lago significou, para moradores do entorno da barragem, diminuição das águas pluviais:

O povo reclama demais, que a questão climática mudou demais, na margem dela, por causa dela [Irapé]. Porque a terra, eles falam que o espelho d'água, tira a chuva, aquece demais o solo, a terra e o clima. Eles reclamam isso. Os agricultores sempre reclamam disso. Deve ser uma coisa mais localizada (E6).

Mas indicam que também houve mudanças do microclima: "*Hoje temos a impressão que o lago espanta a chuva, parece que forma uma bolha de gás aqui, é tanto que a temperatura oscila durante a noite. Pode anoitecer frio, e daqui a pouco você pode dispensar a cobertura. Parece que ficou pior de chuva*" (E7). Mudanças indesejadas e contrárias à uma perspectiva corrente na construção da usina: "*Falava-se que o lago ia trazer abundância de chuva, o que não ocorreu*" (E7).

Este complexo fenômeno foi estudado por Souza e Galvani (2009) que levantaram e analisaram sete estudos de casos, entre eles as Hidrelétricas de Itaipu, Sobradinho e Tucuruí. Eles demonstraram a importância da investigação das mudanças térmicas, de umidade, emissão de gases, absorção de energia, entre outros, pois "cada hidrelétrica constitui um caso particular, não sendo possível atribuir valores típicos" (SOUZA E GALVANI, 2009, pág. 4). Sugere-se, então, aprofundamento nesta temática relativo à represa de Irapé.

6.1.6. Água e sua comoditização

²⁶ CEMIG. Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/. Acessado em dezembro de 2017.

Durante o enchimento do lago os problemas de acesso e qualidade de água foram muito evidentes para as comunidades remanescentes ao redor dos lagos e localidades que dependiam da água do lago ou do rio a jusante, como afirmou o presidente do STR de Grão Mogol:

A água era de uma péssima qualidade, porque eles fizeram uma limpeza vegetal da parte da margem que ia ser condenada 510 [metros], mas não retiraram a vegetação, [...], então a água fedia, era poluída, a gente fez uma denúncia (E8).

O problema da qualidade de água do lago de Irapé para as populações que se abastecem dele, no período pesquisado, ainda não havia sido resolvido. Os usos atribuídos antes do represamento não podiam ser mais os mesmos. Se o Rio era uma fonte comum de água, peixes e garimpo, a represa restringiu estes acessos de formas variadas e complexas.

A segurança hídrica foi um ponto muito afetado tanto dos núcleos populacionais nas áreas remanescentes às margens de Irapé quanto os remanejados. Trata-se tanto das comunidades realocadas em sua totalidade nos próprios municípios, mas, mais especificamente aos povoados e comunidades atingidos parcialmente pela represa, onde esta alagou mananciais, causando transtorno para as comunidades. Se antes da represa, as famílias eram abastecidas em boa parte por nascentes distribuídas por sistemas que operavam por gravidade, esta realidade mudou para muitas famílias. Segundo os relatos de moradores do entorno de Irapé:

"Há uns três anos, a gente se reuniu porque as pessoas estavam reclamando a questão de água, porque a CEMIG... por exemplo, a pessoa que tinha condição de ter uma água por gravidade, em vez de ter por gravidade a Cemig estava propondo perfuração de poço artesiano porque com o poço ela está fornecendo a água para o proprietário, mas também tá vendendo energia: a esperteza! Então teve muita reclamação quanto a isso" (E8).

A perda do acesso costumeiro à água, mesmo morando em áreas remanescentes na beira da represa, é um aspecto que incomodou muito às famílias, pois o acesso passou a ser mediado e, principalmente, passou a ter um custo monetário:

Eles [os moradores] estavam acostumados com a água por gravidade. O problema maior aqui foi a água; porque eles [os moradores] estavam próximos a água. Não tinha energia elétrica, mas água tinha. Eles começaram a pagar energia, porque a CEMIG colocou o sistema todo bombeado [...] mas isso é questão da CEMIG, não é? (E6).

Em diferentes comunidades dos municípios de Grão Mogol e Cristália, atingidos total ou parcialmente pela represa, tiveram seu sistema de abastecimento modificado.

Na época da relocação e reassentamento de parcela de comunidades atingidas a Cemig propôs e executou perfurações de poços e bombeamento de água para as casas. Isto envolveria o uso de energia elétrica, bem como o pagamento pelo uso. As complicações causadas por isso até 2017 perduravam devido, entre outras coisas, endividamento de associações de moradores causadas pelas contas de energia somente para o bombeamento da água. Deste impasse surgiram lutas de moradores para reverter em parte estes prejuízos e garantir a segurança hídrica com qualidade. O líder comunitário de Cabra aponta que: "*A Associação [de Cabra] com 90 mil reais trouxe água para a comunidade por gravidade, foi com o financiamento do BIRD [Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento] (E7)*". Sindicatos e movimento sociais nacionais também apoiaram os atingidos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)²⁷ para manter um acesso costumeiro à mananciais: "*Há Projetos Sociais pelo MAB para tentar puxar água por gravidade para região*" (E11).

Para a população local é evidente a contradição relacionada aos problemas de abastecimento, afinal a proximidade com o reservatório com capacidade de armazenamento de 5.963,92 hm³ de água – segundo o EIA do projeto – não significou afluência, mas restrições ao acesso à água, o que vários estudos indicam que a escassez de água, além da insegurança hídrica, rebate diretamente na alimentação e renda das famílias (Galizoni, 2007).

O acesso à água é dificultado também por obstáculos físicos, como é relatado no depoimento a seguir:

Acharam que Irapé era uma coisa boa, mas, realmente veio a matar o gado atolado, se a pessoa também andasse nas beiras do rio quando o rio abaixava, até ela ficava atolada se ele não tivesse um companheiro para arrastar... No início: 'mas Irapé vai trazer um monte de emprego...'. Mentirada! Matou foi o nosso gado, atolado... Descia para beber água, e lá ele atolava na lama (E10).

Risco não só às reses, mas aos banhistas:

Teve um vizinho nosso que mora aqui em baixo ele foi tomar uma banho no rio lá e o poço estava raso ele achou: 'esse trem tá firme'.

²⁷ O MAB é um movimento nacional criado no final da década de 1970 organizado por famílias atingidas ou ameaças por hidrelétricas. Possui caráter autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, e é um movimento popular, reivindicatório e político. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acessado em: janeiro de 2018.

Se não tem um companheiro para arrastar ele... Quanto mais ele mexia, mas ele descia na lama (E10).

Surgiram restrições ao uso da água para dessedentação animal ou para usos recreativos, mas também para investidores forasteiros:

“Por outro lado criou também um anseio de umas pessoas que tinham poder aquisitivo maior, às vezes até da cidade, que foram comprar propriedade na margem de Irapé, compraram barco, essa coisa toda, pra pescar, de repente, a água vai embora, abaixa, então água [...] está abaixo do que estava no início, então ela tá longe [...] Em Ventania tem uma casa de turismo, mas com a baixa da água eles perderam. Hoje é um prédio abandonado” (E8).

Houve também uma questão fundiária, pois: *"A terra tá presa na mão da CEMIG, as terras do entorno da barragem, que poderiam ser vendidas para uso de turismo, por exemplo" (E7) .*

A água de Irapé se tornou um bem mais restrito e escasso. Ainda assim, a autoridade pública local afirmou que:

A construção em si, acho que de todo sentindo, quer dizer... a gente tem que colocar a mão pro céu e agradecer muito a Deus por que só de ter um lago já é uma coisa importante de mais e disso ai pode gerar outros projetos... igual, tem o projeto da mineração também, que tá sendo trabalhado aí. Pra usar a água do próprio lago para bombear a água para um porto lá em Ilhéus (E12).

No momento em que o reservatório de Irapé tem demonstrado declínio, autoridades públicas de Grão Mogol demonstram grandes expectativas quanto ao uso desta mesma água para possibilitar o funcionamento de mineroduto: *“Sobre o mineroduto, a SAM [Sul-Americana de Metais] já tem uma outorga para usar a água do lago, para poder bombear essa água lá para Ilhéus” (E12).*

A UHE de Irapé vai perdendo suas raras possibilidades de diversificação de atividades. Considerando a Hidrelétrica enquanto um lago que concentra um recurso escasso na região e que poderia ser explorado no sentido de múltiplas possibilidades – sem suas atribuições de geradora de energia – a represa, na realidade, parece perder cada vez mais a sua capacidade material e benéfica: *"Hoje Irapé é uma coisa muito distante dos grão-mogolenses, nem se fala em Irapé" (E8).*

6.1.7. Turismo

Regionalizado pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR), o Circuito do Lago de Irapé é um dos 45 circuitos turísticos do Estado, no qual se agrupam municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas. A represa é representada metaforicamente como um *tesouro escondido* “em meio à aridez do sertão mineiro”²⁸. No mesmo texto ainda são destacadas atrações turísticas contidas nas riquezas naturais, histórico-culturais somadas com a hospitalidade da população local; a tranquilidade e *simplicidade*, festas tradicionais, arquitetura colonial e cultural regional que o visitante pode encontrar, por fim, conclui-se em um rico cenário de diversidade. O Lago de Irapé é, neste sentido, referência central das riquezas turísticas que os municípios associados oferecem. Tal fato contém forte contradição ao se considerar que a implantação desta represa tem colaborado mais para o colapso destas riquezas do que contribuído para sua valorização.

As atrações turísticas relacionadas à represa de Irapé não são reconhecidas pelo setor público de Grão Mogol: “*Turismo não houve por Irapé, o lago existe, em função da pesca já até houve. Mas devido à questão da crise hídrica então...*” (E12). Outro representante de organização pública do mesmo município delimitou o turismo temporalmente à fase de construção e indicando que as atrações turísticas se devem aos atrativos que existem na sede da cidade. “*O turismo de Irapé foi durante a construção, para ver a obra da maior [mais alta] represa do Brasil, mas depois que construiu você não vê ninguém indo para Grão Mogol para ver Irapé, vem para conhecer Grão Mogol*” (E13).

Irapé foi reduzida a um reservatório feito para gerar energia, separado da população e vedado aos seus usos costumeiros; sua água é visada por atividades como a mineração que monopolizarão e mercantilarão o recurso hídrico em seus valores mais baixos. Limitando-se assim possibilidades de incrementar atividades aos municípios, diversificar a economia e usufruto da população.

6.1.8. Trânsito

Para parte população dos municípios atingidos é impossível se esquecer do obstáculo hídrico soerguido nos vales. Tratam-se das dificuldades impostas ao trânsito de pessoas e produtos entre as margens do Rio. Antes da represa, os entrevistados relataram que a travessia do Jequitinhonha era feita por canoas e balsas rústicas, e as comunidades das duas margens mantinham relações mais estreitas de comunicação, trocas, encontros, etc. O corpo hídrico

²⁸ SETUR/MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos>. Acessado em janeiro de 2018.

afastou estas comunidades ao inundar os acessos e tornar as margens mais distantes. A Cemig doou uma balsa para realizar a travessia entre Cristália e José Gonçalves de Minas, mas o morador e usuário informa que: "*Mais ficou parada do que trabalhou*" (E2).

Em uma década de represamento, somente no segundo semestre de 2017 que a balsa havia começado a realizar a ligação entre os dois municípios. Relativizando os benefícios da balsa, o morador do município afirmou que: "*Ela fez somente o que era de obrigação... como aquela ponte em Ventania, que mais tarde já estava caindo. Isso [A ponte de Ventania] já era obrigação da Cemig. Se ela criou o problema, ela tem que dar a solução*" (E8).

A questão dos acessos foi de grande importância para as populações atingidas, sendo parte das negociações com a Comissão de Atingidos e exigências no processo de licenciamento ambiental. Pois, no enchimento da represa: "*As comunidades de Ventania ficaram até um tempo isoladas!*" (E8).

Ou quando se reconhece, ao mínimo, um legado, mesmo que alvo de intensa negociação: "*Acesso da estrada e transporte para Grão Mogol foi a única coisa que Irapé fez*" (E10). Mesmo que parcial, pois a "*manutenção de estrada ficou para prefeitura quando a CEMIG saiu de cena. Há pessoas reassentadas que não tem acesso fácil*" (E7).

As comunidades camponesas do Alto Jequitinhonha segundo Ribeiro et al, (2007) baseiam-se principalmente em três pilares, entre eles, a gestão comunitária, “que governa, partilha e conserva recursos, com base no conhecimento do meio, na espacialidade comum e em acordos familiares” (pág. 1087). A supressão da paisagem pode ser interpretada nesse prisma, como uma abrupta transformação imposta pelo empreendimento. A implantação da UHE de Irapé representou para as comunidades camponesas em transformações com as *trocas com a natureza* de forma *indesejada por ela* (Brandão, 1981) Isto significou na prática um afastamento da população atingida dos recursos da natureza usado de formas costumeiras e regulados por gestão compartilhada entre as famílias e comunidades.

A resistência às formas impostas de separação da natureza e em específico da água é que preenche de significado a luta das comunidades atingidas direta ou indiretamente por Irapé para buscar alternativas de acesso à água em sistemas tradicionais de regulação, nos moldes de antes do alagamento das fontes pela represa e da implantação de bombas elétricas pela Cemig, cuja ação culminou na cobrança pelo uso através da energia gasta e em um

"preço" para se ter água. Sugere ser processo de resistência como os analisados por Esteva (2000) e as reações à "invasão" da economia urbana-industrial nas vidas das comunidades marginalizadas, que, nessa resistência "imaginam sua resistência como uma reconstituição criativa de formas básicas de interação social" (ESTEVA, 2000, pág. 77). O autor se refere, entre outros, aos povos e comunidades tradicionais e camponeses cujos princípios não se baseiam naqueles estabelecidos pelos fundamentos da economia neoclássica. Sugere também o que Thompson (1998) e Shiva (2000) analisam sobre o processo de privatização dos bens comuns – como o antigo leito do Rio Jequitinhonha – que transforma profundamente a relação entre as comunidades humanas e delas com a natureza.

6.2. A HIDRELÉTRICA: “SONHO VAZIO”

A consequência de Irapé, primeiro, Irapé foi um... eu chamo de sonho vazio, porque criou uma expectativa muito grande na população [...] achando que ia ser a redenção do Norte de Minas e do Jequitinhonha (E8, grifo nosso).

A narrativa do presidente do STR de Grão Mogol reflete sobre o que seção pretende analisar: as consequências da UHE Irapé e suas relações com as expectativas que fundamentaram apoio ao empreendimento frente os prejuízos socioambientais, seguidos pela frustração de seus resultados. O *sonho vazio* compete àqueles que – durante todo processo de implantação, ou pelo menos por algum momento – foram otimistas quanto as expectativa pelo desenvolvimento trazido pela UHE de Irapé.

Os esforços para construção de uma boa imagem do empreendimento não foram poupados, como o *lobby* midiático:

Hidrelétrica é esperança para o “vale da miséria”

Nº:47541
Valor Econômico
Data: 04/05/2001

Ivana Moreira
De Arapuaí

Bolsão de pobreza no norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha espera desde 1963 pela concretização de um sonho: a construção de uma hidrelétrica.

O solo do Vale é composto de rochas com alta concentração de pirita, espécie bastante rara de “agente predador” que ataca o concreto. Para conseguir edificar a usina será preciso aplicar tratamentos químicos não convencionais para neutralizar a ação da pirita.

uma espécie de empréstimo a fundo perdido para o projeto — garantirá a viabilidade econômica da construção.

vada. Desde 1993, o governo e os sócios estratégicos da própria Cemig — a AES, a Sonther Electric e o

Valor Econômico, 4 de maio de 2001

Em site próprio a empreendedora declarou que Irapé era “[...] uma obra estratégica capaz de abastecer a região com energia suficiente para fomentar a economia”²⁹. Foram esforços de convencimento que buscaram sensibilizar diferentes esferas da sociedade.

Em 2017, refletindo sobre esse processo um ex-integrante da Comissão de Atingidos afirmou com relação a promessas feitas na época de construção da barragem sobre possíveis melhorias de vida para as pessoas atingidas ou reassentadas: "*A Cemig mostrava um paraíso! Uma coisa muito boa...*" (E8).

Essa mesma impressão também foi apontada pelas autoridades públicas entrevistadas mais especificamente no que dizia respeito aos repasses de receitas "prometidos" para os municípios afetados:

"[...] em termos de números, que foi falado na época da audiência pública... que eu participei. Na época [...] todo mundo ficou impressionado com os números que poderia trazer... O que esse dinheiro poderia – em termos social e econômico – trazer para o município" (E12).

Para ambos setores da sociedade houve frustração, mas houve também diferenças sutis sobre esta questão, como se vê na perspectiva de quem foi atingido e se organizou para manter seus modos de vida:

"A impressão sobre Irapé era bastante relativa: um grupo achava que ia melhorar a economia, a situação do município; mas a gente - atingidos e também fazendo parte da comissão de atingidos de Irapé, com apoio técnico, conhecimento técnico do Campo-Vale -, a gente tinha certeza que os impactos seriam negativos e seriam bem maiores do que os positivos" (E8).

Mas, para quem não foi diretamente atingido e ou estava ligado à administração pública sentiu a frustração em uma intensidade diferente: "*Eu vejo mais lados positivos de Irapé. Só que essa expectativa criada por números... Então, quem, no caso, que elaborou essa audiência pública com essas informações, passou muitas informações distorcidas*" (E12).

As expectativas geradas em torno do grande projeto da hidrelétrica não são isoladas, mas comuns aos grandes projetos de desenvolvimento. O diretor da FETAEMG do Alto Jequitinhonha explica que:

²⁹ Disponível em www.cemig.com.br/irape. Acessado em setembro de 2016.

Todo projeto que chega no Jequitinhonha vem em nome do desenvolvimento, não tem um projeto que chega aqui falando que vai massacrar vocês [atingidos], mesmo que massacre, ele chega naquele propósito: 'é p'ro desenvolvimento', inclusive um dos primeiros que chegou [em nome do desenvolvimento] foi o eucalipto (E15).

Os narradores entrevistados demonstram variedade na perspectiva sobre o empreendimento após esta década de funcionamento. Esta variedade diz muito sobre a forma como a vida individual foi afetada, mas também sobre valores e ideologias de classes sociais. Entretanto, independente da representação, é unânime a frustração na comparação dos benefícios econômicos prometidos pelos os que foram executados. Já para a geradora, a Cemig, ressalta-se o otimismo e silenciamento quanto ao que a UHE de Irapé não cumpriu.

De forma sucinta e atraente, o site da Cemig dispõe de um pequeno texto que apresenta em quatro parágrafos o resumo de uma seleção de benefícios da UHE de Irapé, conforme se lê abaixo:

"Benefícios"

Além do impacto positivo na criação de empregos, a usina permite aumentar a disponibilidade e a qualidade da energia elétrica na região e propicia condições para a atração de novos investimentos em atividades sociais, comerciais, rurais e industriais.

Outro benefício está relacionado à geração de receita, por meio do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica aos municípios de sua área de abrangência.

Durante a obra, houve aumento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) para os municípios onde foram instalados o canteiro de obras da usina e outras atividades contratadas pela Cemig, como a infraestrutura dos reassentamentos.

O reservatório de 137 km² permite potencializar a vocação turística da região, criando uma área de lazer para a população. Além disso, o barramento de Irapé regularizou a vazão do Rio Jequitinhonha a jusante, fato que poderá ser utilizado para incrementar o abastecimento de água para os municípios próximos de sua margem. Significa, ainda, nova opção de travessia do Rio Jequitinhonha."

FONTE: Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/Irape/Compensacao_Financeira. Acessado em: dezembro de 2017.

Este texto será usado como referência para a análise das narrativas sobre as consequências de Irapé na ordem dos temas expostos no quadro: geração de empregos, repasses de Compensação Financeira, ICMS e ISS; formando a gama de benefícios projetados na construção e funcionamento da hidrelétrica considerada "a esperança de redenção" do Vale do Jequitinhonha.

Os benefícios elencados no último parágrafo do quadro acima (vocação turística, interferência da vazão a jusante do Rio Jequitinhonha, e *nova* opção de travessia) foram analisados na seção anterior. Outros dois t picos serão discutidos junto ao primeiro: a disponibilidade de energia para as populações atingidas, e discriminação do desenvolvimento realizado por projetos que se confundem com o legado de Irapé.

6.2.1. Empregos, renda e investimentos

No ápice da construção da UHE de Irapé as empreiteiras empregavam 3,7 mil pessoas, segundo dados da Cemig³⁰. Estes números foram atraentes para a sociedade envolvente, mas o fenômeno laboral não foi duradouro.

A Carta de Guaraciaba, documento elaborado, em 2002, por representantes de atingidos por barragens em Minas Gerais, exposta por Zucarelli (2014), elenca sete mitos associados às hidrelétricas. O quinto corresponde ao desenvolvimento e geração de empregos por estes empreendimentos:

Os empregos gerados pela implantação de hidrelétricas são temporários, sendo restritos ao curto período de construção. Nessa medida, demandam apenas número limitado de trabalhadores, geralmente contratados fora da localidade. Após esta fase, não há perspectiva de geração de postos de trabalho para as comunidades locais, devido à exigência de uma maior especialização técnica (Carta de Guaraciaba, 2002, apud Zucarelli, 2014).

Na mesma carta, com base na experiência vividas pelos movimentos de atingidos por barragem, é ponderado também enquanto mito o uso múltiplo das represas, para finalidades de lazer, irrigação por exemplo. Aspectos técnicos, legislação ambiental e riscos, além de outros fatores de forma geral impedem o uso diversificado do lago, destruindo potenciais paisagísticos para uma finalidade única: a produção de eletricidade. Aponta-se também na Carta de Guaraciaba que as hidrelétricas acabam não sendo de utilidade pública, por causa da mercantilização da eletricidade, privando – segundo a estimativa – 20 milhões de pessoas da eletricidade.

O ápice da criação de empregos gerou também, pouco tempo depois, o ápice da desmobilização de mão-de-obra, fechando as vagas de empregos em menos de cinco anos desde o início da construção.

³⁰ Cemig e Irapé: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/Irape/Paginas/Compensacao_Financeira.

O prefeito de Grão Mogol declarou que a empregabilidade da Usina para o município foi restrita: "*Irapé gera energia, mas emprega muito pouco*" (E12). Declaração também reforçada pelo presidente do STR de Cristália sobre a UHE: "*Não gerou emprego [duradouro] quase nenhum. Pouquíssimas pessoas têm emprego por Irapé*" (E2).

Segundo o Programa de Controle Ambiental (PCA) de Irapé, de 2009, a Cemig emprega 14 pessoas (12 na produção e duas no administrativo) divididos em 3 turnos, totalizando, hipoteticamente: 4,66 pessoas por turno. Há também 21 trabalhadores terceirizados. Não foi especificado, neste documento, se os postos de trabalho são localizados na região de produção de Usina.³¹

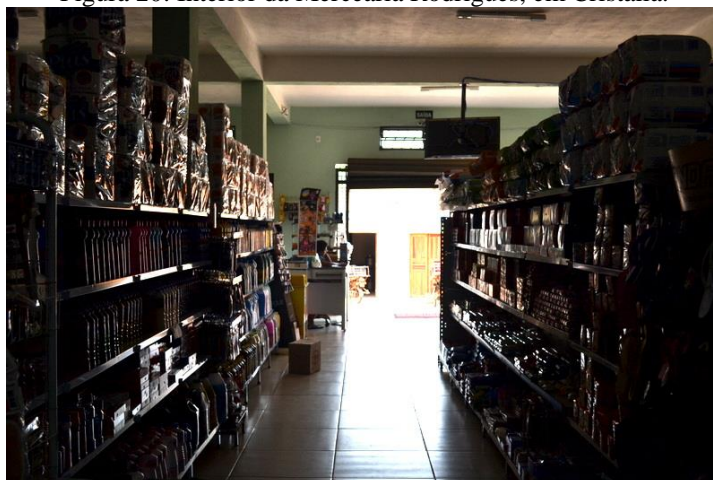
Os investimentos realizados por consequência direta à implantação UHE de Irapé podem ser observados pela administração das verbas recebidas pelas indenizações da população reassentada.

Um jovem empreendedor de Cristália, por exemplo, dono e diretor da Merceria Rodrigues, localizada na sede do município criou seu negócio em 2008, poucos anos depois do início de sua família ser desapropriada da comunidade de Sussuarana e reassentada em Boa Vista do Bananal, ambas comunidades em Cristália. Enquanto estudante e servente de pedreiro teve ajuda do pai para poder administrar e investir; o pai morava e trabalhava na fazenda para onde foram reassentadas algumas famílias de Boa Vista do Bananal, onde produzia alimentos. Narrou assim sua trajetória:

O comércio meu surgiu na época de Irapé, na época do meu terceiro ano [do ensino médio], o pessoal com dinheiro e tal, que tinha reassentado, eu pensei: 'tem que fazer alguma coisa pra ver se eu pego ao menos meio por cento de alguma coisinha (...). A partir de Irapé veio alguns cursos do SEBRAE, SENAI, que vieram pela EMATER, mas tinha a ver com Irapé. Teve uns empréstimos bom para danar. Esses cursos foram bons.(...)Irapé dinamizou a economia comprando as fazendas abandonadas, ou pouco utilizadas, para reassentamento, incrementando a produção ali " (E4).

³¹ Os empregos gerados durante a construção da barragem não têm – para esta investigação, que destaca o marco temporal de uma década após o funcionamento da Usina – pertinência, mas sim pela análise a respeito das expectativas geradas durante o processo de licenciamento e se, no prazo temporal estudado, essas expectativas foram atendidas por meio da construção e operacionalização de Irapé. Não se conferiu – impulsionada pela implantação da Usina – a dinamização econômica regional ao nível do que se almejava ou se prometera como contrapartida dos graves impactos gerados pelo represamento do Rio, muito menos de procedência da renda gerada pelos postos de trabalhos temporários.

Figura 20: Interior da Mercearia Rodrigues, em Cristália.



Fonte: COSTA, 2017.

Apesar de pouca movimentação no estabelecimento no momento da entrevista – o proprietário do comércio conversava com seis funcionários – a Mercearia vendia diversos produtos industrializados e tinha estrutura para receber bastantes clientes. Este comércio, possibilitado pela quantia de dinheiro pago pelas indenizações, não é, contudo, sustentado – de forma direta ou indireta – por estímulo impulsionado pela UHE de Irapé, mas sim, "*O que [garante o] funcionamento mesmo é aposentadoria [...] Acho que mais o rural, muito aposentada rural*" (E4)

Afirmção secundada pela proprietária da farmácia na principal avenida de Cristália: o dinamismo do comércio local vem da aposentadoria rural. Em termos de impulso financeiro para seu negócio, ela não fez nenhuma associação com a chegada da UHE de Irapé. Para ela: "*O comerciante que soube lidar com essa parte [quando os atingidos tinham dinheiro] soube crescer*" (E5). Seu comércio já existia antes da chegada da Usina e o incentivo para seu estabelecimento passar de posto de medicamento para farmácia – foi a chegada de concorrência. Mas, acima disto, destacou a importância dos aposentados para sustentação das farmácias e do comércio em geral: "*Hoje o pessoal vive aqui de aposentadoria. Meus clientes são aposentados rurais, viúvos e viúvas. Também vem desse cartão do Bolsa Família...*" (E5).

Os proprietários da mercearia e da farmácia em seus relatos se referem ao principal perfil de seus clientes e que dinamizam o comércio e movimentam a economia local: "*Bolsa família e aposentadoria*³² – *infelizmente – é a fonte de renda do município. Bolsa família, que ajuda muito*" (E8).

³²Trata-se da aposentadoria – rural –, e o programa Bolsa Família, importantes transferências de renda para a economia de pequenas cidades. A população elegível destes programas foi, em parte, atingida pela Usina de

Um extensionista da EMATER no município de Cristália analisou que, mesmo de forma modesta, "a infraestrutura e o comércio foram desenvolvidos com a barragem de Irapé" (E6). Mas, há análises pessimistas de setores da sociedade como a de um prefeito: "As pessoas na beira da barragem receberam indenização, mas não tiveram um projeto de incentivo, que gerasse renda". De presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais: "Os casos de sucesso, de pessoas da região que conseguiram algo, são muito poucos. E só conseguiram saindo da região". E de representante comunitário: "Irapé poderia trazer desenvolvimento se consertasse as estradas para o povo".

A atração de investimentos através da instalação da Usina de Irapé na região não se materializou conforme as expectativas trazidas pela geradora. Grandes investimentos que poderiam se encaixar à infraestrutura possibilitada pela hidrelétrica não saíram do papel. Foram identificados a partir das entrevistas e por busca documental na Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais (SEMAD)³³ projetos previstos ou já descartados para futura instalação nas proximidades: Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Grão Mogol, ou Consórcio Grão Mogol-Arcadis,; ou a Termoelétrica (UTE) Termoirapé I e II, projetada pela Myrtos Geração de Energia S.A.; cavas de exploração de minério de ferro pela Mineração Minas Bahia S.A., e o Projeto Ferro Vale do Rio Pardo Sul Americana de Metais S.A, todos no município de Grão Mogol, entre outros grandes projetos.

É possível que a proximidade do local pretendido para instalação da UTE Termoirapé esteja relacionado com o complexo energético da UHE de Irapé. Ou – apesar de não tão próximo – pelo mesmo fato de já ter instalado uma infraestrutura de distribuição de energia elétrica, Irapé pode ter sido estrutura atraente para a PCH Grão Mogol. Com relação aos grandes projetos minerários a represa de Irapé seria um grande expoente atrativo para conceder água para o projeto da construção de um enorme mineroduto interligando Grão Mogol ao litoral da Bahia, como era esperado pelo setor público de Grão Mogol, que lamenta os impasses do projeto: "Era uma forma de entrar dinheiro no município. [Através do projeto do mineroduto] Era! Mas também têm os problemas que iriam gerar, a questão maior foi a água" (E13).

Estes projetos, porém, seguem uma política de desenvolvimento conferida na região desde a década de 1970 e permanecem “embalados” pela mesma perspectiva desde então. São

Irapé, como já fora discutido no capítulo anterior, e tem sido alvo de cortes e medidas que dificultam seu acesso feitas pelo governo do presidente de Michel Temer.

³³ Disponível em <http://www.meioambiente.mg.gov.br>. Acessado em: dezembro de 2017.

caracterizados por: criação de empregos temporários, elevar a produtividade, intensificação da exploração dos recursos naturais, busca pela erradicação dos indicadores de pobreza rural (RIBEIRO et al, 2007). Como descreveu de forma sucinta, o presidente do STR de Cristália: "A região é um formigueiro [de empreendimentos como Irapé]!" (E2). São empreendimentos que geram expectativas muito próximas das que foram depositadas em Irapé: "Acredito que a termoelétrica vai gerar bastante empregos na região", revelou o prefeito de Grão Mogol³⁴.

A expectativa de desenvolvimento projetado na e pela implantação da UHE de Irapé fez parte de certa abstração que almejou transformações na produção e na paisagem, visando um desenvolvimento para o Jequitinhonha que não foi prontamente alcançado.

Por outro lado, há um reconhecimento da importância da dinâmica econômica camponesa para a economia regional, como indica a tesoureira da prefeitura de Grão Mogol: "Vamos colocar assim: 50%, 60% da renda das pessoas vem da agricultura familiar mesmo. Movimenta bastante! Tem muito mais pessoas na zona rural que na zona urbana aqui, e movimenta o município sim" (E13).

Figura 21: Parte da feira livre em Grão Mogol.



Fonte: COSTA, 2017.

A ausência de empregos foi destacada no correr da pesquisa e das entrevistas como um problema para a região, principalmente por parte da população urbana e representantes do setor público: "Emprego aqui ainda é fraco" (E4).

Assim, observou-se que a expectativa melhoria da qualidade de vida promovida pela atração por investimentos pela UHE de Irapé, bem como a geração de postos de trabalho, foi

³⁴ Uma agricultora, gerzeira, da comunidade de Tingui, asseverou que: "Houve a promessa de dar 3000 postos de emprego. As pessoas acreditam até hoje que vai haver emprego pela termoelétrica, que está recebendo currículos pela prefeitura".

um certo *sonho vazio*, um projeto para um abstrato futuro de desenvolvimento a ser concretizado pela execução de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica e exportação de minério, mas que não fazia parte do cotidiano das pessoas. Pelo contrário. Não se tratou apenas de não atendimento das expectativas, mas a implantação da UHE de Irapé significou para uma grande parcela da população dos municípios atingidos, majoritariamente camponesa, um profundo prejuízo – socioeconômico, cultural ou ambiental – com medidas difíceis de serem contornáveis. O presidente do STR de Cristália relatou que, afetando as terras de produção de alimentos: "*Irapé empobreceu a população, que agora tem menos poder de compra, e precisando mais de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família*". O secretário de Administração e Planejamento de Berilo concorda que a UHE de Irapé frustrou a população em termos de geração de empregos duradouros e desenvolvimento econômico, e completa dizendo que, ao contrário de benefícios: "*Irapé deixou problemas sociais: prostituição, drogas...*(E18), referindo-se especificamente ao povoado de Lelivéldia, o que foi reafirmado pelas representantes do Posto de Saúde e do CRAS do referido povoado.

Por fim, se a presença de uma hidrelétrica na região não realizou por si só a expectativa de gerar empregos e renda; a população atingida direta e indiretamente também aguardava maior acesso à energia elétrica – não só por se estarem próximos a uma Usina capaz de gerar aproximadamente 360MW – mas por margem a instalação de uma infraestrutura capaz de distribuir esta energia para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O SIN é – de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)³⁵ – a conexão dos subsistemas de geração de energia e permite transferências de eletricidade para os consumidores a uma escala nacional. Ou seja, os subsistemas não precisam – necessariamente – de produzir para poder consumir energia. Porém, como resumiu e um líder comunitário: "*No início eles falavam que ia trazer energia. Mentirada! Porque energia não vem de lá. Ia trazer serviço pro povo: mentirada! Até hoje não tem serviço, deu foi trabalho!* (Risos)" (E10).

A falta de acesso à eletricidade atingia os moradores do povoado de Cabra e região, em Cristália, como relataram o presidente do STR do município e um líder comunitário: "*Há famílias que não têm luz e vivem na beira do lago*" (E2); "*Não trouxe muita coisa em termos de progresso não; aqui tem família no escuro ainda, apesar de um empreendimento desse tamanho!*" (E7).

³⁵ Disponível em: <http://apps05.ons.org.br>. Acesso em: dez de 2017

6.2.2. Irapé “Caroneira”

Nos primeiros anos de funcionamento da UHE de Irapé, grande parte da população rural dos municípios atingidos recebeu o Programa Luz para Todos. Segundo o Ministério de Minas e Energia³⁶ este programa é um conjunto de políticas e ações públicas do Brasil, objetivando levar a eletrificação para locais sem este atendimento a partir de tarifas subsidiadas pelo Governo Federal, estaduais e distribuidoras. A ação deste programa no alto curso do rio Jequitinhonha atendeu uma grande maioria de moradores da zona rural dos municípios: *"Com o Programa Luz para Todos, em 2008, o governo federal trouxe energia. Antes 90% [da população] não tinha luz em casa"* (E6).

A proximidade dos períodos de início da produção de energia pela UHE de Irapé e o início da execução do programa de iniciativa federal na região sugeriu uma correlação muito estreita, na qual a população elegível concedeu mérito à implantação da Usina na região pelo recebimento do benefício. Esta confusão foi ainda mais sustentada pela empreendedora, que segundo o presidente do STR de Cristália: *"A Cemig disse que deu acesso à energia para famílias, mas veio [o acesso] foi do programa do governo federal... Luz Para Todos"* (E2).

Assim, tornou-se complicado discernir a procedência do legado quando a empresa responsável pela UHE de Irapé é a mesma que executou o programa Luz Para Todos na região!

As ações procedentes da UHE de Irapé foram e são boas parte das vezes, na percepção coletiva, constantemente confundidas com projetos ou políticas das esferas locais às nacionais que atuaram na região. Neste período de uma década desde o funcionamento da UHE de Irapé incontáveis mudanças ocorreram no País, transformando a realidade socioeconômica de grande parte da população brasileira. A exemplo disso, um entrevistado afirmou que: *"O Programa de Aceleração de Crescimento equipou os municípios com máquinas que foram usadas para fazer – por exemplo – estradas, não se pode dizer que foi a Cemig que fez"* (E2).

Segundo o Ministério do Planejamento³⁷ o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, foi importante para retomar o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura. Em continuidade a este programa, em 2010 foi lançada sua segunda versão, através do qual foram entregues aos municípios máquinas e equipamentos para melhorias de infraestrutura local. Essa conjuntura política nacional não passou despercebida

³⁶ Disponível em: www.mme.gov.br/luzparatodos. Acessado em: dez de 2017.

³⁷ Disponível em: <http://www.pac.gov.br>. Acessado em dez de 2017.

para a população atingida por Irapé, e corrobora ponderações sobre os legados e consequências de Irapé: "*O que Cristália cresceu foi por algo que se passou no país, e não por Irapé*" (E2).

6.2.3. Recursos

Como discutido no capítulo anterior, a geração de renda da UHE de Irapé para os municípios atingidos é materializada principalmente, pela Compensação Financeira e o ICMS; e que estas transferências e, como visto, tem tendido a perder importância ao longo dos últimos três anos financeiros. Foi visto também que Cristália é o município com maior participação no rateio da Compensação Financeira entre os municípios por ter o maior percentual do lago em seu território. Para representantes da prefeitura de Cristália, a receita gerada pela transferência da Compensação Financeira ajuda o município com os gastos de custeio, aliviando modestamente a receita do FPM. Para ela, no início do funcionamento da Usina de Irapé, os repasses ajudaram o município, algo que não se conferia mais em 2017 pela baixa significância de seu valor mensal. Já para o líder comunitário de povoado remanescente na beira do lago, o recurso é pouco mas se investido nos territórios à margem de Irapé poderia ser mais significativo para as localidades remanescentes: "*Se você pegar em um mês 50 mil reais: vamos aplicar esse dinheiro na estrada do Cabra. Você dá um chute, vai lá pra cima*" (E7).

Para o município de Grão Mogol a tesoureira da prefeitura relatou situação próxima: "*Nós tivemos uma época boa de receber royalties [Compensação Financeira], de receber quase 100 mil [reais] por mês, hoje recebe 18, 12, 13 [mil reais]. Foi rápido de mais o declínio. (...) A gente recebeu por muito tempo um valor até considerável*" (E13).

Porém,

Vem a seca castigando tudo mais, hoje se você for olhar há uns anos, atrás, como estava a represa e você vê hoje como está..., é muito triste a situação. A gente tem áreas lá que foram inundadas, de pessoas que tiveram que ser indenizadas, porque tem área que voltou ao normal [está fora do lago]" (E13).

O prefeito de Grão Mogol, ao fazer um balanço da Compensação Financeira para o município relatou que: "*Se você pegar dez anos e hoje [2017], nós tivemos ao invés de acréscimo de receita decréscimo, então, em termos financeiros, esta é a realidade*".

Conferir a significância do repasse de Compensação Financeira para o município foi uma tarefa difícil. Encontraram-se poucas evidências documentadas e transparência do uso deste recurso. Dificuldade expressa também de sujeitos sociais, como explicou o integrante da Comissão dos Atingidos: "*Em Colóquio de Irapé, na vez que nós estivemos lá, nós questionamos... O que foi falado é que prefeitos, vereadores, não prestam conta [sobre a Compensação Financeira]*".

Quando foi vereadora de Grão Mogol, há alguns anos, a diretora da FETAEMG do Norte de Minas também passou situação semelhante: "*Pedimos o relatório do uso da Compensação Financeira, mas nada...*". O mesmo ocorreu com o presidente do STR de Cristália que, em seu mandato de vereador, não teve sucesso ao pedir transparência sobre o uso deste recurso.

Vê-se assim que a Compensação Financeira apresenta problemas em termos de sua função mitigadora para a população atingida que permaneceu à margem de Irapé, que pouco acesso tem às prioridades de uso desse recurso. Tampouco convém manter teso o fundamento de ser uma ferramenta para implementar medidas que sustentem e dinamizem atividades econômicas regionais, como sugere o EIA do projeto de Irapé (CEMIG/ENERCONSULT, 1993).

O município de Grão Mogol, como dito anteriormente, era em 2017 o único que recebia repasses de ICMS provindos da geração e transmissão de energia da UHE de Irapé, embora segundo a tesoureira da prefeitura de Grão Mogol os dois primeiros anos de funcionamento da Usina não geraram este tipo de receita. Destaca-se também que os números apresentados pela Cemig com relação ao valor gerado por esta arrecadação seria muito atraente:

"Quando foi feito a apresentação em si do projeto falou-se que Grão Mogol poderia receber até 34 milhões de reais de ICMS então criou a expectativa muito grande [...], mas quando implantou a barragem em si e que começou a gerar e a gente percebeu que a realidade é bem diferente do que foi falado, acho que de 30 e tantos milhões, Grão Mogol estava recebendo um milhão e pouco, ao mês"(E12).

De acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM) em 2018 pelo menos 283 municípios poderiam ter queda na receita de ICMS, totalizando R\$ 332 milhões devido à redução do Valor Adicional Fiscal (VAF) - Resolução N° 5.046 de 6 de Outubro de 2017 -, os

motivos para tanto estariam ligados à desaceleração da economia e queda na arrecadação estadual entre outros (AMM, 2017).

Assim, de acordo com o prefeito de Grão Mogol:

A prefeitura vai ficar numa situação que eu possa até afirmar de uma crise realmente financeira. Por que tem as despesas fixa., Até em função mesmo do que recebia, e aumentando programas, aumentando atendimento na área de saúde, essa complicação toda na área administrativa, aí, num período de crise que estamos vivendo, [a prefeitura] vai perder quase 300 mil de ICMS [...]. Mas eu falo o seguinte nesse momento angustiante – se realmente confirmar essa perda [de ICMS] –o povo vai ficar mais frustrado com a barragem. Porque é o que eu falo quando você cria expectativa, quando você cria isso , quando você cria aquilo e você recebe uma notícia dessa [...]".

O presidente do STR de Grão Mogol, mesmo sem acesso à informações documentais a respeito do recebimento de ICMS, avalia que após a construção da UHE de Irapé: "*Grão Mogol permanece na mesma ou pior*" (E8).

Contudo, o prefeito deste município alimenta esperanças e aposta em possíveis futuros grandes empreendimentos: "*Em termos de um olhar para o futuro, então, temos essa expectativa da construção da termoelétrica e da mineração também que usaria a água da Irapé para bombeamento*" (E12).

Analisando o repertório de narrativas registradas por sujeitos locais, a esperança projetada em grandes projetos abstratos é uma certa regra para o poder público e o setor de comércio.

A tesoureira da prefeitura de Grão Mogol explicou que:

"Dentro da construção de Irapé nós tínhamos outro imposto que ‘substituíra’ o ICMS – que a gente não tinha – que era o ISSqn. Cobrado pelas empresas que trabalhavam na construção, que a gente tinha um valor considerável nessa época. (...) Durante a construção de Irapé a movimentação na cidade era boa demais. Porque as empresas trouxeram muita gente para em Grão Mogol. (...) E depois que sai [termina a obra] tem aquele baque. A gente vê que a cidade volta ao normal. (...) Depois que a construção acabou a gente esperava a geração de energia elétrica para continuar recebendo. Não é que o imposto substituiu o outro, mas pelo menos segurou para salvar as finanças do município" (E13).

Assim, a arrecadação da Compensação Financeira e do ICMS mesmo que apresente valores muito menores do que fora estimado pela Cemig segundo a tesoureira do município: "*O ICMS hoje dentro de Grão Mogol é a nossa... vida!*".

O ICMS, mesmo que não seja vultoso, é uma fonte importante para equilibrar a receita da administração pública. Se para Grão Mogol este valor detém tamanho significado, o que se passa aos demais municípios atingidos pela UHE de Irapé, os quais perderam população, terras, e produção? Esta questão se acrescenta às sérias dúvidas levantadas por esta dissertação a respeito dos legados trazidos pelos recursos transferidos pela Usina. A Compensação Financeira, em suas atribuições legais e financeiras, mitiga os impactos recorrentes ao alagamento das áreas?

6.3. A IRAPÉ: UM TÃO MAU

*Se quiser briga, nós briga
Acordo: nós negocia
Mas respeita o lavrador
Que ele quer cidadania*

Esta estrofe extraída do cordel “História do Povo da Beira dos Rios³⁸” reflete no aviso daquilo que veio a ser pertinente na leitura das consequências de Irapé. Este cordel sintetiza em parte a reação de comunidades camponesas às imposições de Irapé. Esta não será tratada aqui em sua forma física ou enquanto um empreendimento, como analisado na primeira e segunda seção deste capítulo, mas enquanto *a Irapé*, em seu amplo significado para a população dos municípios atingidos. O torvo da década de noventa para a sociedade camponesa que ainda a estorva dez anos depois de sua implantação: Irapé causou indignação das populações marginalizadas.

A resistência ao projeto evocou e recrutou lideranças comunitárias que se organizaram. Como relatou a diretora da FETAEMG do Norte de Minas sobre o cotidiano dos

³⁸ RIBEIRO, E.M. História do Povo da Beira dos Rios. [Folheto de Cordel/Benjamin Rocha]. 2ª Edição, Campo-Vale: Minas Novas, 1993. O texto na íntegra se encontra em anexo.

integrantes da Comissão dos Atingidos; em um primeiro momento, resistiram à implantação do projeto de Irapé, no segundo, lutaram para uma negociação menos injusta; alguns que preferiram outra via: *"Algumas pessoas morreram de desgosto, por não terem negociado e preferiram confiar na história dos políticos locais"* (E1).

Esta seção apresenta narrativas que foram organizadas para análise do significado de Irapé para a população atingida, direta ou indiretamente. Dedicar-se à reflexão da resposta das comunidades camponesa de municípios do Alto Jequitinhonha à Irapé e suas consequências. Far-se-á em sua forma objetiva e – em parte – subjetiva, para analisar a abstração de Irapé em sua forma também abstrata, fundamentada na segurança conclusiva de que: *"Irapé trouxe um tão mau para aquela região"* (E2).

6.3.1. Organização de Resistência

A marginalização da população atingida por Irapé iniciou muito antes da construção da barragem, quando, segundo o EIA (ENERCONSULT/CEMIG 1993), na década de 1960, havia estudos de viabilidade hidráulica para produção de energia elétrica a partir da rede hidrográfica do Rio Jequitinhonha e afluentes. Os Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil identificaram 20 possibilidades de implantação de aproveitamentos hidrelétricos, de pequeno e médio porte, nos Rios Jequitinhonha, Araçuaí, Itacambiruçu e Vacaria. A Cemig, na década de 1980, contratou uma consultoria para realizar um estudo para revisar e atualizar estes dados. No final da década de 1980, iniciaram-se os estudos de viabilidade da hidrelétrica.

As informações indicavam raríssimo conhecimento na região. Apenas durante os estudos para obter as licenças exigidas pela legislação para o projeto e implantação da barragem de Irapé é que as comunidades camponesas e as localidades tomaram conhecimento do plano de se destinar aquelas grotas povoadas para represamento de água.

Assim, de acordo com um membro da Comissão de Atingidos o indício de possíveis concretizações do projeto: *"Veio à tona em 1989 com a chegada da Cemig piquetando aqui, piquetando acolá. E ninguém sabia o que era, nem prefeito nem autoridade nenhuma"* (E2).

E tão logo vieram as primeiras respostas das comunidades atingidas: *"Na década de 1990, organizações dos municípios se juntaram em Cristália para exigir que a Cemig explicasse do que se tratava sua presença no local realizando pesquisas"* (E2). As organizações – STRs, Campo-Vale, FETAEMG, CPT, – tiveram forte e importante atuação

no apoio da organização das famílias. O Campo-Vale, em 1992, realizou uma pesquisa em comunidades rurais a que seriam por Irapé, e foi importante em apoiar a Comissão em divulgar as pretensões da Cemig em construir a barragem. De acordo com relatos de integrantes da Comissão de Atingidos: "*Se não fosse o pessoal da CPT, do Campo-Vale, a gente tinha se lascado mais ainda*" (E2); "[...] *O Campo-Vale chamava a prefeitura, os políticos, para explicar as consequências, dizendo que o povo tinha que ficar unido... Porque a rasteira era grande! Foi importante porque mobilizou a gente, explicou para gente, porque o povo ficou bravo demais*" (E7).

Também foram se articulando parcerias para fortalecer as organizações e resistência das comunidades e famílias atingidas:

Então o pessoal começou a querer negociar cada um por si só, aí que veio aquela união dos sindicatos juntamente com o Campo-Vale e com a FETAEMG, começou a fazer aquelas discussões, visitando comunidades, conversando com os agricultores que iam ser atingidos. Isso é muitas reuniões" (E1)³⁹.

Enquanto a atuação das organizações buscava apoiar a Comissão de Atingidos para preparar as formas de resistência e de busca por justiça, a empreiteiras atuavam na região seguindo critérios que marginalizavam os camponeses, como relata a ribeirinha, posseira em uma fazenda no município de Grão Mogol à jusante da barragem de Irapé:

Eles passavam fazendo pesquisa, o pessoal da firma... é tanto, que usou a própria água de onde eu moro para levar para lá. Como eu sou posseira nessa fazenda, não sou dona – na verdade, o bisavó dos meus filhos já morava nessa fazenda... a gente vem há mais de 60 anos de geração nessa fazenda. A terra que eles pegaram, perguntaram para o dono da fazenda, não perguntou para nós! (E9).

As organizações de resistência enfrentavam, de forma criativa, as dificuldades de comunicação:

Na época não tinha telefone disponível na região. Poucos telefones estavam dispostos a serem usados para se comunicar. Usava muitos boletins para se comunicar. (...)As prefeituras e câmaras tinham telefone, mas não serviam para gente. 'São nossos inimigos': a Cemig e os políticos, e os políticos estão até hoje com Irapé. Nenhum político estava com a causa do povo" (E2).

³⁹ Quem relata isso não fazia parte das organizações na época da implantação quando era dona de casa, e segundo a própria entrevista, alienada de discussões políticas, todavia, ocupa hoje o cargo na FETAEMG do Norte de Minas, bem como já ocupou o cargo de vereadora de Grão Mogol. A luta de resistência evocou personalidades para atuação política, criando lideranças. Este processo de politização merece destaque e será discutido mais adiante.

As informações sobre o projeto eram em grande parte disponibilizadas parcialmente apenas para autoridades públicas, o que dificultava a organização dos camponeses: "*Em um período de 10 anos aproximadamente a população não sabia ao certo quem era atingido ou não. Todos eram atingidos, na teoria*" (E2).

Assim como a forma bruta como a empreendedora propunha as negociações: "*Porém tem injustiças que dá medo na gente, que todo progresso traz com ele... isso espanta a gente, e ocorreu muito disso, apesar de tanta orientação ainda aconteceu umas injustiças ainda, muitas injustiças!*" (E7).

Mesmo com a organização e resistência das comunidades a correlação de força era desigual. A inacessibilidade de informações levou a sérios problemas relacionados às estratégias de reprodução camponesa. Todavia, importante considerar que o processo de implantação de Irapé significou a marginalização da população atingida, salva pela iniciativa coletiva de se organizar e resistir às injustas propostas de desapropriação. Esta organização merece destaque pela perseverança e audácia para evitar maiores injustiças nas desapropriações e reassentamento. Desta forma, tem-se de um lado a chegada o empreendedor que despreza as organizações comunitárias e populares, considerando apenas as autoridades políticas para apresentar o projeto de construção da barragem. Reproduzem, assim, o que Martins (1981) considera a grande exclusão política da sociedade camponesa. Esta exclusão explica "o fato que cercará o entendimento da sua ação política" (MARTINS, 1981, pág. 25), mas que também ressalta a capacidade organizativa dos camponeses, o que se deve destacar pelas conquistas alcançadas pela Comissão dos Atingidos. Conquistas que deixaram legado para demais processos de licenciamento de hidrelétricas:

O modelo de indenização de Irapé serviu de modelo para outros processos de questão ambiental. Não teve igual Irapé! Igual o processo de Irapé, de negociar, de levar o cara para conhecer o lugar que ele ia morar. A coisa não era tão humana, como foi. (...). Eu tenho que reconhecer que teve coisa boa também: a Comissão dos Atingidos conseguiu estender o crédito do Banco do Nordeste – antes só direcionado para reassentados do INCRA – para os atingidos pela barragem de Irapé" (E7) .

A organização das comunidades para garantir seus direitos e modos de vida serviu de base para conquistas de organização: "*Cristália nem sindicato tinha. Foi criado em prol de Irapé, em 1996*" (E2). E também de processos de negociação: "*Foi uma das melhores negociações [de atingidos], e mesmo assim até hoje tem problema na justiça*" (E8).

Também se destaca a urgência da politização: "*Eu me tornei líder de uma hora para outra, né? [...] Passei a ter conhecimento das escrituras assim de uma hora para outra. Eu não sou líder, estou líder. Líder é questão de necessidade*" (E7); "*As pessoas que fizeram parte da Comissão de Atingidos, tal como fiz, dedicaram grande parte da vida para conquistar direitos*" (E2).

O membro do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) destaca que no processo de resistência foi uma oportunidade para evidenciar a habilidade das lideranças locais, quando houve também divulgação nas mídias das organizações e suas ações. Ele ainda destaca: "*não foi uma legado de Irapé, foi um legado das lutas sociais*" (E16).

Se por este lado é possível observar conquistas pelo processo de organização sociopolítica dos camponeses, do ponto de vista do patrimônio público municipal houve sérias dúvidas, pois entre o patrimônio ser indenizado e ser repostado houve um hiato que passou pela dinâmica da gestão municipal:

Havia 8 escolas – em Cristália – na beira do Rio. A prefeitura recebeu 250.000 por cada escola alagada, como também recebeu verbas para construir uma estrada no entorno, para dar acessos aos moradores locais e para turismo, contudo ninguém sabe o que foi feito com este dinheiro (E2).

A movimentação de verbas oriundas das indenizações e desapropriações dos atingidos também chamou atenção de arrivistas, que viram uma oportunidade de enriquecimento.

O processo de desapropriação da população que habitava os vales alagados por Irapé surtiu efeitos que são notórios – inclusive – para a população que não fora diretamente atingida. As consequências são percebidas mesmo após mais de uma década do início da retirada, em destaque àquelas relativas à monetarização das propriedades alagadas e suas benfeitorias – casas, cercas, culturas agrícolas, etc. – realizadas através de indenizações conquistadas pelos atingidos. como também por uma lógica muito pertinente na cerne da reprodução camponesa: "*O povo de Cristália não aceitava a forma de negociação, em trocar terra de lá por terra ruim*" (E2).

A imposição da propriedade privada às populações reassentadas por meio da imposição do pagamento pela terra legitimária, acima dos direitos costumeiros da sociedade camponesa, o processo de desapropriação (Shiva, 2000). Por isso o grande mote da organização dos atingidos era "Terra por Terra", na mesma quantidade, na mesma qualidade, com as mesmas benfeitorias. Posterior ao processo de negociação, os efeitos da monetarização

das terras causou consequências para a parcela da população reassentada, afetando, mesmo que em proporções reduzidas, a economia local, em destaque para Cristália, município que teve maior parte do território alagado e famílias remanejadas.

Assim, somado à conquista das famílias de "Terra por Terra" nas negociações de indenização e reassentamento, a disponibilidade de recurso monetário levou também a , desmembramentos como divórcios e outras desarticulações familiares e comunitárias. Parcela das famílias que não se organizaram ou negociaram isoladamente enfrentaram sérios problemas:

O problema é que não tinha gente preparado para que na hora que chegasse a negociação de Irapé aplicasse seus dividendos com qualidade (...) Foi um retrocesso miserável, porque a geladeira custava cem reais, o camarada pagava 2000 reais numa geladeira; uma motoquinha velha custava 400 reais, o camarada pagava cinco mil. (...)Tem gente em Cristália hoje que não tem dinheiro para comprar um pirulito, e [antes de Irapé] tinha tudo, tinha vaca, tinha terra, tinha engenho... (E2).

Os processos que levaram à desorganização socioeconômica causaram outras consequências para a organização social camponesa, afetando a dinâmica da economia local, mas também questões subjetivas.

6.3.2. Campesinidade

A perda da terra é aqui interpretada da forma objetiva, mas também subjetiva, onde a se denota quebra da relação com o lugar. Isto se reflete no conceito que Haesbaert (2001) designou de *desterritorialização*, no qual há a apropriação de um espaço por um grupo social sobre outro. O estabelecimento de territórios pode ser, para este autor, dado pela dimensão funcional, concreta e também simbólica. O controle físico associado a apropriação simbólica do espaço, subjetiva, implica em uma abordagem do espaço que é, ao mesmo tempo, dominado e apropriado, assim, não há apenas controle, como também laços de identidade social. Desta forma, a desterritorialização decorre da territorialização por outro grupo do mesmo espaço. Santos (2015) analisou este processo para os reassentados por Irapé, descrevendo as impressões das populações remanejadas neste processo que envolveu medo, resistência, mas também de esperança ao se relocar, memória, saudade, nostalgia das grotas onde habitavam. A quebra de relação com a terra foi temor para muitas pessoas no período em que se especulava sobre a construção da barragem. Houve ações precipitadas que decidiram a vida de diversas pessoas.

Em muitos relatos se observou o stress da incerteza que a construção da barragem trouxe para a vida de muitas famílias como a restrição da gleba de trabalho: "*Teve pessoas que passaram final de ano, na época de plantar roça, sem plantar. Plantar roça e vem á água inundar... Um emocional muito grande sobre quem seria eles depois de Irapé*" (E8) .

Mas muitas famílias resistiram: "*Pai continuou trabalhando – ‘isto aqui é meu, vamos até o final!’*" (E4). Maiores consequências foram evitadas pela organização dos atingidos: "*Depois a Comissão informando que iria negociar, falou para o povo continuar construindo. O povo começou a retomar os trabalhos, mas sem graça de que iria perder...*" (E2).

Mas estruturas familiares foram afetadas⁴⁰, e este fenômeno se somou à redução demográfica de núcleos populacionais dos municípios: "*Quantos casais se desfizeram com Irapé! Várias pessoas que até hoje estão rasgando a chapada [na pobreza]. (...) Irapé modificou o modo de viver o povo daquela região tirando o povo de lá e mudando de lugar, esvaziando os municípios*" (E2).

A ordem do *valor-família* (Woortmann, 1990) se expandiu para as relações comunitárias de trabalho, como se vê em numerosos relatos: "*P'ro Cabra, nós perdemos foi muito! Por conta do grupo que foi dizimado. Hoje tem gente para tudo que é lado*" (E7); "*A Associação [da comunidade de] São Miguel, mais da metade da associação foi para Janaúba [...]. Os projetos sociais foram acabando, e os próprios associados perderam a referência(...). Nestes povoados não há esperança de desenvolvimento.*" (E6); "*As comunidades ficaram muito vazias, essa questão da amizade... fica distante quando se muda*" (E8); "*Em Cabra tinha gente demais lá, tinha comércio, mas se hoje você for lá, 80% das casas tão fechadas, abandonadas*" (E6).

Por fim, a Irapé significou para quem ficou morando à margem da barragem desgaste dos pilares do campesinato, desestabilizou as organizações das comunidades para toda a sociedade envolvente, como relata o líder no povoado de Cristália:

"Todos foram atingidos, mesmo os que ainda moram aqui. (...)foi uma coisa muito ruim, dizimou o grupo. Nós tínhamos uma associação aqui, com mais de 100 famílias associadas, tínhamos um posto de saúde, que tinha atendimento na comunidade, toda semana, dentista.

⁴⁰ Em deslocamento para Grão Mogol – em transporte coletivo – fui acompanhado por uma mulher, junto com o filho, que estavam indo para casa da mãe em um povoado em Botumirim. Antes mesmo de saber o objetivo de minha visita à região, ela contava parte de sua história: quando ainda casada, a família fora atingida por Irapé, e divorciaram após o pagamento da desapropriação, e se mudou com o filho para o interior de São Paulo, marido estava passando dificuldades financeiras e de saúde, devido ao consumo excessivo de álcool.

Isso acabou tudo. Isso acabou. Hoje nós estamos aqui, meia dúzia de pessoas na comunidade " (E7).

O preço da terra nas áreas remanescentes e nos municípios como um todo foi dificultado devido a especulação, principalmente, porque grande parcela das melhores terras – as *culturas* – que já eram escassas foram inundadas: "*As terras da região (...) que eram de duzentos e cinquenta reais o hectare foi para setecentos, mil reais o hectare*" (E2).

A reorganização espacial decorrente da implantação de Irapé também recebeu "reforço" pela implantação do Parque Estadual de Grão Mogol (PEGM). Esta unidade de conservação foi criada em 1998 para mitigação aos danos ao meio ambiente pela UHE de Irapé (cinco anos após a Licença Prévia ambiental ser concedida). Famílias foram duplamente atingidas: parcialmente pela UHE Irapé e também por serem incluídas dentro do território do parque, que, pelo manejo específico de unidade de conservação, impedem atividades produtivas e dificultam a rede de distribuição de energia elétrica para moradias incluídas na área do parque.

Figura 22: Casa de família atingida pelo PEGR, Grão Mogol.



Fonte: COSTA, 2017.

O parque provocou mais restrição agrícola para as comunidades:

"Veio esse parque, veio perturbando o povo, perturba muito... Perturba para plantar roça, que aqui não tem um trator pra gradear essa terra, pra desmatar. Então a gente desgrudeia com foice e machado. Não pode usar nada além do entorno da casa, nem pra criação..." (E10).

"Criou o parque, mas as pessoas que moraram no parque não sabia o impacto que era uma conservação ambiental. Tinham lá sua rocinha, plantavam seu milho seu feijão..." (E13).

O processo de criação do parque se assemelhou em gênero, número e grau à implantação de Irapé, ao considerar uma demanda imposta pela sociedade urbano-industrial,

marginalizou os camponeses e gerou conflitos. As famílias atingidas pelo parque se posicionam:

"Somos totalmente a favor da preservação, mas como você coloca uma área pra preservar onde tem quarenta família, que não podem trabalhar?!(...) A gente não pede indenização, porque se a gente pede indenização, a gente tá concordando em sair. (...) Na verdade é tirar o parque daqui, na verdade é tirar o parque, eu mesmo não considero essa parte como parque, [...], Eu vivo é daqui!" (E11).

"Tem que gente que não aceita, continua fazendo como antes e leva multa, continua. E o IEF pega pesado" (E13).

As famílias camponesas duplamente atingidas – por Irapé e pelo parque – buscam estratégias que permitam manter seus modos de vida e se desenvolver, mesmo diante desta situação adversa: *"Recebemos um projeto horta trazido pelo Movimento de Atingidos por Barragens, trouxeram 170 hortas PAES" (E10).*

Figura 23: Horta PAES comunitária na comunidade de Tingui, Grão Mogol.



Fonte: COSTA, 2017.

Há portanto a impossibilidade de se estabelecer convívio de uso e ocupação à atribuição da unidade de conservação – bem como do reservatório para a UHE de Irapé – com as demais atividades locais, em especial a agricultura camponesa, o alto curso do Jequitinhonha. Ao considerar a direta correlação entre a implantação da Usina de Irapé e a criação do PEGR, onde, ambos estabeleceram territórios sobre o espaço do alto curso do Rio Jequitinhonha no qual já se haviam outros tipos de uso e ocupação, pode-se dizer que a área total afetada por Irapé ultrapassa os 140km², mas sim 420km², quando somado aos 280km² destinados à preservação.

7 – CONCLUSÕES

Não obstante à secessão dos resultados analisados esta conclusão busca a síntese subsidiária à principal questão motivadora desta investigação: quais são os efeitos de um grande projeto de desenvolvimento no alto curso do rio do Jequitinhonha? – ou – quais implicações de uma usina hidrelétrica para uma sociedade caracterizada pela estrutura socioeconômica camponesa? Ou, em outras palavras, o que significa a UHE de Irapé para os municípios que tiveram áreas alagadas e a população remanescentes passada uma década de funcionamento?

7.1. AS MARGENS DE IRAPÉ

A UHE de Irapé criou um enorme lago entre os sete municípios atingidos. Este corpo hídrico, em sua variação de nível, geomorfologia, qualidade da água e atribuições foi construído visando a geração de energia, mas criando a também a expectativa de que possibilitaria a prática de atividades diversificadas como pesca comercial e esportiva, atrativos para instalação de casas de veraneio, esportes náuticos, deslocamentos em trechos hidroviários, e para usos extremamente polêmicos como para funcionamento de minerodutos. Cabe salientar que não houve em nenhum momento o planejamento de usos costumeiros e tradicionais da população mais comprometida pela implantação da represa, e continuamente excluída de grandes investimentos de desenvolvimento. Ou seja, o lago representa material e simbolicamente a imposição de um modo de vida sobre o outro.

O complexo energético instalado através da UHE de Irapé favoreceu a produção de eletricidade, bem como tem atraído outros investimentos energéticos para os municípios, em destaque a Termoirapé, o projeto de termoelétrica a ser implantada em Grão Mogol. Obstante à discussão dos possíveis dados consequentes destes projetos, a geração de energia não foi conectada com o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE de Irapé gera mensalmente para os municípios atingidos repasses financeiros. A Compensação Financeira, principal transferência realizada por Usinas por reservatório, rateada conforme o percentual da dimensão do reservatório no território municipal, depende da quantidade de energia gerada para determinação final dos valores repassados. O diagnóstico da evolução dos valores durante os últimos 11 anos financeiros revelou que, depois do último ápice de repasse em 2014 (quando foram transferidos cerca de três milhões e meio de reais para os sete municípios atingidos no montante dos 12 meses), há um declínio

crecente nos próximos 3 anos, terminando 2017 com repasses próximos à um milhão de reais. Observou-se que a Compensação Financeira tem perdido a significância ao longo dos anos, sobretudo a partir de balizas como as transferências do FPM (transferência proporcional aos coeficientes populacionais dos municípios. Para Cristália, que abriga a maior parte da represa de Irapé, e é um dos menos populosos do conjunto dos municípios atingidos, a razão entre as duas transferências – Compensação Financeira e FPM – no último ano financeiro foi pouco mais de 5%. Já Berilo, um dos mais populosos do conjunto, e que tem a menor participação no rateio da Compensação Financeira, tem esta razão em menos de 1%. O mesmo ocorre com a arrecadação de ICMS, imposto atribuído somente ao município de Grão Mogol, onde se localizam o gerador e distribuidor de energia elétrica. Apesar da importância para o município, os valores arrecadados frustraram os administradores públicos pela quantidade inferior se comparada com as expectativas criadas pelo empreendedor nas etapas de implantação da Usina. Mas frustraram, principalmente a maior parte da população dessas localidades.

O valor destes repasses permanece pouco significativo quando balizados também com outras transferências para os municípios atingidos. O montante de Compensação Financeira recebido pelos sete municípios atingidos pela UHE de Irapé significam 10% do total transferido para os mesmos municípios a partir do Programa Bolsa Família, e 1,51% da Aposentadoria Rural.

Os legados alavancados pela UHE de Irapé são relativos e escassos frente ao "preço" social, cultural e ambiental de sua implantação. Os maiores benefícios desta Usina estão restritamente no imaginário dos seus empreendedores, consultores, de autoridades públicas, agentes de desenvolvimento, entre outros, que insistem em afirmar – mesmo sem dados concretos – que a UHE de Irapé fomenta a economia local, o que seria um discurso modesto quando ainda se projetava a redenção do Vale do Jequitinhonha em uma hidrelétrica. Para ficar a par em ao menos uma afirmativa com a empreiteira, serviria de consolo, consolidar que o verdadeiro legado de Irapé é ser – simploriamente – a mais alta barragem do Brasil.⁴¹

⁴¹ Segundo a Cemig, com 208 metros de barragem, Irapé é a mais alta do Brasil e segunda maior da América Latina.

7.2. ÀS MARGENS DE IRAPÉ

Projeto de desenvolvimento que movimentou quase dois bilhões de reais para sua implantação, a UHE de Irapé ocupa há uma década – além dos 13.700 hectares de represa – um estorvo para população que ficou à sua margem, que vivendo nas áreas remanescentes no entorno da represa, foi obrigada a recriar das dificuldades alternativas para sustentar modos de vida em um território fragmentado.

O processo de implantação da barragem, desapropriação e reassentamento dos moradores remanejados poderia um impasse superado se não fosse pelas consequências ainda frequentemente rememoradas por aqueles que – inclusive – não tiveram parte do terreno atingido pela represa. Atribui-se esta recordação a dois motivos que imperam deste passado vivo: a) as profundas transformações demográficas das comunidades remanescem na beira do lago, fragmentadas, nas quais a redução de moradores afetou aspectos objetivos e subjetivos dos atuais habitantes; b) a indignação insistida pela imposição violenta do empreendimento acima dos direitos humanos. Deve-se citar que a este processo se resistiu por meio da organização política de comunidades.

Assim, o modelo de desapropriação, que não raramente entrava em confronto com os aspectos socioeconômicos e culturais da população local, e posterior esvaziamento de povoados e comunidades trouxe também a desarticulação de estruturas que compõe a sociedade camponesa: terra, família e trabalho, bem como o enfraquecimento da gestão comunitária. A série de injustiças – algumas ainda sem resolução – compôs também afirmações de hierarquização e exclusão de setores da sociedade.

A supressão da paisagem em detrimento da intenção de "modernização" espacial pela UHE de Irapé causou consequências previstas e não previstas pelo EIA da Enerconsult/Cemig (1998), apesar de inúmeras críticas e condicionantes. A perda de referência prática, simbólica e subjetiva do Rio Jequitinhonha e a relação estabelecida pela sociedade envolvente são marcas fortes conferidas uma década após o barramento por Irapé. As atividades costumeiras de garimpo manual restringidas pelo alagamento da represa foram também prejudicadas à jusante da Usina, devido a grandes quantidades de terra depositadas sobre os leitos arenosos. Igualmente se observou prejuízo à produção de alimentos e à pesca, causadas pela interferência do regime fluvial do Rio e pela presença de elementos químicos danosos, respectivamente.

A implantação da Usina significou, principalmente, fortes restrições de acesso a recursos da natureza, principalmente, terra e água, neste último caso, ocasionada pela inundação de nascentes, remanejamento de pessoas para áreas sem acesso fácil à água e na alteração dos sistemas costumeiros de abastecimento por gravidade, e pela percepção de alteração microclimática. Ademais, o uso da água da represa não é "livre" para a população, sendo exclusivo para geração de energia e outras atividades relacionadas.

Para justificar as profundas transformações, a empreendedora utilizou do discurso dos benefícios que seriam trazidos em contrapartida da implantação da UHE de Irapé. Esta estratégia buscou convencer não apenas a população que seria mais afetada, mas essencialmente autoridades públicas e representantes de importância política regional. Os dados apresentados pela Cemig lançaram mão de número atraentes em termos de geração de empregos, fomentação da economia local pela atração de investimentos, repasses e arrecadações relativas ao funcionamento da Usina. Deste momento pretérito, ainda paira a expectativa frustrada destas promessas.

O Parque Estadual de Grão Mogol (PEGR) é uma das consequências presentes da UHE de Irapé. A partir da mitigação ambiental da hidrelétrica, o parque foi realizado para compensar as alterações no meio ambiente regional. A área do parque avançou sobre famílias nas comunidades tradicionais em Grão Mogol, incluindo gerapeiros, que são oprimidos por agentes fiscais que alegam que a atividade agrícola deve ser reduzida para evitar impactos ambientais. Pelo mesmo motivo, o consumo de energia elétrica é proibido para estas famílias, pois a rede de distribuição impactaria a unidade de conservação, que se viram obrigadas a conviver com estes e outros constrangimentos para permanecerem na terra. Observam-se fenômenos análogos entre a implantação do parque e de Irapé e suas consequências, em que se prevalece o processo de marginalização das populações camponesas atingidas, tal qual se vê a organização política em resistência destes grupos por conquistas de direitos e redução de injustiças.

As consequências levantadas aqui não são em totalidade inéditas deste trabalho. Fazem parte de um arcabouço de dados, denúncias, evidências, e estudos que subsidiaram grupos desfavorecidos, mas também reivindicam medidas cidadãs que possam reaver os sérios danos às comunidades, ou por apoio às políticas públicas que catalisem a cidadania, democracia e igualdade social.

Por fim, em fechamento desta dissertação, ensaiam-se brevemente estas considerações finais:

A UHE de Irapé, em dez anos de funcionamento, não desenvolveu os municípios inundados. Os legados trazidos são diluídos e não repararam os prejuízos – objetivos e subjetivos – ocasionados pelo empreendimento.

Os programas de desenvolvimento de cunho descentralizador e gestão comunitária têm mostrado resultados promissores na área de estudo. Sejam eles de distribuição de renda – aposentadoria e bolsa família –, sobretudo os de fomento à dinâmica agrícola dos pequenos produtores camponeses. Associam-se estas práticas à perspectiva de desenvolvimento territorial, na qual se valorizam o capital social e as estruturas socioeconômicas e culturais existentes.

Irapé é por abstração um “sonho vazio” que encheu os vales do Alto Jequitinhonha inundando *lugares*. Por se tratar de um empreendimento gerador de energia elétrica a barragem de Irapé se materializou enquanto unidade, mas impressiona na inversão abrupta de representação contraditória: da redenção à indignação de um mesmo povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios. *Economia Aplicada*, n°2, vol IV: 379-397, abril/junho 2000
- ÁGUA E TERRA PLANEJAMENTO AMBIENTAL/CEMIG. Relatório de Análise de Desempenho Ambiental. Belo Horizonte: SUPRAM, 2009.
- ALIER, Juan Martínez. De la economía ecológica al ecologismo popular. Icaria Editorial, 1994.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- AMM – Associação Mineira de Municípios. Estudo da AMM revela que 283 municípios mineiros poderão ter redução de R\$ 332 milhões no orçamento de 2018., 2017. Disponível em: <http://portalamm.org.br/estudo-da-amm-revela-que-283-municipios-mineiros-poderao-ter-reducao-de-r-332-milhoes-no-orcamento/>. Acesso em: dez de 2017.
- ANJOS AUGUSTO, Hélder dos; MAGALHÃES RIBEIRO, Eduardo. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 7, n. 2, 2005.
- ARAÚJO, Erika; OLIVEIRA, Paulo André. Federalismo fiscal: receita municipal—a importância das transferências do FPM e do SUS. Informe-se BNDES, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, Colher, Comer. Ed Graal: Goiânia, 1981.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Bolsa Família. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acessado em novembro de 2017.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Porto Alegre: Sociologias*, v. 4, n. 7., 2002.
- CALIXTO, J. S; RIBEIRO, A. E. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras/MG, 9, 003, 2007.
- CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. *Revista Estudos Avançados*, 2012.
- CEMIG;ENERCONSULT ENGENHARIA. EIA/RIMA da UHE Irapé. 1993.
- CEMIG-COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Plano de Controle Ambiental: UHE de Irapé. Belo Horizonte, 2009. 5 Volumes.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CLIFFORD, Geertz. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

CODETER Baixo Jequitinhonha. [Carta] 08 maio 2015, Almenara [para] CORREIA, Rogério. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2f. Solicita urgente realização de uma Audiência Pública Regional da população do Vale do Jequitinhonha sobre a situação da mortalidade de peixes.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR, José Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos et al. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, v. 2, p. 1-46, 2000.

DIHL, Kelly. A Política de Combate à Pobreza do Plano Brasil sem Miséria (Governo Dilma Rousseff): Erradicação da Pobreza ou Controle sobre os Pobres?. XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, 2012.

DOS ANJOS AUGUSTO, Hélder; RIBEIRO, Eduardo M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais nos domicílios e no comércio local: O caso de Medina, nordeste de Minas. Caxambú: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006.

DUARTE, Marcelo Guimarães. Ensaio laboratorial para avaliação da drenagem ácida na barragem da UHE Irapé [manuscrito] / Marcelo Guimarães Duarte. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto: Ouro Preto, 2011.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Tradutores: Vera Lúcia M. J., Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 399-399.

FEARNSIDE, Philip M. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras / Philip M. Fearnside. - Manaus: Editora do INPA, 2015

FRANÇA, Álvaro Sólton de. A previdência social e a economia dos municípios. Brasília: ANFIP, Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2011.

FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. Economia e sociedade, v. 3, n. 1, p. 37-42, 1994.

GALIZONI, Flávia Maria. A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GASPARINI, Carlos Eduardo; MIRANDA, Rogério Boueri. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios. Brasília: Ipea, 2006.

GODINHO, Alexandre L. Monitoramento da Ictiofauna na Área de Influência da Usina Hidrelétrica de Irapé. Relatório Final enviado à Cemig. Fundep. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Transposição de Peixes: Belo Horizonte, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Gustavo Maia. Velhas secas em novos sertões. Brasília: Ipea, 2001.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. Revista Pegada, v. 3, n. 1, 2002.

GRAZIANO, E. & GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. Perspectivas: São Paulo, 1983.

GRAZIANO, E; A arte de viver na terra: as condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. 1986. 294 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1986.

HAESBAERT, R. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2011. 186 p.

JIMENEZ, Laura Eugenia Araya. A interação comunicativa de grupos com interesses diferentes constituída em uma ação socialmente responsável: estudo de caso do relacionamento da Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG (Brasil), com as comunidades atingidas pela construção da Usina de Irapé. 2007.

LESTINGI, Marcela Dadauto. A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos: Estudo de caso da UHE Irapé (MG). 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LIMA, V; PERUCHI, F; TEREZA, M.; GALIZONI, F. Secas e S'águas: uma avaliação sobre a dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. 2006. 57 p. Monografia (Graduação Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, v. 2, 1981.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” em Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MORETTO, E. M. Análise da argumentação dialética que considera o licenciamento ambiental um impeditivo ao desenvolvimento econômico do país: premissas, interesses e possibilidades de superação. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, v. 4, 2008.

NERE, Robert Aender; COSTA, Pedro de Carvalho; OLIVEIRA, João Assunção. Os Efeitos da Modernização Agrícola: o avanço da silvicultura no Vale do Jequitinhonha – MG. SINGA: João Pessoa/PB, 2013.

OLIVEIRA, Ângelo Marcos Santos, D. Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2009. Novo marco regulatório para a partilha da compensação financeira pelo uso da água para geração de energia elétrica. Orientador: Carlos Antonio Alvares Soares Ribeiro. Co-orientadores: Vicente Paulo Soares e Elias Silva.

OLIVEIRA, Júlio César. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e dos países da América Latina e do Caribe, 1975/2004. Artigoapresentado na VII Reunião de Economia Mundial Madrid, 2005.

ORTEGA, A. C. A evolução das ideias de desenvolvimento Em: Territórios Deprimidos. 2008.

OSTROM, Elinor. Reformulating the commons. Ambiente & sociedade, n. 10, p. 5-25, 2002.

- PEREIRA, V. G. Como a vida se refaz: os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha. 2012. 240 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.
- PEREIRA, V. G; RIBEIRO, E. M; TEIXEIRA, M. S. SIQUEIRA, D. L. População, Recursos Naturais e Espaço no Alto Jequitinhonha: o caso dos atingidos pela UHE de Irapé. 34º Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, 2010.
- PEREIRA, Walles de Jesus Lopes. Impermeabilização das Superfícies para Implantação de estruturas de Concreto em Maciço de Rocha Sulfetada [manuscrito]: o caso da UHE de Irapé/Walles de Jesus Lopes Pereira. Universidade de Ouro Preto: Ouro Preto, 2008.
- QUEIROZ, M. I. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. Editora Taq. São Paulo, 1988.
- RIBEIRO, A.E.M. História do Povo da Beira dos Rios. [Folheto de Cordel/Benjamin Rocha]. 2ª Edição, Campo-Vale: Minas Novas, 1996
- RIBEIRO, E. M. As Estradas da Vida: terra, fazenda, e trabalho no Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. 1997. Tese de Doutorado. Tese de Doutoramento. Campinas: IFCH/Unicamp.
- Ribeiro, E. M., Araujo, D. P., Galizoni, F. M., Freitas, C. S., & Ayres, E. B. Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do vale do Jequitinhonha. Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. São Paulo: Alínea, p. 229-251, 2007.
- Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Silvestre, L. H., Calixto, J. S., Assis, T. D. P., & Ayres, E. B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007.
- RIBEIRO, E. M; AYRES, E. B; GALIZONI, F. M; ALMEIDA, A. F; ASSIS, T. P; MOREIRA; T. B; FONSECA, V; CARVALHO, A. A. O engenho na mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro. Revista Agriculturas v. 8 - n. 3, setembro de 2011.
- RIBEIRO, E.M., GALIZONI, F.M., CALIXTO, J.S., ASSIS, T.R., AYRES, E.B., SILVESTRE, L.H. "Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha." Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 7, N. 2, nov 2005.
- ROCHA, Sonia. O programa Bolsa Família Evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e sociedade, v. 20, n. 1, p. 113-139, 2011.
- SAADI, A. 1991. Ensaio sobre a morfotectônica de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG, IGC/UFMG, Tese para admissão a cargo de Professor Titular, maio de 1991, 300 p
- SACHS, Wolfgang. Globalización y sustentabilidad: un ensayo. Publicado por la Fundación Heinrich Boell y el Programa Cono Sur Sustentable. Traducción: Alberto Villareal. Impreso en Uruguay y El Salvador. Heinrich-Böll-Stiftung: Berlin, 2001.
- SAHLINS, Marshall. Sociedade Afluente Original. In: Stone Age Economics, 1972
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Irapé: a catedral tecnológica e a supressão de uma paisagem. ComCiência - Energia: ensino e alternativas. ALMG: Belo Horizonte, 2005.

SANTOS, Renata Cristina. O Desenvolvimento e os Atingidos pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha. I CONACSO. Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. UFES: Vitória, 2015.

SECRETARIA DA FAZENDA DE MINAS GERAIS. Divulga os Valores Adicionados Fiscais (VAF) e fixa os índices do VAF dos municípios, em caráter provisório, na parcela do ICMS que lhes pertence, para o exercício de 2018. RESOLUÇÃO Nº 5.046, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017(MG de 07/10/2017). Belo Horizonte, aos 6 de outubro de 2017, 229º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva. Secretário de Estado de Fazenda.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das Letras, 2000.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Tradutores: Vera Lúcia M. J., Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen – Petrópolis, Rj: Vozes, 2000. p. 399-399.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 18, p. 18-28, 1992.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; MONTEIRO, Doraliza Abranches. Desempenho na gestão Pública do Programa Bolsa Família sob a Perspectiva de análise do Índice de gestão Descentralizada (igD). Desenvolvimento em Questão, v. 10, n. 21, 2012.

SILVA, G. F. Interpretação Geológica e Geofísica da área de influência da Usina Hidrelétrica de Irapé, MG. 2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geociências Aplicadas. Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SOUZA, M. B.; GALVANI, E. . Formação de lagos artificiais e influências em microclimas: revisão bibliográfica. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo - Uruguai. Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo - Uruguay: Universidad de la República, 2009. v. 12. p. 1-13.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira. A “Rua” e o “Nosso Lugar”: processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. In: A. ZHOURI. As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos, e licenciamento ambiental. Org. Andréia Zhouri. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011.

THOMPSON, E. Costume, Lei e Direito Comum. In: E. THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro: no prelo, 2003.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguceia Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília. Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréia. As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos, e licenciamento ambiental. Org. Andréia Zhouri. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs) A insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A construção de usinas hidrelétricas e as disputas assimétricas para usos diversos dos espaços ambientais. *Latitude*, v. 9, n. 1, 2015.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. O papel do termo de ajustamento de conduta no licenciamento ambiental de hidrelétricas. In: A. ZHOURI. As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos, e licenciamento ambiental. Org. Andréia Zhouri. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011.

ANEXOS

Anexo A

Termo de solicitação de informações a respeito do ICMS arrecadado pelo município de Grão Mogol pela UHE de Irapé.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2017

Cara Flávia,

Sou estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, orientado pela Professora Doutora Flávia Maria Galizoni, e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado: Às Margens de Irapé: estudo do legado da UHE Irapé após uma década de funcionamento, para o qual precisaria de dados de posse da CEMIG. O estudo tem por objetivo analisar consequências socioeconômicas e culturais em municípios diretamente atingidos pela hidrelétrica de Irapé, após uma década de funcionamento da usina. Assim, dirijo respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar o seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

1. Solicito saber os valores de ICMS pagos da CEMIG através da UHE de Irapé, desde o início dos repasses até a presente data.

Para o recebimento da resposta, comunico o seguinte endereço pdcarvalhocosta@gmail.com.

Anexo B

Modelo de roteiro de questões utilizado para auxiliar as atividades em campo.

ENTREVISTADO(A)

- Nome, naturalidade; instituição e vínculo.

UHE DE IRAPÉ – ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO

- Qual município morava e trabalhava?
- Como tomou conhecimento da implantação da UHE de Irapé?
- Qual impressão sobre a implantação da barragem e as consequências que ela poderia trazer para o município?

UHE DE IRAPÉ – ATUALMENTE

- O que significa a UHE de Irapé para o município?
- Como o município utiliza os recursos da Compensação Financeira da UHE de Irapé?
- Há outras transferências procedentes da UHE de Irapé?
- Houve relação entre a UHE de Irapé e o desenvolvimento da região e de seu município?
 - Emprego, renda, turismo, saúde, peca, conservação ambiental, acesso à água e energia.

POVOADOS

- Quais as consequências da barragem para os povoados e para população que ficou na margem do lago? Houve desenvolvimento devido à barragem?
 - Emprego, renda, turismo, saúde, peca, conservação ambiental, acesso à água e energia, comércio.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

- Quais são as atividades/empreendimentos/programas mais importantes que atuam no município? De onde são procedentes?
- Através dos resultados preliminares, em que os recursos provindos da UHE de Irapé demonstram declínio a cada exercício financeiro, como o município poderá reagir a isso?

Anexo C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Às Margens de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha.

Nome do Pesquisador Principal: Pedro de Carvalho Costa

1. **Natureza da pesquisa:** o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar as consequências socioeconômicas da implantação da UHE de Irapé após uma década de funcionamento.
2. **Resumo:** A implantação de grandes usinas hidrelétricas, retratadas tanto pela potência de geração de energia quanto pela degradação ambiental, evocam diferentes setores da sociedade em defesa de interesses – muitas vezes controversos –, munidos com mais ou menos poder político. Usina Irapé, inaugurada em junho de 2006, teve sua implantação marcada pela retirada de milhares de famílias de comunidades tradicionais, alagamento de áreas cultivadas, desmatamento de vários hectares de mata nativa, culminando na perda de referência de identidade e história local, enfraquecimento da economia dos municípios atingidos, e forte impacto ambiental no bioma do cerrado, entre outros.
3. **Objetivo:** O estudo tem por objetivo analisar consequências socioeconômicas e culturais em municípios diretamente atingidos pela hidrelétrica de Irapé, após uma década de funcionamento da usina.
4. **Participantes da pesquisa:** A pesquisa se propõe a realizar a entrevista de 20 pessoas, sendo elas moradoras dos municípios atingidos, sejam representantes da sociedade civil, autoridades municipais, administradores-públicos, etc.
5. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o pesquisador Pedro de Carvalho Costa utilize estas informações para desenvolvimento da pesquisa. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) _____. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
6. **Sobre as entrevistas:** Serão de cunho qualitativo e abordarão temas relacionados à percepção das consequências trazidas pela represa assim como os projetos mitigadores executados na região.
7. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
8. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados, assim como o nome do entrevistado serão preservado.*
9. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as consequências da Usina de Irapé nos municípios atingidos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa servir à população como base para buscar mais direitos onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.*
10. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador Principal : Pedro 031 99296-4387

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Guajajaras, 175, 4º andar – Belo Horizonte/MG

Telefone do Comitê: 031 3508-9110